

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ DONEY SOARES SANTOS

**AUTOSSUSTENTO E AGRICULTURA FAMILIAR: Um estudo sobre as dinâmicas
socioespaciais no P.A Santa Helena – Buritizeiro, MG.**

MONTES CLAROS/2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ DONEY SOARES SANTOS

**AUTOSSUSTENTO E AGRICULTURA FAMILIAR: Um estudo sobre as dinâmicas
socioespaciais no P.A Santa Helena – Buritizeiro, MG.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Montes Claros, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Território, Cultura e Meio Ambiente.

Orientadora: Professora Dra. Ana Ivania Alves Fonseca

MONTES CLAROS/2020

CATALOGAÇÃO

SANTOS, José Dionei Soares. 2020. **AUTOSSUSTENTO E AGRICULTURA FAMILIAR**: Um estudo sobre as dinâmicas socioespaciais no P.A Santa Helena – Buritizeiro, MG. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Programa de Pós-graduação em Geografia. 132p.

JOSÉ DONEY SOARES SANTOS

**AUTOSSUSTENTO E AGRICULTURA FAMILIAR: as dinâmicas socioespaciais no
P.A Santa Helena – Buritizeiro, MG.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Ana Ivania Alves Fonseca – Orientadora - UNIMONTES

Profª Dr. Cássio Alexandre da Silva- UNIMONTES

Profª Dra. Ramony Maria da Silva Reis de Oliveira - IFNMG

Montes Claros, 2020

AGRADECIMENTOS

Deus é o meu maior motivo, a Ele toda honra e toda glória! Razão da minha existência, com seu amor incondicional me capacitou em mais uma conquista!

Agradeço aos meus avós Dona Maria Martinha (*in memoriam*) e o Sr. Manoel Pereira, que mesmo diante de todas as adversidades da vida souberam com maestria me conduzir nos caminhos retos da vida;

A minha mãe Luiza Soares, por caminhar lado a lado comigo durante minha caminhada, obrigado pela motivação e incentivo de sempre!

A minha esposa Claudia Rodrigues pela força e companheirismo no decorrer desta jornada. Minha felicidade se resume em estar ao seu lado vivendo este nosso amor. Muito obrigado por ter escolhido dividir a sua vida com a minha, agora somos um, unidos em Deus.

Aos meus filhos Hélio Emanuel e Maria Luiza, por ser motivo de motivação e força para essa conquista.

Aos meus irmãos Edvaldo, Edna, Edson, Juliene e Graciele que sempre estiveram unidos colaborando um para com o sucesso do outro vivenciando o verdadeiro amor fraternal;

Aos meus sogros Sr. Hélio e Dona Cecília Rodrigues, pelo apoio e carinho. Obrigado por me acolher como filho.

Aos meus cunhados Sidney, Daniel, Síldia, Elizabete e Leidiane que, com muito carinho me incentivou para a conclusão deste curso;

Aos meus sobrinhos Pedro Henrique, Breno, Aiury, Leonardo, João Henrique, Thiago, Clara Cecília, Elanno, Calebe, Ester e Giulia que sempre estiveram unidos torcendo pelo nosso sucesso;

A minha orientadora Dra. Ana Ivania por sua atenção, disponibilidade, dedicação e companheirismo;

Aos Profs. Drs. Cássio Alexandre e Anderson Bertholi pelos direcionamentos e contribuições no processo de qualificação,

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo e o Núcleo de Pesquisas em Geografia Rural – NEPGer, pelo apoio e disponibilidade de sempre.

Aos mestres que tive durante o curso, pelo apoio, carinho, conhecimento e paciência, requisitos básicos para alcançar todo o sucesso;

Aos colegas de turma pela amizade e companheirismo ao longo deste curso;

Aos moradores do P.A Santa Helena pela oportunidade e receptividade para realização da pesquisa.

A coordenadora pedagógica da Escola local Srta Marly Santos pelo apoio e informações cedidas para conclusão desta pesquisa.

A professora e tia Ilva Barbosa pelo incondicional apoio e motivação de sempre.

Por fim, agradeço aos meus familiares pelo incentivo.

Muito obrigado!

AQUI NA ROÇA

Tem moço da cidade cantarolando
As maravilhas de se viver na roça
Cavalgar pelos campos, nadar no rio
Fogueira, roda de viola e cachaça

Aqui tem tudo isso

Mas aqui também se acorda cedo para trabalhar
Cavalo, porco, cachorro, galinha, gado para alimentar
Lavoura pra plantar, cuidar, colher e vaca para ordenhar
Aqui fim de semana ou feriado não se pode parar

A vida na roça não é fazenda de novela
Peão de roupa limpa, mão sem calo e rosto sem suar
Aqui na roça o trabalho é pesado
Mas pra quem já está acostumado
Essa é a melhor vida, esse é o melhor lugar

Adão Fernandes

Dedico esse trabalho a minha mãe, minha esposa, meus filhos, meus irmãos, meus familiares, aos meus mestres, colegas de turma e aos demais amigos.

RESUMO

O projeto de pesquisa denominado “Autossustento e agricultura familiar: Um estudo sobre as dinâmicas socioespaciais no P.A Santa Helena – Buritizeiro, MG” é o resultado de um estudo no mestrado em Gestão do Território, área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGEO. A proposta da pesquisa, ora apresentada, aborda duas importantes questões. A primeira engloba o estudo multidimensional da agricultura e a segunda, as relações existentes entre agricultura e a comunidade na busca pelo “autossustento”, nosso objeto de estudo. O conceito que construímos e fazemos defesa é a de que as famílias residentes no referido Projeto de Assentamento praticam a “agricultura de autossustento” – premissa assumida nesse trabalho como ato em que as famílias da Comunidade Santa Helena, Buritizeiro, Norte de Minas Gerais, usufruem da terra garantindo segurança alimentar e qualidade de vida aos seus membros. Formada em 1996, a comunidade Santa Helena, é constituída de uma atividade peculiar na agricultura, é produtora, principalmente dos recursos necessários ao autossustento. Dessa forma, algumas indagações se fazem pertinentes, considerando o impacto dessa atividade econômica nessa comunidade. Como está organizada a agricultura familiar no P.A Santa Helena, no município de Buritizeiro MG? As famílias residentes no P.A Santa Helena são capazes de produzir para o autossustento? Existe no assentamento uma infraestrutura adequada para o transporte e logística de cargas e pessoas? Quais são as políticas públicas que fomentam a agricultura familiar no P.A Santa Helena para que haja perpetuação de gerações nesta localidade? Qual percepção dos assentados em relação a pertencer à Comunidade Santa Helena? A presente pesquisa buscou responder tais indagações. O objetivo geral é compreender os aspectos da ruralidade da Comunidade Santa Helena, considerando seu histórico e sua relação com a terra, abordando os paradigmas do autossustento nessa comunidade. A justificativa revela se, pelo fato da agricultura ser a atividade econômica mais antiga da sociedade, por isso, é fundamental para a manutenção da vida na Terra. A compreensão dessa temática possibilita vislumbrar outras nuances do recinto rural, dando visibilidade tanto ao debate político quanto científico. Além disso, oferece ao Poder Público ferramentas úteis para melhor compreensão das demandas que se desdobram nesse processo. A metodologia básica abrange revisão bibliográfica e documental, aplicação de questionário semiestruturado em uma amostra de 22 famílias. Foram também realizadas campanhas de campo para obtenção de informações relacionadas ao histórico do projeto de assentamento. Essa abordagem possibilitou traçar um perfil da comunidade, identificando as especificidades da mesma, bem como, conhecer suas características produtivas. Lugar é a categoria que, optamos por abordar para compreender as dinâmicas socioespaciais desse território, uma vez que seus moradores possuem laços “perenes” com a localidade desenvolvendo topofilia, ou seja, amor pelo lugar. O que confirma a intrínseca relação entre AF e sentimento de pertencimento dos envolvidos nessa atividade, mostrando que o pequeno produtor rural, não enxerga o solo apenas como objeto, mas como parte de sua própria vivência e *lócus* de aprendizado e construção de identidade. Dessa forma, cabe destacar que o P.A Santa Helena foi identificado como exemplo na perspectiva do autossustento, pois, as famílias que ali residem, como observado nessa pesquisa, conseguem manter se no campo com autonomia, segurança alimentar e qualidade de vida.

Palavras-chave: Agricultura. Autossustento. Lugar. P.A Santa Helena.

ABSTRACT

The research project called “Self-support and family farming: A study on socio-spatial dynamics in PA Santa Helena - Buritizeiro, MG” is the result of a study in the Master in Territory Management, area of concentration of the Postgraduate Program in Geography of the State University of Montes Claros - PPGEO. The research proposal, now presented, addresses two important issues. The first includes the multidimensional study of agriculture and the second, the existing relations between agriculture and the community in the search for “self-support”, our object of study. The concept that we build and defend is that the families residing in the referred Settlement Project practice “self-supporting agriculture” - a premise assumed in this work as an act in which the families of the Santa Helena Community, Buritizeiro, Northern Minas Gerais, enjoy guaranteeing food security and quality of life for its members. Formed in 1996, the Santa Helena community, is constituted of a peculiar activity in agriculture, is a producer, mainly of the necessary resources for self-support. Thus, some questions are pertinent, considering the impact of this economic activity on this community. How is family farming organized in P.A Santa Helena, in the municipality of Buritizeiro MG? Are families residing in P.A Santa Helena able to produce for self-support? Is there an adequate infrastructure in the settlement for the transportation and logistics of cargo and people? What are the public policies that promote family farming in P.A Santa Helena so that there is perpetuation of generations in this location? What is the perception of the settlers in relation to belonging to the Santa Helena Community? This research sought to answer such questions. The general objective is to understand the rural aspects of the Santa Helena Community, considering its history and its relationship with the land, addressing the self-support paradigms in that community. The justification reveals whether, because agriculture is the oldest economic activity in society, that is why it is fundamental for the maintenance of life on Earth. The understanding of this theme makes it possible to glimpse other nuances of the rural area, giving visibility to both the political and scientific debate. In addition, it provides the Government with useful tools to better understand the demands that unfold in this process. The basic methodology includes bibliographic and documentary review, application of a semi-structured questionnaire to a sample of 22 families. Field campaigns were also carried out to obtain information related to the history of the settlement project. This approach made it possible to draw a profile of the community, identifying its specificities, as well as, knowing its productive characteristics. Place is the category that, we chose to approach to understand the socio-spatial dynamics of this territory, since its residents have “perennial” ties with the locality developing topophilia, that is, love for the place. This confirms the intrinsic relationship between PA and the feeling of belonging of those involved in this activity, showing that the small rural producer does not see the soil only as an object, but as part of his own experience and locus of learning and identity construction. Thus, it is worth mentioning that P.A Santa Helena was identified as an example from the perspective of self-support, since the families who live there, as observed in this research, are able to remain in the field with autonomy, food security and quality of life.

Keywords: Agriculture. Self-sustenance. Place. P.A Santa Helena.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Detalhes sobre as modalidades de Assentamentos de acordo com o INCRA	63
Tabela 2: Detalhes sobre as modalidades de Áreas reconhecidas pelo INCRA.....	64
Tabela 3: Características demográficas do P.A Santa Helena.....	101
Tabela 4: Alunos matriculados e as linhas de transporte que abrange o P.A Santa Helena em 2019.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese das políticas públicas para assentamentos de reforma agrária por área de atuação, 2013.....	73
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percepção dos assentados sobre a dependência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro	97
Gráfico 2: Percepção dos assentados a respeito da assistência técnica no P.A Santa Helena..	98
Gráfico 3: Período de chegada das famílias ao Assentamento Santa Helena	99
Gráfico 4: Indivíduos que trabalham além das tarefas da propriedade, por família.	100
Gráfico 5: Faixa etária dos responsáveis pela família, no P.A Santa Helena	103
Gráfico 6: Idade dos membros de cada família (exceto os pais), na Comunidade Santa Helena.	105
Gráfico 7: Quantidade de indivíduos por família, que residem no P.A Santa Helena.....	106
Gráfico 8: Famílias que possuem algum membro que recebem benefícios governamentais.	106
Gráfico 9: Cultivos com maior frequência na dinâmica produtiva da Comunidade Santa Helena.	108
Gráfico 10: Produtos com maior frequência na dinâmica produtiva da Comunidade Santa Helena.	110
Gráfico 11: escoamento da produção de Alimentos na Comunidade Santa Helena.	112
Gráfico 12: Finalidade da produção de alimentos e demais itens na Comunidade Santa Helena.	113
Gráfico 13: Relação de troca de produtos na Comunidade Santa Helena.....	114
Gráfico 14: Relação entre os assentados e o Programa de Aquisição de Alimentos.....	114
Gráfico 15: Percepção dos assentados em relação às linhas de crédito.....	115
Gráfico 16: Percepção dos assentados em relação a pertencer à Comunidade.	117
Gráfico 17: Percepção dos assentados em relação às perspectivas de futuro.	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da comunidade Santa Helena	25
Figura 2: Origem dos Assentados na Comunidade Santa Helena	80
Figura 3: Primeiras casas de pau a pique construídas no assentamento	81
Figura 4: Moradores reunidos após atendimento médico.	82
Figura 5: Alunos em sala multisseriada - Escola construída a base de pau a pique.	83
Figura 6: Elementos da sede da Comunidade Santa Helena	85
Figura 7: Cavalgada em homenagem à padroeira Santa Helena, em 2019.	86
Figura 8: Rotinas, materiais e produtos de uma família no P. A. Santa Helena.....	88
Figura 9: Pinturas rupestres nas margens do Rio do Sono	89
Figura 10: Tráfego complicado de caminhões na rodovia MG - 408, em período chuvoso....	90
Figura 11: Poço artesiano na Comunidade Santa Helena	91
Figura 12: Canal artificial de água, o Rêgo, no P. A. Santa Helena.....	91
Figura 13: Roda d'água e uma caixa d'água em residências da Comunidade Santa Helena...	92
Figura 14: Reunião ACSH/ Trator e Implementos agrícolas da ACSH	93
Figura 15: Assentados em minicursos de Cultura de Maracujá e Avicultura Caipira na Comunidade Santa Helena	95
Figura 16: Palestra da EMATER/MG sobre Associativismo e Cooperativismo, na Comunidade Santa Helena.	96
Figura 17: Cultivo de hortaliças, mandioca, feijão e quiabo no P.A Santa Helena.....	109
Figura 18: Ciclo de fabricação artesanal da farinha no P.A Santa Helena	111
Figura 19: Segurança alimentar no PA Santa Helena.....	119

LISTA DE SIGLAS

ACSH - Associação Comunitária da Comunidade Santa Helena

AF - Agricultura Familiar

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Assistência Técnica Social e Ambiental

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

FJP - Fundação João Pinheiro

FLONA - Floresta Nacional

IBAMA - Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MAPA - Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDA - Ministério do Desenvolvimento da Agricultura

MG – Minas Gerais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU - Organização das Nações Unidas

P.A – Projeto de Assentamento

P.E - Assentamento estadual

PA - Projeto de Assentamento Federal

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Projetos de Assentamento Conjunto

PAD - Projetos de Assentamento Dirigido

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAF - Assentamento Florestal

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PAM - Projeto de Assentamento Municipal

PAQ - Projetos de Assentamento Quilombola

PAR - Projetos de Assentamento Rápido

PC - Projetos de Colonização

PCA - Projeto de Assentamento Casulo

PCF - Projeto Chico Fulô

PDAS - Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PE - Projeto de Assentamento Estadual

PFP - Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto

PIB - Produto Interno Bruto

PIC - Projetos Integrados de Colonização

PMB - Prefeitura Municipal de Buritizeiro

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDTR - Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural

PNFC - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PRB - Reassentamento de Barragem

PROINF - Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRONAF - Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reservas Extrativistas

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro

TRQ - Território Remanescentes Quilombola

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Sobre o conceito de agricultura de autossustento	20
Metodologia	23
Caracterização da área de estudo	23
Procedimentos metodológicos	26
CAPÍTULO I	29
1. História da Agricultura	29
1.1 Sustentação conceitual	29
1.2. A agricultura na história e a história da agricultura	31
1.3. Histórico da agricultura no Brasil e em Minas Gerais;	34
1.3.1. Agricultura no Brasil	34
1.3.1.1. Agricultura de autossustento: africanos e indígenas	37
1.3.2 Agricultura no Espaço Mineiro	38
1.4. Agricultura de autossustento versus agricultura de subsistência	41
1.5. A delimitação da categoria geográfica	43
1.5.1. O lugar de pertencimento dos Agricultores.	47
1.6. Agricultura Familiar	49
CAPÍTULO II	52
2. A agricultura no Bioma Cerrado: questões ambientais e políticas públicas para o campo. .	52
2.1. O Avanço tecnológico no meio rural	55
2.2. A questão ambiental e a área de estudo	58
2.3. Assentamentos Rurais	60
2.3.1. Assentamento da Reforma Agrária e o Projeto de Assentamento (PA)	65
2.4. Políticas públicas	68
2.4.1. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar nas áreas de Assentamentos	70

2.4.2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	74
2.4.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	76
CAPÍTULO III - O AUTOSSUSTENTO E A REAFIRMAÇÃO DO LUGAR	78
3.1 Histórico da Comunidade Santa Helena	78
3.1.1. Desafios na trajetória do P.A Santa Helena.....	89
3.1.2. Presença de entidades de apoio na consolidação do P.A Santa Helena	93
3.1.3. Luta pela permanência na terra e fonte de renda no P.A Santa Helena	98
3.1.4. Características sociodemográficas do P.A Santa Helena	101
3.2. A formação do autossustento na Comunidade Santa Helena.....	107
3.2.1. Dinâmica Produtiva e logística na comunidade Santa Helena	107
3.2.2. Políticas Públicas para o P.A Santa Helena.....	114
3.2.3. Percepção em relação ao pertencimento.....	116
Considerações finais	120
REFERÊNCIAS	122
ANEXO	131

INTRODUÇÃO

O avanço populacional é uma das grandes preocupações da humanidade, sobretudo, dos organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO - na sigla em inglês - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*) integra essa plataforma, discutindo, com frequência, o tema da equidade no que diz respeito ao acesso a alimentação. Na lógica do mundo globalizado, as desigualdades alavancam discussões, contudo, muitas vezes os problemas persistem ou até mesmo são potencializados (FONSECA *et al.* 2016); a agricultura não ficou de fora dessa lógica.

Os avanços na história da humanidade são também sintomas das adaptações humanas do uso adequado da terra para se sustentar, e, desde o neolítico o ser humano já havia disposto a atuar sobre o meio natural através da agricultura, ainda que de forma rudimentar (MAZOYER e ROUDART, 2010; SÁEZ DOMINGUEZ, 2010; GREGIO, 2018). Como propõe Feltran-Barbieri (2010) há diferença entre os achados da antiguidade, mostrando que o uso da cerâmica se difere da prática da agricultura; eram tarefas realizadas em ocasiões distintas e com motivações bastante diferentes.

Nesse contexto, o saber popular dos mais antigos, sobretudo daqueles que moravam às margens de grandes rios, como o Rio Nilo, já obtinham vantagens na agricultura pelo simples uso do material carregado pelo rio. As vazantes, das quais veio o termo “vazanteiros”, é um símbolo vivo da apropriação humana dos recursos hídricos para uso nas plantações (PORTUGAL, 2009; DOBERSTEIN, 2010). Isso mostra a importância dessa prática na vida do ser humano desde épocas mais remotas.

Neste sentido, considera-se que o homem sempre sabia, de certa forma, lidar com a natureza sem comprometer sua produtividade. Isto é, a forma que os mais antigos trabalhavam na agricultura era o que hoje, convencionou-se chamar de sustentável, usando os recursos disponíveis no presente sem comprometer o futuro. Contudo, cabe considerar que, na época a população era bem inferior a que se tem hoje. E, como salienta Doberstein (2010) as populações que começaram a cultivar no Egito antigo foram oriundas do chamado “Crescente Fértil”, um campo de cereais silvestres nos estepes daquele país.

A comunidade Santa Helena, formada em 1996, é constituída de uma atividade peculiar na agricultura, é produtora, principalmente dos recursos necessários ao autossustento.

Dessa forma, algumas indagações se fazem pertinentes, considerando o impacto dessa atividade econômica nessa comunidade. Como está organizada a agricultura familiar no

P.A Santa Helena, no município de Buritizeiro MG? As famílias residentes no P.A Santa Helena são capazes de produzir para o autossustento? Existe no assentamento uma infraestrutura adequada para o transporte e logística de cargas e pessoas? Quais são as políticas públicas que fomentam a agricultura familiar no P.A Santa Helena para que haja perpetuação de gerações nesta localidade? Qual percepção dos assentados em relação a pertencer à Comunidade Santa Helena? A presente pesquisa buscou responder tais indagações.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender os aspectos da ruralidade da Comunidade Santa Helena, considerando seu histórico e sua relação com a terra. Para isso, foram considerados pontos relevantes, como exemplo: a relação dos assentados com a agricultura familiar e o vínculo dos mesmos com a terra. Desdobrando-se nos seguintes objetivos específicos: Compreender a relação entre as famílias inseridas na Comunidade Santa Helena e o autossustento a partir da agricultura familiar; Analisar o vínculo afetivo dos indivíduos da Comunidade Santa Helena com a mesma; Identificar o perfil das famílias que ocupam a terra nessa comunidade, considerando a relação de parentesco entre eles, e; Especificar a faixa etária dos componentes das famílias que ainda permanecem na Comunidade, considerando aqueles que residem na mesma, desde o seu início.

A justificativa na realização desta investigação se deu pelo fato da agricultura ser a atividade econômica mais antiga da sociedade, por isso, é fundamental para a manutenção da vida na Terra. A compreensão dessa temática possibilita vislumbrar outras nuances do recinto rural, dando visibilidade tanto ao debate político quanto científico. Além disso, oferece ao Poder Público ferramentas úteis para melhor compreensão das demandas que se desdobram nesse processo. Tais fatores mostram a importância substancial de trabalhos como este.

O objeto de estudo desta pesquisa é o autossustento, entendido como ato em que o agricultor familiar usa a terra para garantir segurança alimentar e qualidade de vida no campo.

Sobre o conceito de agricultura de autossustento

O conceito de autossustento, assumido neste trabalho, é construído com foco nos resultados de uma investigação sobre agricultura de autossustento, entendida nesse contexto, como método em que as famílias da Comunidade Santa Helena, Buritizeiro, Norte de Minas

Gerais, utiliza a terra com o propósito de garantir a segurança alimentar e qualidade de vida aos seus componentes, num contexto biopsicossocial e econômico.

O interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu através da observação da tradição dessa comunidade, que se caracteriza pela pluriatividade, multifuncionalidade, diversidade e territorialidade. Essa tradição também passa pela expressão de uma nova ruralidade, na medida em que se faz o uso da agricultura familiar como principal meio de sustento, o que, de algum modo, despertou-me para o estudo dessa temática.

No início das indagações, pensei no modo de como se dava o processo do autossustento na referida comunidade, com o passar do tempo, ao observar as atividades, os costumes, o vínculo afetivo, a relação com a natureza e as práticas culturais dessa comunidade, surgiu à necessidade de investigar tais ações, que, a meu olhar, com base nos dados examinados, é o ponto central do autossustento da Comunidade Santa Helena.

No desafio de construir uma definição de autossustento, faço aproximações com os conceitos de Gazolla (1988), Rodrigues (2011), Rigonato (2017), Hagemann e Agostini (2018) que ratificam a discussão do autossustento como produção de mantimentos para sustento da família, de forma que essa tenha certa qualidade em sua forma de viver.

Segundo Hagemann (2015) a produção para o autoconsumo, por sua vez, considera que a propriedade produz itens para a venda, isto é, parte do seu consumo é adquirida no mercado, enquanto parte ou alguns itens não são comercializados, ou seja, são produzidos para o consumo familiar.

Para Gazolla e Schneider (2007) a produção para autoprovisionamento possui grande relevância frente à autonomia familiar, a sociabilidade comunitária e interfamiliar, para a difusão do conhecimento das práticas dos agricultores às gerações seguintes e para garantir a segurança alimentar das famílias.

Já Hagemann e Agostini (2018) sustentam que a agricultura de autoconsumo visa a segurança alimentar, reduzindo os custos da vida no campo, por meio da produção de certos alimentos.

Os autores supracitados não se referem, neste excerto, especificamente a agricultura de autossustento propriamente dito, porém, os dados obtidos na pesquisa realizada em *lócus*, apresentado no terceiro capítulo desse trabalho traz a tona a possibilidade de inferir que as famílias ali assentadas num dado contexto de territorialização, trazem implícito

consigo semelhanças que ratificam seus conceitos. Fato de que as famílias ali territorializadas se sustentam por meio desse modelo de agricultura, que visam além da segurança alimentar a redução dos custos da vida no campo, por meio do cultivo de diversos produtos.

Notadamente existe um elo muito grande entre o homem do campo e seus produtos, um valor incalculável, que não entra em sua conta ao somar suas despesas. Esse valor representa a sua alimentação. Em todos os domicílios que visitamos, nos deparamos com uma variedade imensa de produtos usados na alimentação diária das famílias. Em destaque nos quintais as hortas, com seus canteiros com cultivos diversos, variando desde hortaliças até plantas medicinais com vistas a garantir a segurança alimentar. Além do exposto, há na comunidade o extrativismo de diversos frutos do cerrado como pequi (*Caryocar brasiliense*), umbu (*Spondias tuberosa*), tamarindo (*Tamarindus indica*), jenipapo (*Genipa americana*), murici (*Byrsonima crassifolia*), buriti (*Mauritia flexuosa*), mangaba (*Hancornia speciosa*), cagaita (*Stenocalyx dysentericus*), baru (*Dipteryx alata*), coco macaúbas (*Acrocomia aculeata*), Bambu (*Bambusoideae*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), cabeça de negro (*Annona cherimola*), e muitos outros. Esses produtos são utilizados para os mais diversos fins, desde a fabricação de doces, geléias, licores, polpas, doces em barra, paçocas, compotas, óleos, azeite, sucos, sabão, produtos artesanais.

Cabe ressaltar que em todas as casas que visitamos os aspectos voltados à qualidade vida, lógico, considerando o meio rural e o propósito da A.F, estão presentes, mesmo com algumas peculiaridades, como moradia de alvenaria, piso; banheiro, energia elétrica, acesso a água, acesso a internet, televisão, rádio, geladeira, fossa séptica, e transporte próprio, além dos serviços públicos como escola, programa de saúde da família (com atendimento médico semanal), transporte de pessoas e compras (a cada 30 dias) e orelhão. Isso reforça o princípio para estabelecer o conceito do autossustento assumido nessa pesquisa.

Dessa forma, afirmo que no P.A Santa Helena, está presente as interações, as quais se realizam sob a percepção, do princípio da existência da agricultura de autossustento. Portanto, fica patente que o cultivo para autoconsumo se propõe a demonstrar maior possibilidade de emancipação dos indivíduos que o praticam. Tal definição perpassa pela observação da vida na comunidade e como os assentados buscam trabalhar para manter-se e buscam uma melhor qualidade de vida. O comportamento dos indivíduos do P.A Santa Helena mais se assemelha ao que, na literatura, vem sendo conhecido por agricultura de

autossustento, o que vai além da subsistência, que se limitaria à busca das condições mínimas de sobrevivência.

Metodologia

Essa seção está dividida em duas subseções; uma apresentando a caracterização da área de estudo, e a outra, detidamente na metodologia do trabalho a ser desenvolvido. A primeira mostra basicamente a localização, o número de pessoas e outros detalhes da comunidade em estudo. A segunda apresenta os pontos da metodologia, bem como os rumos que essa pesquisa tomou em seu desenvolvimento.

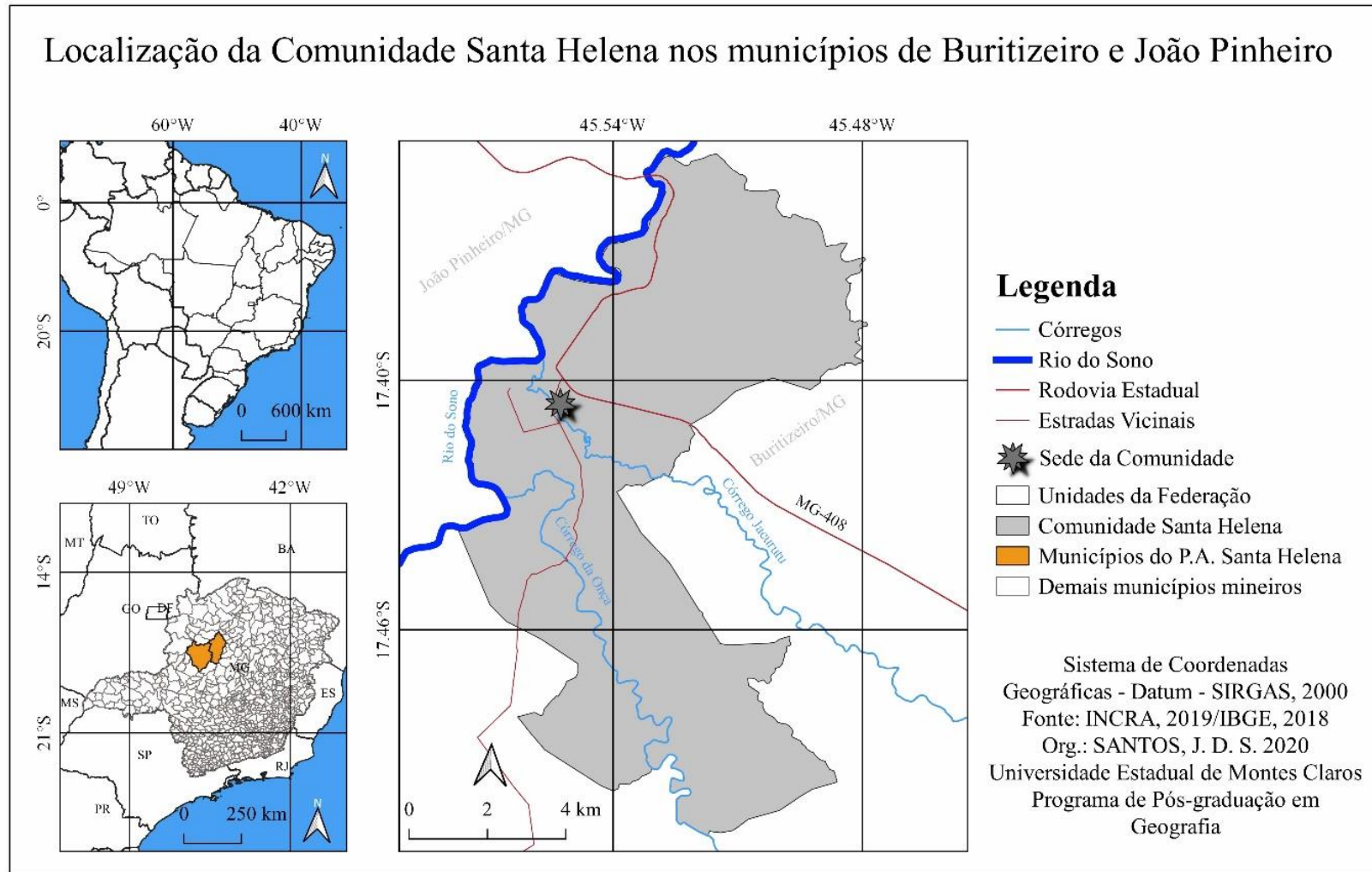
Caracterização da área de estudo

A Comunidade Santa Helena (isto é, todo o Assentamento), está localizada em duas mesorregiões mineiras: Norte e Noroeste de Minas Gerais, respectivamente. Abrange dois municípios, Buritizeiro/MG e João Pinheiro/MG, ocupando uma área de 9.686 ha (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2019a). A comunidade constitui um Assentamento Federal, conforme a nomenclatura oficial do INCRA. O órgão estabelece que a sigla “P.A” refere-se a esta modalidade de assentamento, diferentes de outras modalidades como: P.E. Assentamento estadual; PAF, Assentamento Florestal, dentre outros.

De acordo com o INCRA (2019b) o PA Santa Helena possui capacidade para 65 (sessenta e cinco) famílias, contudo, está ocupado somente com 62 (sessenta e duas), e, originalmente, o assentamento chegou a possuir 85 (oitenta e cinco) unidades familiares. Em seu território ainda existem duas áreas para cultivo coletivo, uma área para pastagem coletiva, e duas áreas de reserva legal. O tamanho dos lotes variam entre 28 e 53 ha, o critério usado para a divisão dos mesmos se deu através de sorteio. Essa comunidade possui uma ótima localização, em relação ao acesso aos recursos hídricos; em seus limites passam os seguintes mananciais perenes: Rio do Sono (o principal canal de drenagem do PA), Córrego Jacurutu, Ribeirão da Onça, Córrego das Almas e Córrego da Areia. Além desses, há diversos córregos e canais intermitentes e temporários, que abastecem a área da comunidade.

Ao acesso ao PA Santa Helena, partindo de Buritizeiro/MG ou Pirapora/MG, se dá por meio da rodovia federal BR 365 e a rodovia estadual MG-408 sentido Brasilândia de Minas (Figura 1). Além da rodovia MG-408, que dá acesso a vários lotes, na área de estudo, há também estradas vicinais, criadas após o parcelamento das terras e outras, que já existiam na antiga Fazenda Dona Helena, que deu origem ao nome da comunidade.

Figura 1: Localização da comunidade Santa Helena



Fonte: Santos, 2020.

Cabe ressaltar que apesar da comunidade possuir certa abundância de recursos hídricos, devido a distribuição e o formato dos lotes, nem todos possuem acesso a um manancial perene, por isso, foi aproveitado um canal¹, que já havia na fazenda, para que terrenos à jusante da sede, considerando o curso do córrego Jacurutu e do Rio do Sono, tivessem água para atender à comunidade e suas respectivas demandas. Além disso, há distribuição de água por meio de captação por Roda D'água e depósito em reservatórios situados em pontos estratégicos, e redistribuição lote por lote, porém, este método gera bastante conflito, de forma que reclamações de falta de água são recorrentes, por parte dos assentados que residem nas “pontas” de rede.

Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa partirá da abordagem da revisão bibliográfica, obtendo informações científicas em artigos de periódicos especializados, dissertações e teses, cuja temática esteja relacionada com o objeto de estudo. Os principais autores que foram consultados são: Mazoyerte Roudart (2010); Harris e Fuller (2014); Gregio (2018); Reifschneider *et al.*, (2012); Sangalli *et al.*, (2014); Gazolla, (2004); Rodrigues (2011); Gazolla e Schneider (2007); Hagemann e Agostini (2018); Santos (1996; 1998); Zangaro (1998); Silva (1999); Peres Junior *et al.* (2013); Cunha (2006); Cunha e Brandão (2017); Naves e Mendes, 2014; Dayrell (2012); Dayrellet *al.* (2017) entre muitos outros.

Foi realizada pesquisa² documental junto a: Prefeitura Municipal de Buritizeiro (PMB), ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro (STR), e a Associação Comunitária da Comunidade Santa Helena (ACSH), cujos atores estiveram envolvidos, diretamente com as atividades socioeconômicas da Comunidade estudada nessa pesquisa. Essa etapa do trabalho foi fundamental para alcançar os objetivos propostos.

Foram aplicados questionários semiestruturados, de forma consensual entre entrevistador e entrevistado, de modo que as respostas possibilitaram a elaboração de um perfil dos atores que estão, direta e indiretamente, envolvidos no desdobrar da Comunidade Santa Helena. Essa fase consistiu de uma pesquisa de campo, na qual foram obtidas informações necessárias para compreender a dinâmica entre o pertencimento, a logística da

¹ Esse canal é conhecido na comunidade como “Rego”, cuja limpeza é realizada ano a ano, por meio de mutirão entre os assentados.

² Aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (Resolução Nº 124 CEPEX/Unimontes 2018), através do parecer de número: 063/2018 emitido em 19/09/2018.

vivência local e as relações com os órgãos externos a comunidade. Nos resultados desta entrevista foram omitidos os nomes dos entrevistados, visando preservar a identidade dos mesmos. E, o formato gráfico e de tabelas, em que os resultados foram apresentados, impossibilitaram que fossem expostos, ainda que de forma subliminar.

A pesquisa contou ainda com a aquisição de dados secundários em órgãos oficiais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Além disso, a tabela da Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) também foi consultada, com vistas a aquisição de informações gerais sobre a situação dos assentados, considerando que o INCRA classifica os mesmos em: Assentado; Desistente; Eliminado e Transferido. A partir desses dados foi mais fácil identificar o grau de evasão deste assentamento e, quando possível, confirmar o suposto motivo dessa evasão.

No primeiro capítulo intitulado “A história da Agricultura, estão elencados alguns dos principais elementos constitutivos que marcaram o desenvolvimento e as transformações, histórica e geograficamente, ocorridos na gênese da agricultura praticada pelo homem. Foi considerada uma abordagem linear, mostrando os eventos históricos, restritos à prática da agricultura.

O mesmo está dividido em seis seções, são elas: Sustentação conceitual, mostrando os entraves em torno do termo agricultura; A agricultura na história e a história da agricultura, abordando os aspectos gerais dessa atividade; Histórico da agricultura no Brasil e em Minas Gerais, considerando uma abordagem no país e no respectivo estado; Agricultura de autossustento versus agricultura de subsistência, discorrendo sobre a diferença entre essas práticas; A delimitação da categoria geográfica, levando em conta as distintas formas de análise propostas pela referida ciência, e, nessa seção, há uma subseção, tratando do lugar de pertencimento dos Agricultores, mostrando a possível relação entre os indivíduos e o lugar onde moram; e, por fim, Agricultura Familiar, discorrendo sobre a prática circunscrita no ambiente do núcleo familiar.

No segundo capítulo intitulado “A agricultura no Bioma Cerrado: questões ambientais e políticas públicas para o campo” serão abordados os avanços da agricultura no Cerrado Brasileiro, mineiro, no Norte de Minas Gerais, e em Buritizeiro. Serão considerados os assentamentos da reforma agrária e suas diferentes categorias, bem como as políticas públicas que visam manter os assentados no campo, ofertando-lhes meios de aquisição de melhor qualidade de vida.

No terceiro e último capítulo intitulado “O autossustento e a reafirmação do lugar” serão analisados os dados secundários obtidos em órgãos oficiais, tais como: IBGE e INCRA. As informações contidas na tabela da Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) serão submetidas a análise, considerando que o INCRA classifica os participantes dos assentamentos em: Assentado; Desistente; Eliminado e Transferido. A partir da análise desses dados, serão identificados o grau de evasão deste assentamento e, quando possível, confirmado o suposto motivo dessa evasão. Serão apresentados os resultados do questionário semiestruturado, aplicado com os assentados, cujas informações possibilitaram traçar um perfil das famílias que vivem neste assentamento. Serão apresentados o histórico do P.A Santa Helena e as tessituras que configuram a agricultura de autossustento no mesmo. Dados inerentes aos aspectos demográficos estão expostos e discutidos na perspectiva da presente dissertação, mostrando a relevância dessa abordagem. Além disso, discute-se ainda a dinâmica produtiva local, isto é, analisa-se a produtividade e a distribuição do quantitativo que é gerado na comunidade.

CAPÍTULO I

1. História da Agricultura

Neste capítulo, estão elencados alguns dos principais elementos constitutivos que marcaram o desenvolvimento e as transformações, histórica e geograficamente, ocorridos na gênese da agricultura praticada pelo homem. Foi considerada uma abordagem linear, mostrando os eventos históricos, restritos à prática da agricultura.

O mesmo está dividido em seis seções, são elas: Sustentação conceitual, mostrando os entraves em torno do termo agricultura; A agricultura na história e a história da agricultura, abordando os aspectos gerais dessa atividade; Histórico da agricultura no Brasil e em Minas Gerais, considerando uma abordagem no país e no respectivo estado; Agricultura de autossustento versus agricultura de subsistência, discorrendo sobre a diferença entre essas práticas; A delimitação da categoria geográfica, levando em conta as distintas formas de análise propostas pela referida ciência, e, nessa seção, há uma subseção, tratando do lugar de pertencimento dos Agricultores, mostrando a possível relação entre os indivíduos e o lugar onde moram; e, por fim, Agricultura Familiar, discorrendo sobre a prática circunscrita no ambiente do núcleo familiar.

1.1 Sustentação conceitual

Antes de qualquer viagem pelos meandros da agricultura e suas diversas formas e manifestações, cabe considerar a importância de delimitar um significado, aceito no recinto científico, para a mesma. Dada a relevância dessa atividade econômica (também cultural e social) para a humanidade, não se pode descartar a existência de consensos e controvérsias em torno de seus significados.

De acordo com Gregio (2018) agricultura significa cultivo do campo; isto é, trata-se de uma palavra, que na etimologia, deriva do latim (*agricultūra*), de forma que, *agri* – latim; *ager* – significa campo, terreno. Sendo *cultura*; cultivo. Essa atividade econômica, como costumamos postular, é, para certos grupos, uma tarefa que transcende o aspecto puramente utilitarista, como se manifestou em tempos pretéritos (FELTRAN-BARBIERI, 2010).

Para Harris e Fuller (2014) o termo agricultura é ocasionalmente restrito ao plantio de culturas, excluindo a criação de animais domésticos, embora geralmente implique

ambas as atividades. Os autores reconhecem a amplitude desse termo, considerando que o mesmo é utilizado em um espectro bem mais amplo que as definições que o acompanham. Além disso, atualmente esse termo é usado com uma gama imensa de adjetivos, destacando: incipiente, proto, mutável, sustentável, extensiva, intensiva entre muitos outros (HARRIS e FULLER, 2014).

Assim como a terminologia “solo”, que recebe uma definição de acordo com a disciplina que a analisa, a agricultura segue o mesmo padrão, possui uma vasta gama de usos e adjetivos, muitas vezes opostos, que dificulta uma elucidação completa da magnitude dessa atividade (HARRIS e FULLER, 2014). Esses autores reconhecem que as implicações práticas da agricultura e seus desdobramentos é fundamental, e o a terminologia em estudo está relacionada com ciência e arte de cultivar o solo. Entretanto, sabem que há muita confusão conceitual na literatura quanto ao uso do termo e de seus adjetivos, o que muitas vezes carece de uma definição objetiva.

A agricultura é ainda concebida como uma atividade agrária, que abrange um conjunto de ações humanas para transformar o meio ambiente natural, buscando torná-lo propício para o avanço das plantações (SÁEZ DOMINGUEZ, 2010). Para a autora, essa atividade compreende a arte de cultivar a terra, e tratar o solo para plantio de vegetais, visando geralmente a finalidade alimentar.

Do ponto de vista geográfico, a agricultura é a atividade econômica mais antiga da sociedade, considerada como um elemento da paisagem, definida como atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matéria-prima, assim como o extrativismo vegetal e a pesca (FERREIRA, 2001). Considerando esse cenário, a agricultura é fundamental para a manutenção da vida na Terra, bem como para gerar recursos que possam melhorar a qualidade de vida dos seres humanos.

A compreensão desses conceitos mostra a relevância da agricultura e sua relação com as populações que dela se apropriam. Nessa conjuntura, o impacto desse ramo de atividade (tomando o jargão econômico), para a manutenção da sociedade é uma constante a ser considerada, posto que a humanidade depende diretamente da agricultura. Conhecer os desdobramentos históricos dessa atividade é fundamental para vislumbrar um futuro em que se possa evitar os erros passados na relação humano x natureza.

Na área de estudo se observa a presença de agricultura de autossustento. Essa modalidade da agricultura está atrelada à produção de mantimentos com o objetivo de atender a demanda alimentícia da família, visando melhor qualidade de vida (GAZOLLA, 2004; RODRIGUES, 2011; RIGONATO, 2017; HAGEMANN e AGOSTINI, 2018). E, no P.A

Santa Helena a produção tem essa mesma finalidade, o que mostra o alinhamento dos assentados a essa modalidade da agricultura.

1.2. A agricultura na história e a história da agricultura

Antes do aparecimento da agricultura, os homens eram nômades e percorriam grandes distâncias em busca de alimentos como grãos e animais selvagens, a principal atividade humana se resumia na coleta de raízes, frutos, cereais, da pesca e da caça, ou seja, era o homem aproveitando o poder da natureza para sobreviver (OLIVEIRA JUNIOR, 1989). Esse autor argumenta que é difícil identificar, precisamente, o momento da ruptura, em que o homem deixou de viver estritamente da caça, para se dedicar as atividades de cultivo do solo.

O surgimento da agricultura pode ser definido como o período em que o homem para de caçar seu alimento e começa a cultivá-lo, expandindo o seu poder sobre a natureza e apropriando-se cada vez mais dela após centenas de milhões de anos de hominização, isto é, de evolução biológica, técnica e cultural, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificializados e explorados de duas formas principais: os sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Os principais autores que abordam o nascimento da agricultura pontuam que a mesma surgiu no último período da pré-história, conhecido como Neolítico, especificamente em quatro grandes centros: O centro do oriente-próximo, o centro centro-americano, o centro chinês e o centro neo-guineense (MAZOYERT e ROUDART, 2010; GREGIO, 2018). O centro sul-americano e o centro norte-americano teriam se formado igualmente na mesma época.

Os primeiros sistemas de cultivo e de criação apareceram no período neolítico, há menos de 10 mil anos, em algumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta. Originavam-se da autotransformação de alguns dos sistemas de predação muito variados que reinavam então no mundo habitado. Essas primeiras formas de agricultura eram certamente praticadas perto de moradias e aluviões das vazantes dos rios, ou seja, terras já fertilizadas que não exigiam, portanto, desmatamento. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 45).

Neste sentido, no conceito dos autores “a agricultura foi e é a base sobre a qual as civilizações se edificaram”, ela é a principal maneira de busca de alimentos, a partir dela a humanidade passa a ter motivo para se fixar num determinado espaço, formando civilizações,

criando identidade com o lugar. Dessa forma, a relação entre os indivíduos e certa localidade foi se consolidando, o que mostra a possibilidade da geração da chamada *topofilia*³.

Gregio (2018) aponta os fenômenos naturais, sobretudo, aqueles relacionados com a última glaciação (110 a 10 mil anos atrás), como sendo responsáveis pelo momento decisivo para que o homem iniciasse sua atividade como agricultor. Para o autor, as importantes fontes de alimento animal, que se deram como consequência do aquecimento do clima ao redor do globo, na referida época, não duraram muito tempo, obrigando o caçador a se adaptar com o cultivo do solo.

Uma observação importante, é que a manipulação do solo foi uma das maiores inovações revolucionárias da pré-história (FELTRAN-BARBIERI, 2010). Para esse autor a agricultura resultou do alargamento da possibilidade exploratória dos recursos alimentares, diferente do ocorrido com as cerâmicas, que, por sua vez, estavam relacionadas com o sagrado ou com manifestações artísticas. Fato este que aponta a relação ímpar das sociedades com a terra e seu cultivo, evidenciando certa compreensão mais acurada no que tange às necessidades de uma visão mais abrangente do recurso natural.

Nestas circunstâncias, as relações foram se intensificando ao ponto de as sociedades adotarem novas formas de lidar com o cultivo. Surgiram os arados e outros artefatos para serem usados nessa tarefa, diversificando ainda mais a relação entre homem e meio natural (OLIVEIRA JUNIOR, 1989). Posteriormente, após a primeira revolução industrial, ocorre uma intensificação das mudanças não somente no campo, mas em todas as esferas da sociedade. Logo, o maquinário agrícola começaria a ser utilizado, visando a produtividade em grande escala, prejudicando, dessa forma, as pessoas que moravam nas áreas rurais, criando o chamado “êxodo rural”, de forma que multidões passaram a ocupar lugares pouco atrativos nas cidades, sobretudo, nas grandes capitais (OLIVEIRA JUNIOR, 1989; VIAN *et al.* 2013). Tais mudanças foram sentidas, sobretudo no século XX, o que reflete no mercado de oferta de trabalho no campo e no espectro demográfico.

Nesse âmbito, Vian *et al.* (2014) asseguram que o surgimento das máquinas e implementos para a agricultura no século XIX foram responsáveis por maiores ganhos de produtividade agrícola, alterando por definitivo a trajetória das técnicas de produção e aumentando consideravelmente a oferta de produtos agrícolas no mundo. Para esses autores, esse processo afetou drasticamente a vida no campo, reduzindo a necessidade de

³Topofilia significa amor ou apego pelo lugar (topos = lugar; filia = amor ou filiação). Esse termo foi proposto pelo geógrafo chinês Y-Fi Tuan. No P.A Santa Helena a topofilia é observada pela relação das pessoas com as festividades locais (o rodeio, por exemplo), também pelo apego aos córregos e rios, o que se manifesta na fala de qualquer assentado, quando discorre sobre os lugares onde vivem.

envolvimento de mão de obra na produção agrícola. O que veio a amplificar a necessidade de uma reforma agrária, no sentido de que o uso da terra deveria ocorrer de forma substantiva, como bem argumentava Karl Polany (1944).

O desenvolvimento industrial contribuiu para o transporte, armazenamento e conservação dos produtos agrícolas, todavia, a mecanização do recinto rural trouxe consequências desastrosas (OLIVEIRA JUNIOR, 1989). Para o autor, ainda no século XX, com o desenvolvimento dos agroquímicos, e seu uso generalizado na agricultura, foi que se iniciou o desmantelamento das interações locais e das pequenas propriedades como fontes de sobrevivência; além disso, o antigo sistema de produção, baseado na diversificação e rotação de cultura foi substituído pelos modelos especializados: surgia a monocultura.

É indispensável destacar que, com o desdobrar dos avanços tecnológicos surgiu no horizonte da agricultura a chamada Revolução Verde. Essa revolução é considerada como a propagação de tecnologias agrícolas, às quais possibilitaram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, cujos desdobramentos se deram principalmente entre 1960 e 1970, momento em que a modernização das técnicas utilizadas se tornou possível (OCTAVIANO, 2010). No entanto, essa autora assegura que não se deve descartar os avanços oriundos dessa revolução, sem considerar seus impactos sobre os recursos naturais, que devem ser levados em consideração.

O cenário mais recente, sobretudo no século XXI, é marcado pelas contradições, comuns no modelo capitalista, de forma que convivem no mesmo espaço (ainda que em macro escala), os grandes e pequenos produtores (FONSECA *et al.*, 2013). Os primeiros, usando máquinas agrícolas e novas tecnologias, os últimos, apropriando-se da agricultura familiar na busca do autossustento, tendo que enfrentar imensas burocracias (FONSECA *et al.*, 2016; BEZERRA e SCHLINDWEIN, 2017; FONSECA e AGUIAR, 2019). Todavia, acreditamos que a Agricultura Familiar (AF) tende a ser uma forma de resistência dos indivíduos do campo na luta pela sobrevivência e bem-estar.

Assim sendo, nota-se a agricultura na história, como constituindo parte intrínseca desta. E, quanto mais as sociedades tornam-se avançadas maiores são as alterações no recinto da agricultura. E, conseqüentemente, a história vai sendo também moldada pelas mudanças na relação entre o ser humano e o meio natural. Tais alterações modificam constantemente as paisagens terrestres, confirmando aquela afirmação de Ab'Sáber (2012) que a paisagem é sempre uma herança, isto é, uma manifestação presente das ações do passado e que, no futuro, também será a marca da presente era.

1.3. Histórico da agricultura no Brasil e em Minas Gerais;

Essa seção está subdividida em duas subseções; a primeira apresentando a trajetória histórica da agricultura no Brasil; a segunda mostrando o panorama dessa atividade econômica no estado de Minas Gerais. Considerando a abordagem do espectro histórico, foram levantados os principais fatos que contribuíram para a fixação desse ramo de atividade na nação e na referida unidade da federação.

1.3.1. Agricultura no Brasil

A história oficial do Brasil remonta ao período das grandes navegações, quando Portugal conquistara o além-mar. E, para além de uma simples descoberta, verificaram que o território era fértil e possuía uma população nativa bem peculiar. A chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil delimita a incursão da ocupação europeia ao redor do planeta, além disso, mostrou que Portugal possuía poder de “fogo” nos primórdios da globalização, que logo de acentuaria pelo mundo a fora.

Todavia, não se deve desconsiderar a prática do cultivo do solo pelos ancestrais que viviam no território desta nação, pois, de acordo com Reifschneider *et al.*, (2012) há vestígios de agricultura primitiva praticada em várias regiões do Brasil. Segundo esses autores, as ocorrências da agricultura primitiva no Brasil se deu, principalmente nas vastas áreas do Planalto Central, e, o brasileiro primitivo viveu da caça, pesca e coleta de frutos por um longo período, vindo a adotar a agricultura somente mais tarde.

Como registrado por Reifschneider *et al.*, (2012), p. 15:

A formação da agricultura brasileira deveu-se sobretudo à ação dos colonizadores, que trouxeram espécies animais e vegetais e que souberam, juntamente com os povos aqui existentes ou que aqui foram forçados a trabalhar, desenvolver uma riquíssima atividade agroprodutiva nesta região tropical. (REIFSCHNEIDER *et al.*, 2012, p. 15).

Como apontam os autores, a agricultura no Brasil, embora reconhecida pelos arqueólogos, confirmando sua presença desde a pré-história, sofreu forte influência de Portugal. Fato este que impossibilita a dissociação da história da agricultura deste país e sua própria história enquanto nação. Há também a presença da cultura exportada da África, por

meio dos escravos, os quais, mesmo perante inúmeras injustiças conseguiram se virar para sobreviver e, mais do que isso, manter viva a cultura e os cultivos, tais como: café, sorgo, feijão, melancia, andu, quiabo, tamarindo, pimenta malagueta entre muitas outras (CARNEY, 2001).

Os indígenas brasileiros viviam inicialmente do extrativismo, por isso, migravam de localidade sempre que os recursos vegetais, animais e pesqueiros se esgotavam (REIFSCHNEIDER *et al.*, 2012). De acordo com esses autores, mais tarde, alguns desses povos, como os tupis, criaram técnicas de cultivo, tornando-se agricultores. Ainda segundo Reifschneider *et al.*, (2012), p. 21:

Os tupis adaptavam as plantações às condições naturais, utilizando encostas mais drenadas para algumas lavouras e solos mais ricos, com umidade assegurada, para outras lavouras mais exigentes. Além disso, plantavam hortas ao redor das aldeias, aproveitando os detritos caseiros, e, por meio de práticas agrícolas simples, cultivavam feijão, milho, jerimum (abóboras), batata-doce e outras espécies vegetais (REIFSCHNEIDER *et al.*, 2012, p. 21).

Essa forma de praticar a agricultura que os Tupis adotavam, mostra claramente que eles sabiam lidar com os recursos naturais de forma inteligente, o que, ainda hoje se busca, apropriando-se de tecnologias. Contudo, isso era realizado apenas com capacidade natural dos indivíduos da referida tribo.

Importante ressaltar os ciclos econômicos do Brasil e sua associação primordial com a agricultura, sobretudo com as plantações. Exceto o ciclo do Pau Brasil, os demais foram acompanhados do cultivo do solo. Nesse contexto, destaca-se que o ciclo da Cana-de-açúcar foi um dos principais responsáveis pelo avanço da agricultura no Brasil (MARIN, 2014). Para o autor o cultivo da cana possuía uma finalidade geopolítica para Portugal. Introduzida no Brasil logo após o descobrimento, o objetivo dessa cultura era quebrar o monopólio Francês no suprimento mundial de açúcar (MARIN, 2014).

Neste sentido, a existência de determinado ciclo não restringia a presença da pecuária, pois, os bovinos chegaram ao país por volta do século XVI (entre 1532 - 1549) como asseguram Reifschneider *et al.*, (2012). Fatos que mostram a importância da agricultura para o crescimento econômico do Brasil, além disso, é importante ressaltar que outras atividades econômicas se desdobravam como efeito das plantações canavieiras ou dos cafezais, posteriormente. Os engenhos e sua dinâmica, lamentavelmente, usando o trabalho escravo, realizavam tarefas que dinamizavam, em certo sentido, a economia brasileira da época.

Após o ciclo supracitado, Lessa e Silva (2012) consideram que se inicia o ciclo do café. Para os autores o grão foi trazido para o Brasil no século XVIII, passando a ser cultivado em várias regiões do país. Circunstancialmente, o café adquiriu força no século XIX, decorrente do aumento dos preços e do crescimento peculiar de seu consumo no mercado internacional, o que ocorreu devido o surgimento de problemas de desorganização com o Haiti; maior produtor deste item no período. Quanto ao ciclo da borracha, este trata-se do movimento econômico balizado pela extração do látex da Seringueira (*Hevea brasiliensis* M. Arg.), e não envolvia plantações ou cultivo do solo, o que o difere dos outros ciclos apresentados (GOMES, 2018).

Observou-se que as práticas agrícolas estiveram na base dos grandes ciclos econômicos brasileiros. Dadas as devidas proporções, pode-se assegurar que esse ramo de atividade possui grande relevância para o crescimento do país. Com base no histórico da nação e do que se pode observar em nossa geração, considerando os avanços tecnológicos e suas implicações na diversificação dos sistemas econômicos, acreditamos que a agricultura ainda mantém lugar de destaque, sobretudo, se consideramos a necessidade alimentar, de maneira mais ampla.

Já no século XX, cabe destacar que mudanças na agricultura têm ocorrido, entre elas a expansão que ocorreu até fim da década de 1950, quando as áreas cultivadas foram amplamente aumentadas. Além disso, não se tinha uma concepção apropriada da modernização agrícola e suas benéficas produtivas. Após a década de 1950 e início dos anos 1960, é inserido na agricultura o processo de modernização agrícola, com o uso de máquinas, adubos e defensivos químicos. Todavia, a Revolução Verde incorpora na agricultura brasileira as alterações tecnológicas e fundiárias voltadas para a agricultura comercial. Assim, para marcar este processo, depois da década de 1970 aumentou-se o uso de máquinas e equipamentos agrícolas nas plantações e nas colheitas, mecanizando e otimizando a estrutura de produção (AGRA e SANTOS, 2001).

Como salienta Nunes (2007) as principais transformações que ocorreram na agricultura mundial tiveram início com a conhecida Revolução Verde, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial e continuou com as mudanças mais recentes, que surgiram no começo dos anos 1990, marcada pela globalização econômica e pela constituição de grandes empresas, agroindústrias e varejistas, que controlam o mercado mundial a partir da ocasião. Como fruto dessas alterações se pode destacar o avanço da ocupação do Bioma Cerrado, última fronteira agrícola na época, cujos limites foram rompidos após a década de 1970.

Do mesmo modo, Rodrigues (2001) enxerga as implicações práticas da globalização na agricultura brasileira, de forma que alterações notáveis ocorreram, sobretudo na elaboração de políticas públicas relacionadas às atividades do campo. Esse autor pontua que os anos 1990 foram marcados pela introdução dos efeitos da globalização e do liberalismo no setor agrícola brasileiro, sendo, dessa forma, uma época da falência das políticas públicas para o campo.

Recentemente o espaço rural brasileiro enfrenta uma imensa disputa, permeada por várias contradições. Desde questões relacionadas às mudanças climáticas ao uso racional do solo têm sido pautas de calorosas discussões que não se restringem ao recinto acadêmico, mas, abrange o espectro legislativo da nação. Além disso, os avanços na zootecnia, ou na indústria química têm possibilitado ao país variar consideravelmente as formas e práticas da agricultura.

1.3.1.1. Agricultura de autossustento: africanos e indígenas

Indispensável salientar a presença dos escravos naturais da África para o desenvolvimento da agricultura, bem como, dos indígenas que habitavam as terras que se tornaram o Brasil. Conforme Carney (2001) por muito tempo tem-se negligenciado a importância dos africanos na agricultura e sua presença na importação de alimentos para o Brasil. Para a autora, tem prevalecido a narrativa europeia, em que a origem do consumo de diversas plantas (milho e feijão, inclusive), é Ameríndia ou Asiática, ofuscando a contribuição africana.

Nesse contexto, no Brasil ocorreu a agricultura de autossustento, por meio de escravos africanos, difundindo, dessa forma, muito de sua culinária. Como salientam Luna e Klein (2010) em nenhum regime escravista, os africanos apenas trabalhavam para a exportação nas lavouras de seus senhores. Para os autores, havia a produção de autoconsumo e também para abastecer o mercado local. Isso mostra o quanto a agricultura de autossustento está relacionada ao período de escravidão no Brasil, e, com os africanos essa modalidade ganhou os devidos contornos.

Luna e Klein (2010) analisam a contribuição dos escravos no Vale do Paraíba, São Paulo, identificando forte presença africana na agricultura para autossustento. Conforme esses autores, tanto o mercado regional, quanto local, obtinham grande parte de seus artigos

alimentícios, oriundos da produção realizada pelos africanos, que aqui residiam no século XIX. Neste sentido, Gonçalves e Wanderley (2017) identificaram que no Sergipe ocorreu um fenômeno correlato, isto é, encontraram rastros da agricultura familiar dos séculos pretéritos, praticada por ex-escravos, os quais usavam a agricultura familiar para autossustento e venda dos excedentes. Embora as autoras usem o termo “subsistência”, fica evidente que a produção visava sustento dos expatriados e suas proles. Além disso, havia comercialização do excedente no mercado, o que implica assegurar que praticavam agricultura de autossustento.

Quanto aos indígenas, sua contribuição para a agricultura, sobretudo aquela que paira além da mão de obra coercitiva no passado do país, está diretamente relacionada com o plantio coletivo em certas áreas. Os indígenas trabalhavam com a Agricultura itinerante, que consiste em usar uma área por um período e depois ir para outra localidade (LEONEL, 2000). Tal prática é bastante coerente, pois auxilia na manutenção dos recursos naturais, possibilitando melhor aproveitamento do terreno.

Nestas circunstâncias, constatou-se que os indígenas, em sua prática de uso dos recursos naturais para finalidade alimentícia, usam a coleta de frutos, de forma que não se ocupam tanto da agropecuária, como os demais e esse fato confirma, que a sua importância na história da agricultura de autossustento no Brasil não pode ser ignorada, tendo em vista que eles já conheciam o território e viviam muito antes das intervenções que o país sofreu pós 1500.

1.3.2 Agricultura no Espaço Mineiro

O estado de Minas Gerais é conhecido pelo Ouro, pelo Rio São Francisco e pelas cidades históricas, tais como Diamantina ou Ouro Preto, contudo, foi palco de fatos históricos relacionados ao cultivo do solo. Destaca-se que o processo de redução produtiva da mineração levou ao início da agricultura no estado (GUIMARÃES e REIS, 1986). Neste sentido, esses autores reconhecem que em pleno auge da atividade mineradora (primeira metade do século XVIII), Minas Gerais já apresentava uma agricultura de abastecimento e subsistência. Isto é, o estado já lidava com o abastecimento de suas demandas por alimentos, de forma que houve até mesmo momentos em que podiam vender os excedentes.

De acordo com Guimarães e Reis (1986) há certa dificuldade em identificar atividade de agricultura no período do ciclo do ouro, pois, a maioria dos trabalhos acadêmicos

tende a negligenciar este fato, tendo em vista a forte presença da atividade mineradora. Para os autores, entre os que reconhecem esse ramo de atividade econômica no período supracitado, Furtado (2005) se destaca, afirmando que a agricultura veio a ser implantada como mecanismo de sobrevivência, decorrente do arrefecimento da mineração.

Soares (2009, p. 70) afirma que: “Durante o século XVIII, as atividades agropecuárias em solo mineiro cresceram ao mesmo tempo em que a mineração começou a dar sinais de enfraquecimento”. Segundo essa autora, ainda no final dos anos 1700, a agricultura em Minas Gerais já havia se desenvolvido de modo que sua produção excedia o abastecimento da capitania, destacando a existência de excedentes para exportação. Esses fatos mostram que a agricultura em Minas está diretamente entrelaçada à história de ocupação do estado.

Importante mencionar que a Cana-de-açúcar já havia sido inserida no Brasil desde o século XVI, no Nordeste, contudo, foi somente no século XIX, com o início do ciclo do café, que Minas Gerais (e outros estados do Sudeste) ganha destaque no aspecto da agricultura (CASTRO, 2016). E, a cultura do café veio a ser tão relevante para o estado que a mesorregião do Triângulo Mineiro e tornou um território de grande expressão no cultivo desse grão (VERÍSSIMO, 2015). Bastos e Gomes (2011) destacam que a agricultura tem ganhado espaço na dinâmica econômica do estado, mostrando-se como setor de constante expansão.

Uma das principais culturas praticadas no Brasil, no século XIX, foi o Café. Segundo Morais (2006) a produção cafeeira teve início no país entre os anos 1850 e 1930, contudo, depois de algumas décadas de declínio da produção, em 1970 retomou o crescimento no cultivo deste grão. De acordo com Veríssimo (2015, p. 7):

Os principais fatores que propulsaram a produção cafeeira em meados do século XIX foram: o declínio da economia dos engenhos de açúcar; solo e clima ideal nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo; construção de ferrovias no interior paulista que permitia o escoamento; investimentos ingleses na economia brasileira e o consumo mundial do produto. Por aproximadamente um século, o café foi considerado o “ouro verde”, possibilitando o desenvolvimento econômico do Brasil. (VERÍSSIMO, 2015, p. 7).

Tal autor salienta a relevância econômica que o café historicamente possuía, e ainda possui, na estrutura da agricultura estadual, todavia, vale ressaltar que a produção em larga escala tem favorecido a ocorrência generalizada das monoculturas, *status* que o café divide com a Cana-de-açúcar e, mais recentemente, com o eucalipto.

Foi a partir do século XX e início do século XXI, que o estado passou pela mais intensa transformação no espectro da agricultura. Nesse século, em decorrência da conhecida Revolução Verde, quando ocorre um aumento substancial de máquinas e insumos industriais, inclusive químicos, na agricultura, que esse ramo de atividade no território estadual tomou proporções maiores em nível nacional (RODIGUES, 2001; NUNES, 2007; BASTOS e GOMES, 2011; VERÍSSIMO, 2015). Além disso, Minas Gerais possui vastas áreas ocupadas com agricultura e pecuária, destacando-se as mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (VERÍSSIMO, 2015).

Entre os impactos da Revolução Verde, destacam-se aqueles que ocorreram em relação às pequenas propriedades. Essas, com o avanço das monoculturas (soja, milho, algodão, arroz, por exemplo), que estavam no *background* (pano de fundo) da revolução em estudo, tiveram que ser moldadas segundo os princípios vigentes (ANDRADES e GANIMI, 2007). A exigência de mão de obra qualificada, bem como a capacidade de enfrentar a concorrência com os grandes latifundiários, foram elementos que afetaram diretamente as pequenas propriedades. Andrades e Ganimi (2007) afirmam que essa revolução, por sua vez, possibilitou o aumento da produtividade, mas, seus resultados perversos não puderam ser ocultados. Ela serviu para legitimar o capital ao invés de lidar diretamente com o problema da fome. E, dessa forma, as pequenas propriedades sofreram profundas mudanças, tendo que lidar com a nova ordem na produção do espaço agrário.

Segundo Bastos e Gomes (2011, p. 46): “O Estado de Minas Gerais, a agricultura desempenha um papel fundamental. Em relação à geração de empregos, o setor representou 19,1% do total no Estado em 2008, ficando à frente da indústria (16,4%)”. Esses dados apontam para o grau de importância desse ramo de atividade econômica no estado, mostrando o impacto da agricultura para a economia mineira; diferente do ciclo do ouro, como relatado anteriormente, período em que o cultivo visava, prioritariamente, o sustento.

De acordo com a Bastos e Gomes (2011) a agricultura de Minas Gerais é expressiva, possuindo elevada participação no valor agregado do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo os autores, entre 1995 e 2008, o setor agropecuário foi o que mais cresceu em Minas Gerais. O que mostra o potencial do estado em relação as atividades inerentes a agricultura. Todavia, a esse crescimento, deve-se considerar a importância da produção familiar e dos assentamentos de Reforma Agrária, que além de contribuir para a alimentação, por meio da produtividade, remete ao uso adequado da terra, reduzindo o índice de áreas improdutivas.

Quanto as perspectivas futuras em relação a agricultura no espaço mineiro, não dá para afirmar muita coisa ao certo, contudo, a expectativa é que alterações sejam realizadas no

campo, visando dar ao pequeno produtor melhores condições para que esse permaneça no espaço rural. Entretanto, o cenário atual não parece favorável a essa hipótese, tendo em vista a visão neoliberal da economia, que tem se estabelecido no país. Por outro lado, a luta dos trabalhadores rurais e sua vontade de vencer podem ser armas, que, se usadas no momento certo, venham a lograr êxito na disputa acirrada pelo espaço campesino no Brasil e no território mineiro.

1.4. Agricultura de autossustento versus agricultura de subsistência

Como já registrado nesse trabalho, a agricultura teve força significativa, no Brasil e em Minas Gerais, desde os primórdios do país e do estado, respectivamente. Nesse cenário, algumas indagações se fazem pertinentes, considerando o impacto dessa atividade econômica, e não apenas sua intensidade na própria formação cultural do país e de Minas, qual seria a relevância da mesma em pequena escala? E, se praticada por pequenos núcleos familiares, como impactaria a história desse território?

É na tentativa de responder as indagações acima que emergiu a discussão entre a agricultura de autossustento e agricultura de subsistência. A primeira, parece mais orientada à produção de mantimentos para sustento da família, de modo que essa tenha certa qualidade em sua maneira de viver (GAZOLLA, 2004; RODRIGUES, 2011; RIGONATO, 2017; HAGEMANN e AGOSTINI, 2018). Enquanto isso, a segunda se trata de uma forma de usar a terra, considerando o cultivo para a sobrevivência apenas, ignorando o avanço nas condições de vida e melhorias correlatas (SANGALLI *et al.*, 2014). Todavia, ainda não há consenso sobre esse tema, o que acaba gerando certa divergência entre diversos autores.

Sangalli *et al.*, (2014) afirmam que a agricultura de subsistência corresponde a atividades de produção apenas para o consumo familiar ou para complementar a renda advinda de outras fontes, como aposentadoria, por exemplo. Esse tipo de agricultura é entendido como uma atividade oposta à agricultura comercial, que garante o sustento dos indivíduos que a praticam (GAZOLLA, 2004; RIGONATO, 2017). No entanto sua importância, em certa medida, quando não ignorada, fica subentendida ou subestimada.

Gazolla (2004) propõe que atualmente não cabe mais o uso do termo “agricultura de subsistência”, pois, isso acarretaria pensar em uma forma de produção restrita apenas ao consumo do grupo familiar, atendendo a suas demandas domésticas. O autor compreende que a produção familiar, na atual conjuntura, não está totalmente desvinculada do mercado, embora não esteja mergulhada inteiramente nele.

Em uma pesquisa em Nova Santa Rita/RS, Rodrigues (2011) identificou o autossustento como um dos elementos da agricultura camponesa, constituindo importante fator para a qualidade de vida das famílias pesquisadas. Ao analisar as proposições da autora sobre agricultura de autossustento, se observa certa semelhança com a antiga “subsistência”, alterando, nesse sentido, o incremento da “qualidade de vida”, que fica em destaque na abordagem realizada.

Retomando as indagações, cabe ponderar sobre a relevância da produção familiar, tendo em vista que a agricultura que visa o autossustento tende a gerar qualidade de vida e conforto, garantindo aos indivíduos melhores condições para que esses permaneçam no campo, além de assegurar os saberes necessários para o cultivo de autoconsumo (GAZOLLA, 2004). Neste sentido, a história mineira poderia ser impactada de forma positiva, decorrente da melhoria de vida das pessoas que residem neste estado.

A agricultura de autossustento parece mais razoável que a prática de subsistência, considerando que a primeira emancipa o agricultor enquanto a segunda, apenas dá a ele a possibilidade de sobrevivência (GAZOLLA, 2004). É notório que as políticas públicas deveriam amplificar o auxílio a manutenção da prática de autossustento, de modo que essa prática fosse fortalecida, dando aos indivíduos que residem no campo, oportunidades de crescimento e satisfação em termos de bem-estar social.

Para Gazolla e Schneider (2007) a produção para autoprovisionamento possui grande relevância frente à autonomia familiar, a sociabilidade comunitária e interfamiliar, para a difusão do conhecimento das práticas dos agricultores às gerações seguintes e para garantir a segurança alimentar das famílias. Os autores utilizam o termo autoconsumo, uma abordagem mais próxima dos princípios da agricultura de autossustento. Partindo dessa premissa, considera-se que esse modelo de cultivo do solo diverge do “velho” conceito de subsistência, portanto vantajoso e mais realista perante o panorama do campesinato atual.

Ainda nessa discussão Hagemann (2015, p. 12) afirma o seguinte:

Produzir para o autoconsumo vai além da subsistência, pois a produção para a subsistência se limita a produzir somente para o consumo familiar. A produção para o autoconsumo, por sua vez, considera que a propriedade produz itens para a venda, isto é, parte do seu consumo é adquirido no mercado, enquanto parte ou alguns itens não são comercializados, ou seja, são produzidos para o consumo familiar (HAGEMANN, 2015. p. 12).

Observa-se que o autor admite semelhanças conceituais com Gazolla (2014) e Gazolla e Schneider (2007), mostrando certo consenso no que diz respeito a diferença entre

agricultura de subsistência e de autossustento, embora use o termo autoconsumo. Além disso, Hagemann e Agostini (2018) sustentam que a agricultura de autoconsumo visa a segurança alimentar, reduzindo os custos da vida no campo, por meio da produção de certos alimentos.

Conforme Correia (2013, p. 121): “os sistemas de subsistência, como o nome indica, são sistemas que visam fundamentalmente a sobrevivência do agregado familiar o que os torna muito mais resistentes a qualquer mudança”. O autor alerta sobre o uso desta terminologia de forma equivocada, equiparando-a a agricultura familiar, pois, a última não atende aos pressupostos da primeira. E, a agricultura de subsistência é associada aos tempos pretéritos, como o paleolítico, por exemplo, o que muito diverge da agricultura em modelo familiar hodierna (CORREIA, 2013).

Dadas as abordagens distintas para agricultura de subsistência e de autossustento, fica explícito que se trata de duas formas diferentes de cultivo, quando não, opostas. Essa pesquisa tem como objetivo compreender a relação das famílias da Comunidade Santa Helena, norte de Minas Gerais, com a agricultura de autossustento ou de autoconsumo, como mostraram alguns autores (GAZOLLA, 2004; RODRIGUES, 2011; HAGEMANN e AGOSTINI, 2018). Portanto, fica patente que o cultivo para autoconsumo se propõe a demonstrar maior possibilidade de emancipação dos indivíduos que o praticam.

1.5. A delimitação da categoria geográfica

Definir o que é Geografia se tornou um imenso desafio, dadas as complexidades epistemológicas em torno desse termo. Todavia, aquela velha máxima de “ciência de síntese” embora bastante ampla e pouco conclusiva, ainda tem se mantido viva nos corredores da ciência geográfica. Cabe destacar que Ross (2009, p. 13) afirma: “Não existe Geografia sem sociedade, pois é com base nesta que se elaboram as análises geográficas e se podem executar aplicações fundamentais nos conhecimentos obtidos. ”

Embora essa afirmação seja bastante verdadeira, ainda há certa dualidade nos vastos recintos da discussão sobre o pensamento geográfico. Há, por exemplo, na Universidade de São Paulo (USP), o programa de pós-graduação é dividido, separando um eixo em Geografia Física e outro em Humana, o que ocorre em outros programas de pós-graduação no Brasil, embora com outros nomes (como na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, que até poucos anos, separava a pós-graduação em Análise Ambiental e

Organização do Espaço). Todavia, acreditamos que a proposição de Ross (2009) deve ser acatada nessa pesquisa.

Entre as novidades na discussão geográfica se encontram as categorias de análise desta ciência, as quais constituem-se no arcabouço teórico-metodológico usado para discutir a atuação humana no meio natural (SANTOS, 1996; 1998; ROCHA, 2008; PELEGRINI, 2008; CAMACHO, 2010). As categorias de análise da ciência geográfica são: Espaço, Paisagem, Território, Região, Lugar (SANTOS, 1996; ROCHA, 2008; PELEGRINI, 2008; CAMACHO, 2010); e alguns acrescentam as Redes (FERNANDES, 2015; SANTOS, 1996). Esses conceitos são discutidos amplamente nos trabalhos do geógrafo brasileiro Milton Santos, que propõe uma análise dessas categorias nos aspectos da Geografia (SANTOS, 1996).

O espaço é uma categoria que possui certa característica mais complexa, pois, o mesmo existe à priori (SANTOS, 1996). Dadas as transformações e reconstruções que ocorrem a todo momento, pensar o espaço significa investigar um objeto amplamente modificável, que, por sua vez, possui certas configurações que nos informam sobre o comportamento dos indivíduos que ocupam certos territórios. Pelegrini (2008) sustenta que o espaço em sua concepção de categoria ou conceito chave, tardou em surgir no ambiente epistemológico da geografia.

Para Santos (1998, p. 39): “O espaço é, em todos os tempos, o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações.” Numa outra afirmação, Santos (1996, p. 26) assegura que o espaço é: “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social.”

Por muito tempo, teve-se que a paisagem se refere a tudo que se pode alcançar com os olhos numa circunstância qualquer (SANTOS, 1996), mas, recentemente há outras possibilidades para o uso desse termo, inclusive o princípio de paisagem cultural, que perpassa a ideia de natureza, transformada ou não pela atividade antrópica. De acordo com Santos (1996, p. 61), paisagem é:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 1996, p. 61).

É evidenciado por meio dessa noção, oferecida por Santos (1996), que a paisagem não é estática, ela está sempre em transformação. E, vários autores concordam que a paisagem está implícita na história e vice-versa (SANTOS, 1996; 1998; PELEGRINI, 2008; ROSS,

2009; AB'SÁBER, 2012). Além disso, Ross (2009, p. 37 apud ZONNEVELD, 1989), assegura que a paisagem é: “Uma parte do espaço, na superfície da Terra, que consiste de um complexo sistema formado pelas atividades das rochas, da água, ar, plantas, animais e homem e é uma entidade que tem fisionomia e forma reconhecível.”

O território está associado ao conceito de domínio e poder, tendo em vista que existe relacionado com as atividades desenvolvidas no espectro socioeconômico ou de outra matriz identitária (inclusive, pode-se falar de territórios de gangues, etc.), ou seja, está sujeito a certa vertente ideológica (PELEGRINI, 2008; CAMACHO, 2010). Um dos grandes nomes no debate acerca dessa categoria é o Rogério Haesbart. O território é uma categoria complexa, e sobrepõe a paisagem, as vezes ao lugar e a região além de trazer à tona o princípio do imaginário (SANTOS, 1996; PELEGRINI, 2008).

Segundo Camacho (2010) o território possui como elemento principal o seu processo dialético de construção. Para o autor, a construção do território compreende a subordinação ao modo de produção vigente e, portanto, sua produção é influenciada, principalmente, pela amarração entre o poder econômico e o poder político. Além do exposto, como mostra Santos (1998) é no território que se dá a racionalização do poder. O que expõe o impacto dessa categoria e sua ligação patente com as forças políticas hegemônicas em determinado momento histórico.

A região, enquanto categoria que expressa uma identidade de certos locais, é um conceito bem conhecido pelos planejadores, sobretudo no que diz respeito à aplicação das políticas públicas. De acordo com Diniz e Batella (2005) em Minas Gerais, órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação João Pinheiro (FJP) são responsáveis pela delimitação das regiões oficiais do estado. O que mostra a relevância que essa categoria desfruta, nos corredores do planejamento urbano e regional. Dessa forma, essa categoria representa o agrupamento de certas características sociais, humanas ou fisiográficas de certa localidade (PELEGRINI, 2008; ROCHA, 2008). É útil, tanto para a Geografia Física quanto para a Geografia Humana, possibilitando a elaboração de certos recortes espaciais que facilitam ao analista conhecer melhor o terreno em que se trabalha, seja qual for a finalidade (DINIZ e BATELLA, 2005; ROSS, 2009; AB'SÁBER, 2012; FONSECA *et al.* 2019). Ainda sobre região, Santos (1998, p. 48) afirma: “As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional.”

No tocante às Redes, cabe destacar que estão relacionadas, de certa forma, ao Território, tendo em vista que recorrem ao aspecto das influências recíprocas ou não, entre

unidades que exercem poder em certa circunstância, tempo e lugar (SANTOS, 1998; ROCHA, 2008; FERNANDES, 2015).

As redes são áreas de influência de certos setores sobre outros, de modo que uma localidade recebe influencia em maior ou menor grau de outra, em determinado setor. Assim, por exemplo, uma cidade maior goza de certos pontos específicos de atendimento em certo eixo (saúde, por exemplo), atendendo as demandas das localidades menores que a cerca; enquanto isso, essa mesma cidade, pode depender em aspectos mais específicos e de maior tecnologia, de outro núcleo urbano, o que mostra que ela, sendo referência da rede, é também hierarquizada abaixo de outra, na mesma rede (SANTOS, 1998). O autor questiona a velha maneira de analisar a rede urbana, assegurando que as cidades não sofrem tanta influência de outra, ainda que próxima, mas a interação se dá pela força das relações estabelecidas, podendo, um ente federativo de outra nação, manifestar influência sobre outro, mesmo estando distantes.

De acordo com Fernandes (2015, p. 61):

A reflexão sobre as redes complementa a discussão sobre os recortes espaciais, pois revela uma forma significativa da organização do espaço. As redes devem ser entendidas como “espaços de conectividade”. São formadas por pontos fixos que constituem seu suporte e pelos fluxos que promovem a circulação, distribuição e comunicação entre esses fixos. As redes funcionam como transmissores. Assim, os fixos são as bases técnicas, enquanto os fluxos são os movimentos (FERNANDES, 2015, p. 61).

O lugar está diretamente relacionado com o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um grupo ou a uma parcela de terra, em outras palavras (FREITAS, 2008), o lugar é o depositário final dos eventos (ROCHA, 2008). É uma categoria mais subjetiva, embora rodeada de objetividade, paradoxalmente. Y-Fi Tuan é o responsável pelas discussões nesse aspecto, o autor tem notória expressividade no assunto e é reconhecido na geografia pela sua identidade como pesquisador, sobretudo no núcleo da conhecida Geografia Humanística (MARANDOLA JUNIOR e GRATÃO, 2003; PESSANHA, 2016). Essa é a categoria que, optamos por abordar para compreender a Comunidade Santa Helena, considerando que, devida a relação dos moradores dessa comunidade com a terra, justifica-se que criaram certos laços com a mesma, desenvolvendo topofilia (amor pelo lugar).

Para Freitas (2008, p. 43): “A consciência do passado é imprescindível para o amor ao lugar. Talvez esta seja a razão de visitantes e nativos terem visões diferentes sobre um determinado local.” Essa proposição é verdadeira para a comunidade estudada, pois, há certo distanciamento na compreensão do significado da localidade entre os visitantes e os

moradores desta, uma vez que os moradores do P.A estudado já possuem laços “perenes” com a localidade onde vivem.

A Agricultura Familiar, dada a sua especificidade enquanto prática que se desdobra no campo, possui certa aproximação com o conceito de lugar. Isso se dá devida a singularidade que essa prática exige, pois, o pleno relacionamento das famílias com a agricultura, no panorama que aborda apenas membros da família (excetuando-se momentos específicos, quando contratam, por curtos períodos, indivíduos externos a família), possibilita a criação de vínculo afetivo com o local onde vivem (FREITAS, 2008; PESSANHA, 2016).

A seguir é apresentada uma breve exposição sobre o lugar do pertencimento dos agricultores, considerando uma abordagem que parte do geral para o particular.

1.5.1. O lugar de pertencimento dos Agricultores.

Compreendido pela existência de um grupo social ou autores com “pertencimento” a uma dada localidade e cuja identidade materializa-se na relação com o espaço e com um conjunto de símbolos culturais, o lugar se manifesta através das experiências (PESSANHA, 2016). Além disso, a prática campestre, em si mesma, consiste na relação afetiva do indivíduo com o meio social e a terra que cultiva. Isso confirma o que vem sendo discutido na literatura, sobretudo no eixo da geografia Humanística (MARANDOLA JUNIOR e GRATÃO, 2003; FREITAS, 2008; PESSANHA, 2016).

Numa breve abordagem, cabe ressaltar que o conceito de agricultura familiar no Brasil surge atrelado às políticas públicas para o campo. Essa modalidade de agricultura parte da premissa que os componentes da família estarão envolvidos nas atividades produtivas que a mesma desenvolve. Portanto, contrasta com a atividade patronal (NAVES e MENDES, 2014). De acordo com Chueng (2013) houveram várias tentativas de nomear a agricultura familiar. Para o autor, na década de 1990 eles eram conhecidos por: produtor de subsistência, pequeno produtor ou produtor de baixa renda. De forma que, devido as lutas dos sindicatos na busca por subsídios e fomentos e as tratativas de regulamentação desses indivíduos é que apareceu o termo agricultura familiar (CHUENG, 2013).

A agricultura familiar⁴ vem sendo discutida no Brasil a muito tempo, portanto essa categoria analítica não deve ser confundida com a nova Sociologia Rural (ZANGARO, 1998). Considerando todos os desdobramentos históricos da nação, cabe ressaltar que pouco

⁴ Na próxima seção a temática da agricultura familiar será discutida mais detidamente.

se fala em relacionar essa prática com o sentimento de pertencimento dos que a realizam. Todavia, os agricultores familiares, cujas atividades orbitam em torno da geração de renda para autoconsumo, por meio do uso da terra em pequenas propriedades rurais, carregam, dentro de si, a relação com a categoria lugar (FREITAS, 2008).

As pessoas que praticam a agricultura familiar, por sua vez sentem-se ligadas ao “pedaço de terra” que usam para realização de suas tarefas. Há vários estudos falando sobre essa temática (FREITAS, 2008; CHUENG, 2013; NAVES e MENDES, 2014; SOUZA, 2017), citando a relação tácita deste tipo de atividade com a categoria supracitada. Isto mostra que os indivíduos que ocupam o espaço rural, cuja circunstancia se dá na efetivação da agricultura familiar, estão ligados a terra pelo pertencimento, o que não pode ser verdadeiro para a relação capitalista que se desdobra nos grandes latifúndios.

No Canadá (SILVA, 1999) verificou que a agricultura familiar está fortemente associada com a relação ao pertencimento. Segundo o autor, no Canadá a agricultura encontra-se dominada por unidades familiares relativamente grandes e capitalizadas. Na França, a relação de pertencer ao lugar que trabalha na agricultura familiar é relativamente clara, uma vez que naquele país esse segmento da agricultura tem origem no modo de vida camponês (SILVA, 1999). Nos Estados Unidos, observou-se que há certa relação entre AF e sentimento de pertencimento a o ambiente que ocupa. Contudo, o sentido que é dado a agricultura familiar naquele país é bem diferente do que ocorre no Brasil; para eles, basta a propriedades ser gerida pela família, ainda que integrada a um modelo capitalista de mercado, pode ser considerada agricultura familiar (PEREIRA, 2016).

Na região Norte do Brasil Freitas (2008) desenvolveu um estudo sobre essa relação e identificou afinidade das famílias que trabalham no segmento em estudo. Na porção sul do território brasileiro também foram identificadas relações afetivas entre os indivíduos que praticam agricultura familiar e a terra (GAZOLLA, 2004). No centro-oeste Naves e Mendes (2016) e Chueng (2013) verificaram a mesma relação, no sudeste e nordeste também foram verificadas condições similares.

Em Minas Gerais, essa relação foi discutida por pesquisadores de várias instituições, que mostram certa aproximação entre a AF e sentimento de pertencimento, o que assegura o conceito de lugar (PERES JUNIOR *et al.* 2013). Os autores destacam que a agricultura mineira possui uma composição majoritariamente familiar. Por outro lado, esses autores observaram que a AF no estado não é homogenea, possuindo certa variabilidade espacial.

No norte de Minas vários estudos podem ser destacados como abordando AF e lugar, entre estes um olhar particular deve ser dado ao Projeto OPARA, coordenado pelo professor Carlos Rodrigues Brandão cuja contribuição é elementar para compreender as múltiplas relações que surgem nas vivências da vida campesina. Além disso, os trabalhos de Cunha (CUNHA, 2006; CUNHA e BRANDÃO, 2017) merecem atenção, por identificar a relação entre lugar e vida no campo, tanto em Buritizeiro/MG, quanto em Barra do Pacuí (CUNHA e LOPES, 2008), que pertence a Pirapora, ou outras áreas das planícies do São Francisco (ou depressão Sertaneja).

Ainda no Norte do estado cabe mencionar a contribuição de Dayrell (2012) e Dayrell *et al.* (2017), que registram a vida no campo por uma perspectiva bastante animadora. O autor identifica o aparato que as famílias que assim vivem dispõem e como elas devem ser assistidas. Além de vários outros autores que comentam, inclusive, sobre as sementes crioulas como ferramenta de resistência que os camponeses têm.

Cabe ressaltar que vários projetos foram criados visando manter as famílias no campo, entre eles cabe destacar o Projeto Chico Fulô, com sede em Buritizeiro, cuja missão consiste em subsidiar as pessoas dos assentamentos na produção de alimentos ou outros produtos, visando dar melhores condições as famílias. Projetos como esse têm apoio de vários órgãos, entre eles, o Movimento do GRAAL no Brasil. Contudo, a presença desses órgãos não exclui o pertencimento dos indivíduos a comunidade que residem, pelo contrário, reforça-a ainda mais, dando lhes possibilidades de viverem independentes (ainda que em certa medida, pois em várias comunidades há famílias que dependem de renda extra, seja trabalhando para outra família ou até mesmo nas cidades mais próximas).

1.6. Agricultura Familiar

De acordo com Chueng (2013) o mundo rural é caracterizado, historicamente, devido se organizar em torno da produção de alimentos, de modo que, aos agricultores familiares cabe uma importante missão de abastecimento das sociedades, e isso deve ser realizado a partir daquilo que é produzido em suas propriedades. Para a autora a relevância do papel da agricultura familiar no desenvolvimento de um país deve ser sempre levada em consideração. Por isso, a presente pesquisa se interessa pela compreensão dessa questão.

Conforme Dayrell *et al.* (2017) é difícil encontrar uma definição ampla o suficiente para agricultura familiar, pois há uma gama muito grande de manifestações correlatas no campo, o que sugere que qualquer tentativa de síntese será, no mínimo,

reducionista. Naves e Mendes (2014) afirmam que a agricultura familiar no Brasil apresenta diversidade e diferenciações regionais, confirmando a hipótese de Dayrel *et al.* (2017). Outro ponto importante, é o fato de os agricultores familiares possuírem uma identidade cultural, fundamentada nos valores, tradições, religiosidade, festividade, vizinhança e parentesco, o que é ratificado por diversos autores (NAVES e MENDES, 2014; DAYRELL *et al.* 2017).

A agricultura familiar caracteriza-se através da relação entre terra, trabalho e família, o que produz, por sua vez um sentimento de pertença (FREITAS, 2008; DAYRELL, 2012; NAVES e MENDES, 2014). Outra consideração relevante nesse aspecto é que o trabalho dos agricultores familiares é realizado pela família e quando necessário é contratado trabalhadores temporários (NAVES e MENDES, 2014). Para esses autores, os agricultores familiares caracterizam-se pelas relações de solidariedade entre os parentes, amigos e vizinhos, o que mostra ser diferente da agricultura inteiramente comercial, no caso das grandes propriedades.

O conceito de “agricultura familiar” corresponde a uma unidade de produção agrícola em que a família é proprietária dos meios de produção, ou de parte destes, em que assume o trabalho e a administração do estabelecimento produtivo, incluindo desde o campesinato tradicional até o agricultor familiar moderno (LAMARCHE, 1993). Isso mostra que é uma atividade de pequena escala, mas, que pode atender uma demanda bastante significativa, e, para além do “tamanho” da propriedade ou do quantitativo atendido, esse modelo de atividade possui o poder de emancipar os que dele participam.

Em termos legais, foi a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil. Para elaboração de tais diretrizes, esses órgãos tiveram suporte do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, e suas respectivas secretarias de Agricultura Familiar, Reordenamento Agrário e Desenvolvimento Territorial. Segundo a referida lei, a agricultura familiar compreende os modos de vida e as formas de produzir, em unidades de produção agropecuária ou extrativista, em áreas de até quatro módulos fiscais, sendo o trabalho exercido predominantemente pela família. Este setor produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo gerado no país e emprega 74% das pessoas ocupadas no campo.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar constituía na época a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; respondia por 35% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e absorvia 40% da população economicamente

ativa do país. Segundo o referido censo, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar (MAPA, 2016).

Considerando o Estado de Minas Gerais, o Censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar mineira representava 79% dos estabelecimentos agropecuários do Estado, ocupa uma área de 27% das propriedades rurais, o que representa 15% da área total do território mineiro. A mesorregião Norte de Minas conta com 77.706 estabelecimentos de agricultura familiar, o que representa 17,7% da participação do Estado. Este setor conta ainda, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2014), com 109 assentamentos de reforma agrária, o que equivale 27,8% da participação dos 391 assentamentos de Minas Gerais.

Na área de estudo se observa a presença da agricultura familiar, sobretudo no que diz respeito ao cultivo para autossustento. Tais observações mostram o ajustamento entre o empírico e o teórico nessa localidade. Portanto, no capítulo dois serão abordados os avanços da agricultura no Cerrado Brasileiro, mineiro, no Norte de Minas Gerais, e em Buritizeiro. Serão considerados os assentamentos da reforma agrária e suas diferentes categorias, bem como as políticas públicas que visam manter os assentados no campo, ofertando-lhes meios de aquisição de melhor qualidade de vida.

CAPÍTULO II

2. A agricultura no Bioma Cerrado: questões ambientais e políticas públicas para o campo.

Este capítulo parte da abordagem da ocupação do Bioma Cerrado, considerando os avanços que se desdobraram nesta área, desde a envergadura nacional ao território de Buritizeiro/MG. Dessa forma, cabe destacar que uma das principais atividades que se desenvolveram no referido Bioma foi a implantação das grandes monoculturas, iniciadas, sobretudo, com o avanço da Revolução Verde, cujos resultados foram marcados pelo rompimento da fronteira agrícola (NUNES, 2007).

Dadas as características edafoclimáticas do Cerrado, além dos solos de baixa fertilidade natural, que exigem correção da acidez, e da baixa proporção de matéria orgânica, sua área passou a ser objeto de investimentos após os avanços no uso dos agroquímicos (CUNHA *et al.* 2008). Logo, o crescimento das áreas ocupadas com agricultura no território do bioma supracitado, foi respaldado pela apropriação de maquinário agrícola, bem como pelo uso intensivo de métodos de correção da acidez do solo, e adubação química.

Nos estados como: Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e no Distrito Federal, onde há incidências da área core do bioma Cerrado (AB'SABER, 2012) a agricultura foi implantada sob égide de políticas públicas desenvolvimentista, visando ampliar a oferta de *commodities* no mercado internacional (SANTOS, 2015; FREDERICO, 2013). Essa lógica de mercado, relacionada a apropriação da terra acabou por produzir o êxodo rural neste bioma. Este fato resultou na redução drástica do quantitativo de pequenos produtores na área rural do Cerrado.

Conforme Frederico (2013) o avanço da agricultura moderna⁵ no Brasil teve dois principais momentos: em 1970, com o impacto da Revolução Verde; e na década de 1990, quando se apropriou da agricultura científica globalizada. Essa última, caracterizada pelo uso das tecnologias modernas, o que gerou uma nova dinâmica para as condições de vida no campo no país. E, a forma de vida campesina, não ficou alheia a esses fatos, sendo afetadas, diretamente em sua maneira de lidar com a terra. Além disso, as políticas públicas, oriundas daquele período, privilegiaram os oligopólios em detrimento do trabalhador rural, dedicado a agricultura camponesa tradicional (DAYRELL, 2012).

⁵Entenda por moderna, será entendida nessa dissertação, como sendo o tipo de agricultura que é oposta a agricultura familiar, camponeses ou produtores tradicionais. Ver. Santos, 2015.

O fenômeno de ocupação do Cerrado brasileiro por meio da agricultura, sobretudo, o que ocorreu mais recentemente, passou a ser conhecido como o avanço sobre a fronteira agrícola. Tal ocupação se deu de forma heterogênea no território do país, alcançando, desde o MATOPIBA, região criada em 2015, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (SANTOS, 2015) aos planaltos de Minas Gerais, povoados com monoculturas de eucaliptos e pinos, além de soja, milho e algodão, que foram implantados posteriormente (BAGGIO e HORN, 2008).

No estado de Goiás, a ocupação do Cerrado seguiu a mesma lógica das outras unidades da federação que fazem parte deste bioma. O pacote tecnológico, condicionado pela Revolução Verde, foi implementado no território goiano com objetivo de ampliar a oferta de alimentos, implantando, dessa forma, as monoculturas em larga escala (DUTRA e SOUZA, 2017). De acordo com esses autores, em Goiás na ocupação do bioma supracitado, se destaca o cultivo de soja, seguido pela Cana-de-açúcar; monoculturas que foram estabelecidas com base em um apoio estatal e balizada pela economia global.

No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se desatacam a ocupação das áreas do bioma supracitado com grandes plantios de soja. Conforme Frederico (2013) este grão figura como a principal *commodity* agrícola do país, na esfera da produção para exportação. Para o autor, na região Centro-Oeste os dois estados acima se destacam na produção deste grão. Essa forma de apropriação do espaço segue como nas outras unidades da federação, a lógica capitalista, cuja finalidade do uso da terra fica restrita ao acúmulo do capital.

É consenso entre pesquisadores que a década de 1970 foi marcada pelo avanço do cultivo sobre as áreas de Cerrado, que, na ocasião figurava como fronteira agrícola, sendo, posteriormente, povoado pelas monoculturas e, conseqüentemente, infestada pelo uso dos agroquímicos (BAGGIO e HORN, 2008; DAYRELL, 2012; FREDERICO, 2013; SANTOS, 2015; DUTRA e SOUZA, 2017). Essa ocupação gerou problemas ambientais, sobre os quais falaremos mais adiante, em um tópico específico sobre a temática. Outro problema, até mesmo pouco reconhecido foi a devastação da “cultura” de povos tradicionais, que anteriormente habitavam essas áreas, tendo que abandonar a terra e, com isso, os conhecimentos adquiridos caíram no esquecimento (DAYRELL, 2012; DUTRA e SOUZA, 2017).

Outra proposição, também consensual é a premissa de que o Cerrado foi ocupado pelas atividades agrícolas, transformando as grandes propriedades em agronegócio, apropriando-se do modelo conhecido como *agribusiness*, importado dos países industrializados (CUNHA *et al.* 2008; FREDERICO, 2013; SANTOS, 2015; DUTRA e

SOUZA, 2017). Esse modelo, favorece a produção em larga escala, utiliza do pacote tecnológico de forma intensiva, tanto pela apropriação dos agrotóxicos, como pelo uso das sementes transgênicas, cuja meta é aumentar a produtividade, contudo, as premissas ambientais não são atendidas nessa forma de produção, o que resultou em situações desagradáveis, entre as quais pode se citar a contaminação do lençol freático e da água superficial, respectivamente (CUNHA *et al.* 2008; BAGGIO e HORN, 2008; DUTRA e SOUZA, 2017).

Em Minas Gerais a ocupação dos espaços do bioma supracitado se deu na mesma lógica das outras unidades da federação. Neste estado, os impactos da revolução verde e da globalização se sentiu ao passo que as atividades agrícolas alteravam suas matrizes, passando a atender a demanda da produção mercadológica (GENARO e CHELOTTI, 2013). De acordo com Silva (2000) a ocupação do Cerrado mineiro se deu, sobretudo, após as décadas de 1960 e 1970, com apoio do Estado, tendo como principais justificativas a posição estratégica deste bioma no país, o que significava proximidade com os grandes mercados consumidores. Além disso, a autora assegura que na época, pensava-se que a economia nacional seria aquecida por meio da modernização dos meios de produção agrícola.

No Norte de Minas Gerais, esse processo se desencadeou seguindo os mesmos paradigmas do restante do estado, porém com certas peculiaridades. Por ser uma área com grandes superfícies tabulares (chapadas), relativamente planas, o plantio de eucaliptos e *pinus*, de forma generalizada, se fez presente nessa mesorregião (CUNHA *et al.* 2008; BAGGIO e HORN, 2008). Embora esse modelo de agricultura, cuja base se mantém no agronegócio ou nos latifúndios, se faz presente na mesorregião em apreço. Todavia, nesta porção do território mineiro, contrasta com os geraizeiros (ou agricultura Geraizeira), que, mesmo em meio a essa forma de produção cuja finalidade é a exportação, se mantém viva e ativa (DAYRELL, 2012).

Para Dayrell (2012) a ocupação do Cerrado mineiro e, norte mineiro se deu pela inserção camponesa, que, aos poucos perdeu espaços para a pecuária extensiva, desde o período colonial, que, aos poucos transformou a estrutura desse ecossistema. Segundo este autor, com o projeto de levar a capital da nação para o Planalto Central (área de Cerrado), inicia-se uma nova fase de ocupação deste bioma. Por conseguinte, o território da mesorregião supracitada, não ficou alheio a esse processo.

No P.A Santa Helena podem ser observadas alterações ambientais provenientes da ocupação da área do Cerrado pelas monoculturas de eucaliptos em localidades situadas à montante do mesmo. O assoreamento dos canais de drenagens, gerando grandes quantidades de areia em vários pontos, tanto dos córregos quanto do Rio do Sono, mostra que a ocupação

deste Bioma nas décadas pretéritas deixou as suas marcas. E, tais marcas refletirão na qualidade de vida dos assentados, pois, a diminuição dos recursos hídricos para os assentados impacta direta e indiretamente, a produtividade dessas famílias, refletindo nas condições socioeconômicas das mesmas.

2.1. O Avanço tecnológico no meio rural

Um dos principais marcos na mudança do modo de vida no campo foi a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no século XVIII, cujas alterações foram responsáveis por acelerar a mobilidade, devido a criação da Máquina à Vapor. Nesse período foram criados também os teares, cuja finalidade era trabalhar com maior rapidez a criação de tecidos. Essa revolução, ainda que lentamente causou alterações no modo de vida no campo, iniciando um processo que, acreditamos, ainda está em profunda mutação.

A presença de maquinários agrícolas, bem como, colheitadeiras tornou-se comum nas áreas rurais. O processo produtivo foi alterado substancialmente, de forma que mudanças profundas ocorreram nas áreas rurais desde a revolução supracitada (CAMELO e BEZERRA, 2016). O uso das ordenhas mecânicas, ou da apropriação da pecuária confinada, passam a integrar as formas de uso e ocupação da terra, que antes era feita numa outra lógica. Essas mudanças não ocorreram em um único ponto do globo isoladamente, porém em toda a superfície do planeta (com raríssimas exceções). Por isso, a seguir abordamos a temática das tecnologias no campo, e as consequências dessa mudança de paradigma.

Entre os problemas causados pelos avanços tecnológicos no campo alguns ganham destaque, entre estes, o desemprego estrutural no recinto rural, oriundo da substituição da mão de obra humana pelas máquinas, resultando na saída em massa de famílias rumo às grandes metrópoles (OLIVEIRA JUNIOR, 1989; VIAN *et al.* 2013). Um dos primeiros países a passar por essa transformação foi Inglaterra, que desde meados de 1700 já passava por mudanças no que diz respeito à vida campesina (CAMELO e BEZERRA, 2016). A introdução das máquinas agrícolas, aceleraram a produção, porém, deixaram milhares de pessoas desempregadas, pois, não dependia delas para realizar a tarefa.

Depois, essas mudanças alcançaram outros países europeus como Bélgica, Alemanha, França e Itália, e, só depois abrange os Estados Unidos. As mudanças no campo foram implementadas aos poucos, alcançando um contingente bastante expressivo (OLIVEIRA, 2004). Para a autora, o foco, na maioria dos estabelecimentos abrangidos por

essas mudanças, foi direcionado para a produção em larga escala, ampliando e muito as áreas dos latifúndios. E, nesses latifúndios, passaram por uma redução drástica no número de trabalhadores, enxugando, por assim dizer, o quantitativo de empregados, exigindo, a partir de então uma mão de obra mais qualificada (tratoristas, operadores de máquinas etc.), modificando totalmente a demografia das áreas do campo.

O avanço tecnológico no meio rural brasileiro segue a lógica global; dá-se ao passo que se pensa em alimentar a população mundial, contudo, a prática (isto é, a análise empírica) tem provado que os objetivos destes avanços parecem um tanto escusos. De acordo com Frederico (2013) a Revolução Verde foi o principal fenômeno responsável pela inserção das tecnologias no recinto rural, o que ocorreu tanto no exterior quanto no Brasil. E, para o autor, no Brasil esse fenômeno contou com elevada intervenção estatal.

Esse avanço tecnológico, ganha força, no território brasileiro com a chamada modernização conservadora, implementada no período do Regime Militar (Ditadura Militar) em que se preocupava com a ocupação da porção oeste do país (DAYRELL, 2012; FREDERICO, 2013). Nessa época haviam algumas máximas, entre as quais prevalecia falsa ideia de um vazio demográfico no Norte do Brasil: levar os homens sem terra para a terra sem homens; integrar para não entregar, dentre muitas outras (PASSOS, 2019). E, no tocante a ocupação do Cerrado não foi diferente, a falsa ideia de vazios, no tocante as áreas rurais deste bioma, não considerou os povos tradicionais que ali habitavam, nem mesmo os coletores ou pequenos produtores, que, ao passo que a modernização agrícola ocorria, tiveram que deixar seu “pedaço de terra” e se virar para sobreviver nas grandes cidades (ANDRADES e GANIME, 2007; DAYRELL, 2012; FREDERICO, 2013).

As áreas do sul e sudeste, e principalmente o eixo Rio-São Paulo, foram os primeiros a passarem por essa metamorfose espacial. Dadas as características do país, tendo em vista o seu tecido histórico, essa porção do território alterou as dinâmicas do uso das tecnologias no campo mais rapidamente que as outras partes do país (BALSAN, 2006). O Rio Grande do Sul, por exemplo, deu partida nas mudanças de paradigma em relação ao uso das tecnologias nas propriedades rurais desde os anos 1960 (MEDEIROS, 2005). Conforme Balsan (2006) o Paraná, também no sul do Brasil, segue dando sequência a apropriação dos meios de produção capitalista, visando produção em grande escala, mas, ignorando a presença do pequeno agricultor (ou agricultor familiar).

Nos estados que possui o bioma Cerrado como cobertura vegetal original, o uso das tecnologias coincide com o uso das modernas tecnologias (DAYRELL, 2012; FREDERICO, 2013; NAVES e MENDES, 2014), tendo em vista as características

edafoclimáticas das áreas ocupadas com essa formação florestal. Portanto, quando mencionamos a ocupação do Cerrado, já está implícita a premissa do uso das tecnologias no recinto rural, de forma que, refletir sobre a ocupação do referido bioma consiste em considerar os avanços técnico-científicos que orbitavam o mundo na década de 1970.

A ocupação das áreas deste bioma deu-se em uma harmonia síncrona com a Revolução Verde (1970) e a agricultura científica (1990), oriunda da globalização econômica. Esta última, acelerou ainda mais as transformações sociais que ocorriam na zona rural dos municípios inseridos na área do Cerrado. Além disso, em Minas Gerais a mecanização agrícola foi mais acentuada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que se constitui uma das principais regiões produtivas do agronegócio no Brasil (SANTOS, 2019). O Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha não receberam a mesma atenção, concernente ao uso das tecnologias agrícolas, que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, por isso, não se equipara a esse território em termos de produtividade (BASTOS e GOMES, 2011). A região da Zona da Mata, dadas as características geomorfológicas, permanece com baixa ocupação agrícola, e conseqüentemente, menor proporção em uso das tecnologias no campo, quando comparada a outras mesorregiões deste estado (BASTOS e GOMES, 2011; AB'SABER, 2012).

Em suma os avanços tecnológicos e suas respectivas aplicações na zona rural acabou por gerar uma contradição. Primeiro, porque não eliminou a fome em nível global, como se pretendia e; segundo, porque acabou destruindo culturas e saberes de povos tradicionais, os quais se viram obrigados a mudarem para cidades, agindo na contramão de toda a sua trajetória e saberes já estabelecidos (BALSAN, 2006; DAYRELL, 2012; FREDERICO, 2013; NAVES e MENDES, 2014). Esses indivíduos, que deixaram suas terras devidas às pressões dos latifundiários, acabam com duas alternativas: ou passam o resto de suas vidas na cidade, aventurando-se como trabalhadores assalariados ou buscam, quando há oportunidades, ingressar em um assentamento de Reforma Agrária para, dessa forma, retomarem o seu modo de vida, numa outra localidade, mas, com uma relação substantiva com a terra.

Quanto ao PA Santa Helena, os avanços tecnológicos resultaram da necessidade de que esse assentamento viesse a existir, posto que, os indivíduos que participam do mesmo, são pessoas com “perfil” de trabalhador rural. Tal perfil é exigência do INCRA para que a família seja inserida em algum projeto de assentamento, tendo em vista que a meta da Reforma Agrária é trazer para o campo, o indivíduo que, devidas as circunstâncias pretéritas, teve que deixá-lo. Sendo assim, o impacto da revolução verde na área de estudo fica implícita na própria formação do assentamento. Contudo, a referida revolução atinge os assentados

também na forma de produção, pois, a associação adquiriu um trator para a Comunidade e o uso de agroquímicos, além de outros meios que auxiliam na produção, vez por outra, são temas das reuniões no assentamento.

2.2. A questão ambiental e a área de estudo

A preocupação com os recursos naturais não é muito recente, desde a Conferência de Estocolmo (1972) o tema vem sendo discutido em vários encontros ao redor do mundo. Antes disso, uma publicação chamou a atenção dos cientistas, trata-se do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, lançado em 1962, cuja temática abrangia as demandas ambientais (SANTOS e FONSECA, 2016). E, mais recentemente, a discussão tem se concentrado em torno da causa do conhecido “aquecimento global”; um grupo assegura que não passa de um processo natural do próprio planeta, de forma que a cada certa quantidade de anos a Terra passa por essas variações de temperatura, e o homem não pode fazer absolutamente nada a respeito (ONÇA e FELÍCIO, 2012; FELÍCIO, 2014; ONÇA, 2015). Por outro lado, há “cientistas” que asseguram que o aquecimento está relacionado com as atividades antrópicas, as quais estariam colaborando para o aumento do dióxido de carbono CO₂ na atmosfera do planeta (JACOBI, 2003; JACOBI *et al.* 2011; SILVA e PAULA, 2009)⁶. Portanto, seria possível alterar ou até mesmo frear o aquecimento.

Além das conferências citadas acima cabe destacar a Rio 92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Brasil em 1992. Posteriormente, nosso país sediou a Rio mais 20 (vinte anos depois, em 2012) cuja pauta incluía temas como Desenvolvimento Sustentável (ou sustentabilidade, cujo lema é utilizar dos recursos naturais presentes, de forma que no futuro, eles ainda possam ser utilizados novamente). Nessas conferências a Organização das Nações Unidas (ONU) prima sempre pela busca do equilíbrio no uso dos recursos naturais, conscientizando a população que tais recursos são finitos, premissa ignorada por muitos anos (JACOBI, 2003; SANTOS e FONSECA, 2016).

O derretimento de geleiras, poluição dos centros urbanos, o crescimento demográfico e temas correlatos a redução da pobreza e implementação de igualdade social têm sido também discutidos. A discussão em torno das questões ambientais é bastante complexa, pois, afeta interesses diversos, e, os atores sociais envolvidos na esfera da tomada

⁶ Silva e Paula (2009) apresentam uma reflexão acerca da causa do aquecimento global, se antropogênica ou natural. Os autores analisam relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas), bem como, discorrem sobre as acirradas disputas entre cientistas sobre esse tema.

de decisões podem não ser unânimes (FONSECA *et al.* 2013). Portanto, o conflito na esfera dos elaboradores das políticas públicas para o meio ambiente resulta em dificuldades de se manter um diálogo equilibrado entre academia, sociedade e Poder Público. O que resta, é aguardar a conscientização popular e dos governantes, de forma que leis específicas sejam elaboradas (além das já existentes), cuja finalidade seja manter o desenvolvimento do país, sem, no entanto, degradar o meio natural (JACOBI *et al.* 2011).

Quanto à agricultura e pecuária, em se tratando das premissas ambientais, essas estariam interferindo na diminuição da quantidade de água disponível, além de reforçar o desmatamento em larga escala, visando ampliar a pecuária extensiva ou a implantação de alguma monocultura, como, por exemplo: eucaliptos, algodão ou soja, dentre outras (RODRIGUES, 2005; DEUS e BAKONYI, 2012). A discussão, tem, muitas vezes resultado em conflitos acirrados entre pontos de vistas, contudo, há os que asseveram que, em tempos pretéritos, a agricultura familiar, ou aquela correlata a esta, se dava em plena harmonia com os recursos naturais (DAYREL 2012) de forma, que, a medida que esse tipo de tratamento com a terra foi alterado pela lógica capitalista, os efeitos predatórios se intensificaram.

Com já relatado a ocupação do bioma Cerrado se deu em conjunto com a implantação do pacote tecnológico da Revolução verde e posteriormente, do *agribusiness* cuja finalidade visava produtividade em larga escala. Entretanto, os planejadores (e, entenda-se por planejadores os atores do Estado, que amplificaram, ações nesse sentido), não observaram alguns detalhes dessa implementação, o que resultou em danos ambientais severos, em certas localidades (RODRIGUES, 2005 NUNES, 2007; BAGGIO e HORN, 2008). Com a mecanização agrícola, os processos erosivos foram acelerados em certas localidades, dadas as características próprias dos solos do Cerrado (geralmente Latossolos). Além disso, cabe acrescentar a presença da aplicação dos agroquímicos, que, por meio do próprio ciclo hidrológico, passou a se mover para o lençol freático, causando problemas de magnitude bastante complexa, cujos resultados saberemos com o passar dos anos (RODRIGUES, 2005; BAGGIO e HORN, 2008).

E o Norte de Minas, bem como o próprio município de Buritizeiro, onde se localiza a área de estudo, não ficaram alheios a esse processo. Pode-se observar o assoreamento de córregos e rios deste ente federativo (Rio do Sono, por exemplo, muita carga de areia em seu leito), o que pode estar associado aos processos erosivos em áreas à montante das localidades afetadas. E, no próprio P.A Santa Helena se pode observar, tanto no Córrego Jacurutu, em determinadas localidades, quanto no Rio do Sono ou no Córrego da Onça, nos

quais há presença de bancos de areia, que pode ter origem em áreas à montante, pois, há plantios diversos nessas áreas, principalmente de eucaliptos.

Cabe salientar que a agricultura de autossustento, devida a sua peculiaridade, tende a degradar o meio ambiente em graus muito inferiores, quando comparada com a agricultura comercial (extensiva e de produção em larga escala). Uma vez que a primeira, além de emancipar os indivíduos que atuam no seu próprio meio de produção, ocorre em pequenas áreas, e, o preparo da terra, em alguns casos, não exige a movimentação de maquinários agrícolas pesados. O oposto ocorre na agricultura comercial, esta além de impossibilitar a emancipação do trabalhador, que muitas vezes é um simples assalariado, exige a movimentação de máquinas e movimentação do solo, causando, na maioria dos casos, aceleração em processos naturais, como, por exemplo, erosividade (gerando ravinas e voçorocas).

2.3. Assentamentos Rurais

Os assentamentos são frutos dos movimentos sociais no campo, e a temática da reforma agrária, em que abrange esses movimentos em seu bojo, tem sido uma constante desde os anos de 1950/60 (BERGAMASCO, 1997). Conforme essa autora, após 1964, com a tomada de poder pelos militares (Golpe Militar), ocorreram mudanças substanciais em relação ao campo, pois, o Governo passou a incentivar a modernização agrícola e o uso de insumos químicos. A estrutura fundiária, com base na concentração das propriedades nas mãos de um pequeno grupo, acabou sendo reforçada nesse período (BERGAMASCO, 1997).

Os anos seguintes foram tempos de profunda repressão para os movimentos sociais do campo, entre os quais, o clamor pela reforma agrária se fazia presente. Algumas mudanças ocorreram, ainda que lentamente, após a reabertura democrática do país, em 1985, contudo, ainda há muito a ser realizado para que se faça reforma agrária de forma efetiva no Brasil (MATTEI, 2012). Além disso, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, as expectativas em relação a mudanças no uso das terras estavam em alta. E, nos dias atuais, mesmo com os avanços advindos das pressões exercidas pelos movimentos sociais do campo sobre o Poder Público, há muito a ser feito para que a reforma agrária ocorra de fato.

Importante ressaltar que o INCRA é o principal órgão ligado a Reforma Agrária no Brasil, por meio dele os assentamentos rurais são organizados e estruturados; sejam eles

criados pelo Governo Federal ou até mesmo pelo município. Além disso, para criação de um assentamento de reforma agrária, geralmente, há forte participação de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município em que o assentamento será estabelecido, de forma que a ligação mediação entre os indivíduos a serem assentados e o INCRA e, em certas ocasiões, até outros representantes do Poder Público, é realizada pelos sindicatos. Isso mostra o importante papel que esses “atores” – os líderes dos sindicatos – exercem na condução do processo da Reforma Agrária no país (SILVA, 2018).

Os assentamentos rurais, na maioria das vezes, se iniciam com um acampamento, no qual as condições de vida são, geralmente, insalubres. São montados barracos de madeira ou de plástico e, em muitos casos, os assentados são reprimidos pelos proprietários das fazendas ou por pessoas enviadas por eles (BERGAMASCO, 1997); situação que muitas vezes resulta em morte. No entanto, tais adversidades não conseguem frear a resistência proposta pelos assentados, pois, anseiam por adquirir um sonhado “pedaço de terra” e nele viver, produzindo o seu sustento. E, as fazendas que são desapropriadas, geralmente enquadram-se em certas situações perante a União: estão em débito com o Estado ou são propriedades improdutivas (Latifúndios que não estão gerando retorno). Portanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não atua de forma desorganizada, estão cientes das propriedades que pretendem ocupar (MATTEI, 2012; SILVA, 2018).

Os assentamentos rurais resultam do anseio de dar a terra um tratamento apropriado, por parte dos que possui “vocação” para lidar com a vida no campo. Os assentamentos podem ser classificados em cinco modalidades⁷ de acordo com o INCRA (2019a). As modalidades são: Projeto de Assentamento Federal - PA; Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE; Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS; Projeto de Assentamento Florestal - PAF; e Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável - PDAS (Tabela 1). Cabe ressaltar que até 2017 havia uma sexta modalidade, contudo foi revogada em legisla o específica, trata-se do Projeto de Assentamento Casulo - PCA⁸. Na Tabela 2, estão expressas as modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA.

⁷Al m das cinco modalidades, o INCRA já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informa es de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) os Projetos de Coloniza o (PC), os Projetos Integrados de Coloniza o (PIC), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso. Informa o disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>, acessado aos 24/07 de 2019.

⁸Modalidade revogada pela Portaria INCRA n  414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017. Informa o disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>, acessado aos 24/07 de 2019.

No Brasil há, atualmente, 9.394 assentamentos rurais, distribuídos em todas as modalidades apresentadas acima, os quais ocupam uma área de 88 milhões de hectares (INCRA, 2019a). Conforme Scopinho (2009) a permanência nos assentamentos demonstra a resistência do agricultor em relação às proposições capitalistas, cuja finalidade do uso da terra é simplesmente expropriatória, desconsiderando a relação afetiva com o pedaço de terra.

Entre os objetivos dos assentamentos estão: emancipação dos assentados, geração de sustento para famílias que vivem à margem da sociedade e inserção política dos indivíduos que residem no campo. Portanto, ao iniciar um assentamento, seja ele classificado em qualquer das modalidades, os assentados passam a conhecer seus direitos e deveres, tornando-se responsável pelos bens comuns da comunidade onde reside. Essas condições, são importantes para efetivar os laços dos indivíduos com a propriedade, de forma que se sintam acolhidos pela terra e criem vínculos com essa (BERGAMASCO, 1997; SCOPINHO, 2009; MATTEI, 2012; SANGALLI *et al.* 2015; SILVA, 2018).

A Comunidade Santa Helena é um PA, portanto um assentamento federal. Os trâmites da organização do mesmo ocorreram por meio da União, mediada através do sindicato dos trabalhadores rurais de Buritizeiro, MG; de João Pinheiro, MG e Brasilândia de Minas. Todavia, cabe ressaltar que o sindicato de Buritizeiro possui maior representatividade no PA devido à proximidade e a maior área do assentamento se encontrar neste município.

Tabela 1: Detalhes sobre as modalidades de Assentamentos de acordo com o INCRA

Grupo I: Modalidades de Projetos criados pelo INCRA atualmente		
<i>Modalidade</i>	<i>Sigla</i>	<i>Características</i>
Projeto de Assentamento Federal	PA	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte; A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do Ibama para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso; O Incra, em conjunto com Ibama, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAF's.
Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS	Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis; As áreas serão adquiridas pelo Incra por meio de compra e venda ou ainda doadas ou cedidas pelos governos estaduais e municipais; Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município; O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos; O Incra e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.

Fonte: INCRA, 2019a. Organizado pelo autor, 2019.

Tabela 2: Detalhes sobre as modalidades de Áreas reconhecidas pelo INCRA

Grupo II: Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA		
<i>Modalidade</i>	<i>Sigla</i>	<i>Características</i>
Projeto de Assentamento Estadual	PE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas; Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; O Incra reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.
Projeto de Assentamento Municipal	PAM	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios; Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; O Incra reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; Titulação de responsabilidade dos municípios.
Reservas Extrativistas	RESEX	Reconhecimento pelo Incra de áreas de Reservas Extrativistas como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambientais (federal ou estadual) quando da sua criação.
Território Remanescentes Quilombola	TRQ	Decretação da área pela União visando a regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos; Aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infraestrutura feito pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições.
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	FPF	Projetos criados pelo Estado ou Municípios; esses projetos são reconhecidos o pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao Pronaf A.
Reassentamento de Barragem	PRB	A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera.
Floresta Nacional	FLONA	A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelo órgão ambiental federal quando da criação das FLONAS.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS	De competência do Ibama; São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (Pronaf A); O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.

Fonte: INCRA, 2019a. Organizado pelo autor, 2019.

2.3.1. Assentamento da Reforma Agrária e o Projeto de Assentamento (PA)

Os assentamentos de Reforma Agrária possuem várias modalidades, e, o Projeto de Assentamento (PA) é uma delas. Cada uma das modalidades, conforme apresentado pelo INCRA (2019a), possui sua especificidade, porém, há certa convergência em certos pontos, pois, indiferente da modalidade, os assentamentos visam gerar renda na base familiar. Contudo, cada uma delas é assistida pelos órgãos distintos, e, por estrutura de poder público específico (União, as Unidades da Federação, ou, os Municípios). Há projetos de assentamentos que podem ser criados pelos Órgãos Ambientais (Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e órgãos estaduais afins), nesse caso, as Reservas Extrativistas (RESEX) são um bom exemplo. Há casos em que o público alvo é bem específico (Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS -, por exemplo, cujo público se restringe às comunidades tradicionais).

Alguns projetos são elaborados pela União, diretamente pelo INCRA, outros, são apenas reconhecidos pelo órgão, tendo, de antemão, sido criado pelo estado (Projeto de Assentamento Estadual - PE) ou por órgão ambiental (RESEX), ou pelo município (Projeto de Assentamento Municipal - PAM). Neste sentido, nos projetos que a União não atua diretamente, é possível a participação da mesma, por meio de convênios, visando dar aos assentados as condições básicas propostas para a Reforma Agrária no Brasil (INCRA, 2019a). Apesar das especificidades, a finalidade última dos assentamentos é estabelecer a reforma Agrária, portanto todas as modalidades cumprem um papel elementar na tentativa de uma reestruturação fundiária no país, tendo em vista que a agricultura familiar é fortalecida por meio desses projetos (BERGAMASCO, 1997; SCOPINHO, 2009; MIRANDA, 2011; MATTEI, 2012; SANGALLI *et al.* 2015; SENA *et al.* 2017; SILVA, 2018).

Os Projetos de Assentamentos PA são organizados e subsidiados pela União. Portanto, trata-se de modelo de assentamento de reforma agrária específico, nestes, a obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA (INCRA, 2019a). Esse fato, assegura o referido órgão, o aporte de recursos de crédito apoio à instalação e de crédito de produção, instalação de infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade da União. A comunidade Santa Helena se enquadra nesse modelo de assentamento.

Um dos principais impasses enfrentado em todas as modalidades de assentamentos é a convivência com indivíduos de várias trajetórias distintas (SCOPINHO, 2009; SANGALLI *et al.* 2015; MATTEI, 2012). Conforme a autora, na configuração de um assentamento ocorre pontos de divergência e convergência. A primeira trata-se de indivíduos com históricos distintos, tendo origem, trajetórias e expectativas de vida bem diversificadas. E, as convergências aglutinam-se no fato de que, tais famílias, na maioria dos casos, foram vítimas da agricultura científica, implantada nos anos 1990, que resultou no desemprego dos chamados assalariados rurais.

Conforme Scopinho (2009) há certa distância entre os anseios dos assentados e as proposições das políticas públicas, que visam mantê-los no campo. A autora assegura que os sujeitos vivem no impasse de lutar pela sobrevivência, ao passo que precisa se enquadrar nas exigências formais dos projetos de assentamentos. Essas considerações são aplicáveis a todas as modalidades de assentamentos, e, é também verdadeira para a Comunidade Santa Helena, cuja modalidade corresponde ao PA, ou seja, trata-se de um assentamento federal. Esse assentamento, que caminha para o vigésimo terceiro ano, considerando seu início em 1996, proporcionou experiências únicas para os assentados, entre os quais, alguns se mudaram da terra e outros ainda permanecem na mesma. Este fato deve ser analisado, pois, ao deixar a terra a família retorna a vida urbana, invalidando, de certa forma, o propósito da reforma agrária. Contudo, outros pontos devem ser considerados, a burocracia para a inserção nas linhas de crédito para agricultura familiar, por exemplo, pode ser, entre outros fatores, um dos motivos para desestimular a vida no campo. E, a ausência de uma assistência médica em espaços rurais (particularmente, neste assentamento), também pode estar no cerne desta questão, pessoas mais idosas tendem a deixar o assentamento devidas as suas condições de saúde. O que confirma a intrínseca relação entre AF e sentimento de pertencimento dos envolvidos nessa atividade, mostrando que o pequeno produtor rural, não enxerga o solo apenas como objeto, mas como parte de sua própria vivência e *locus* de aprendizado e construção de identidade.

2.3.2. As Associações Rurais como fortalecimento do Assentamento

Tendo em vista a necessidade de socialização entre os assentados são formadas as associações comunitárias⁹. Essas são compostas por uma diretoria e um presidente, o qual (em comparação com o executivo) busca recursos para a comunidade perante o INCRA ou outras esferas do Poder Público. O presidente também procura solucionar problemas oriundos da convivência entre os assentados, de forma que atua na flexibilização dos relacionamentos entre os sujeitos, visando manter a ordem e fortalecer a coesão do grupo.

Segundo Sena *et al.* (2017) as associações são fórmulas de aspecto jurídico, que possui por meta a aquisição de benefícios para os indivíduos inseridos nas mesmas. Dessa forma, a finalidade dessas entidades é, ou pelo menos deveria ser, atender as demandas dos participantes. Todavia, para que as situações sejam solucionadas, alguns pressupostos devem ser considerados: as possibilidades oferecidas pelo Governo Federal, através do INCRA; as necessidades comuns entre a maioria dos assentados e, as decisões que exigem maiores urgências devem ser priorizadas. Dessa forma, nos assentamentos sempre ocorrem reuniões da associação (ordinárias ou extraordinárias, dependendo da necessidade), buscando integrar os sujeitos na construção do cooperativismo (SENA *et al.* 2017).

De acordo com Sena *et al.* (2017) as associações cooperam na luta conjunta por direitos sociais, de forma que, indivíduos com interesses correlatos podem se unir, buscando facilitar o acesso aos recursos necessários em suas demandas, o que ocorre com muita frequência nos assentamentos rurais. Para esses autores, no associativismo valores como democracia, responsabilidade e solidariedade são fundamentais. Esses valores possibilitam maiores chances de as associações atingirem suas metas, ofertando, dessa forma, oportunidades iguais a todos os que dela fazem parte. Para os produtores rurais, as associações possuem um papel muito importante, elas representam, quando atingem suas metas, acesso a bens e serviços para os associados (SANGALLI *et al.* 2015).

Para Sangalli *et al.* (2015) afirmam que, tanto antes da divisão dos lotes, quanto depois da repartição dos mesmos, o associativismo possui relevância fundamental na elaboração de um ambiente que possibilita a permanência das famílias no assentamento rural. Isso mostra a importância da associação comunitária na “vida” do assentamento, tornando-o robusto frente as muitas dificuldades que enfrentam. Entre as dificuldades pode se citar dificuldade de acesso a crédito, visando eliminar a insuficiência financeira dos assentados além da ausência de assistência técnica, o que culmina em deixar a agricultura familiar pouco competitiva no segmento (SANGALLI *et al.* 2015).

⁹ Nessa pesquisa não se pretende adentrar a uma investigação da necessidade e dos pormenores das associações, mas a apenas apresentar a relevância das mesmas.

De modo geral, são as associações que promovem o suporte nas relações sociais entre as famílias assentadas e as entidades governamentais nos assentamentos da reforma agrária no Brasil (MIRANDA, 2011). Para esse autor, há casos em que as associações existem para preencher critérios, puramente formais, porém, em outros, elas abrangem diversos aspectos da vida dos assentados. Este é um fato bastante preocupante, pois, as associações tendem a fortalecer os vínculos entre os assentados, e, a situação de torná-la meramente formal, não parece caminhar nessa direção.

Para Oliveira (2010, p. 43): “A capacidade crítica da associação é fundamental para que ela possa resistir às adversidades.” De acordo com esse autor uma associação não se limita a busca de recursos financeiros ou crédito para os assentados, porém, visam a garantia de direitos ao grupo do qual faz parte. Fato este, que evidencia a relevância das associações, tendo em vista que, nos assentamentos elas sempre estão presentes.

No PA Santa Helena, a associação funciona como mediadora entre os assentados e o Poder Público. Nessa comunidade a associação não se limita a cumprir exigências legais (burocracias), mas, atua constantemente na busca de recursos para as famílias que residem no assentamento. Contudo, isso não ocorre sem que haja conflitos, pois, os indivíduos que formam a comunidade possui origens e trajetórias de vida bem distintas, o que é bem comum nos assentamentos de reforma agrária (SCOPINHO, 2009; MIRANDA, 2011; SANGALLI *et al.* 2015; SENA *et al.* 2017). Portanto, a associação comunitária deste assentamento é fundamental para o fortalecimento das famílias que o integram. Além disso, as associações atuam na mediação de conflitos internos nos assentamentos, na busca de recursos e também na emancipação política (embora, essa seja uma atuação implícita, dadas as características dos assentamentos e o perfil dos que dele participam), elas auxiliam na formação de uma consciência coletiva entre os assentados.

2.4. Políticas públicas

Políticas Públicas são ações projetadas para a sociedade com a finalidade do bem-estar, considerando as demandas existentes e os múltiplos atores sociais envolvidos no processo político decisório (LINDBLON, 1991). Este autor ressalta as estratégias de jogo de poder que se desdobram desde a elaboração até a implementação de uma política pública. De modo que, muitas vezes, são planejadas certas ações e, na execução, dadas as disparidades entre os atores sociais envolvidos no processo, são postas em prática atitudes bem diferentes

das que foram “desenhadas” na alta escala do Poder Público, o que pode resultar em fracasso ou na diluição do conteúdo de uma política pública (LINDBLON, 1991; AGUILAR, 2012).

Os objetivos governamentais voltados para o público, realizados com eficácia e eficiência, em termos genéricos, são as políticas públicas (AGUILAR, 2012). Desta forma, este autor aponta que o governo, de modo geral, possui duas naturezas: uma política, outra técnica. Logo, conhecer as diretrizes das ações que orientam a vida no campo se faz necessário, pois, é no bojo de tais ações que se concentram as possibilidades para o sucesso ou fracasso dos assentamentos rurais, indiferente da modalidade dos mesmos.

Segundo Aguilar (2012) são as políticas públicas que possibilitam compreender o espectro político e social das decisões a serem tomadas pelo poder público, bem como, remediar as medidas que não estiverem atendendo a sociedade de modo a gerar satisfação social. Ou seja, as políticas públicas são elaboradas seguindo determinados pressupostos, de modo que atendem a visão de seus elaboradores ou de um grupo interessado em particular, e, muitas vezes, não atende aos anseios dos que são por elas atendidos (LINDBLON, 1991). NO caso dos assentamentos essas disparidades podem ser observadas no que tange aos propósitos do INCRA ou do Governo Federal (elaboradores das políticas públicas) com as necessidades imediatas observadas pelos assentados.

Outro ponto a ser considerado é que, quando uma política pública é elaborada de cima para baixo, isto é, sem a participação ativa e efetiva, da sociedade civil interessada na questão, o conflito citado acima (entre os elaboradores e os atendidos) tende a se mostrar e, muitas vezes, chega a níveis insatisfatórios muito críticos. Um exemplo de insatisfação inerente a questão levantada é o tempo que demora para divisão dos lotes para os assentados, o que mostra os conflitos nessa política pública (BERGAMASCO, 1997; SCOPINHO, 2009). Sendo assim, as políticas públicas orientadas aos assentamentos devem partir de baixo para cima (LINDBLON, 1991), ou seja, considerar as demandas propostas pelo MST e demais movimentos sociais que visam contribuir com a reforma agrária no Brasil. Contudo, esse fazer democrático não é nada fácil, está fixado numa base conflituosa, cujas manobras exigem alteridade e compreensão das demandas alheias, por parte dos formuladores das políticas públicas.

Albuquerque *et al.* (2004) consideram que desenvolver política pública para os assentamentos exige conhecer os anseios dos assentados e a realidade circunvizinha dos mesmos. Para esses autores, no desenvolvimento de uma política pública para os assentamentos, é importante ressaltar que estabelecer as prioridades corretas implicará em disponibilidade de recursos e transferência de renda para os assentados. Fator que será

fundamental para manter as famílias gerando meios de sobrevivência e de comercialização de seus produtos, o que mostra se o assentamento cumpriu ou não o seu papel.

Nesse contexto, observa-se que as políticas públicas são fundamentais para o bom desempenho dos assentamentos rurais, tendo em vista que esses dependem, muitas vezes, de articulação política adequada, visando aquisição de recursos que possibilitem aos assentados sobreviver no campo, até a repartição dos lotes. Além disso, foi observado, que, na maioria dos casos, os assentados não possuem um aparato político e sim uma meta de viver no recinto rural (SCOPINHO, 2009). As diferentes trajetórias dos sujeitos que se unem num único assentamento corroboram para que hajam conflitos de pensamentos e na formação de uma identidade coletiva, o que resulta, em casos específicos, em abandono da parcela da terra após a divisão dos terrenos e em conflitos internos com a associação local durante as reuniões.

Na comunidade Santa Helena as políticas públicas têm sido aplicadas desde a sua fundação (assim como em outros assentamentos), começando com a logística da desapropriação e ocupação da fazenda, até a presença dos créditos orientados ao cultivo e produção e, até mesmo como subsídio para a construção das casas de alvenaria. Cabe ressaltar que a história do assentamento, em si mesma, faz parte de uma política pública maior, aquela que reporta a Reforma Agrária, enquanto projeto de emancipação cidadã e de redução da pobreza entre outras finalidades.

2.4.1. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar nas áreas de Assentamentos

Entre as finalidades dos assentamentos, enquanto objeto palpável das políticas públicas, está a abertura de possibilidades para que as famílias, que possui aptidão para o trabalho no campo, sejam estabelecidas na área rural, evitando assim que elas sejam vítimas do desemprego urbano, bem como, da ausência de identidade, comum nas grandes metrópoles. E, se a revolução verde e a introdução da agricultura científica expulsaram o pequeno produtor rural do Cerrado para às áreas urbanas (CUNHA *et al.* 2008; FREDERICO, 2013; SANTOS, 2015; DUTRA e SOUZA, 2017) as políticas públicas, sobretudo a Reforma Agrária, tenta fazer o oposto, por isso, a importância de conhecer as medidas adotadas para a fixação e estabilização das famílias nos assentamentos no campo.

Nos assentamentos da reforma agrária, as políticas públicas que visam as linhas de crédito para trabalhadores rurais passaram a exigir a formação de cooperativas desde os anos 1980 (MELO e SCOPINHO, 2018). Para as autoras, desde aquela época a organização

dos assentamentos em formato de cooperativas tem se constituído bandeira dos movimentos sociais e também instituído pelo Estado, visando a inserção econômica e social dos assentados aos programas de fomento à produção e comercialização. Assim sendo, são políticas públicas que incentivam a agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária.

Albuquerque *et al.* (2004) afirmam que existem políticas públicas próprias do INCRA, que asseguram uma linha de crédito específica, financiando a implantação dos lotes, moradia e manutenção das famílias no primeiro ano, bem como, custeio para produção e investimentos, ambas com certos prazos e carências especiais, visando dar aos assentados condições dignas para se manterem no campo. Entre essas políticas estão: o Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC¹⁰.

Melo, (2015) sintetiza as políticas públicas para os assentamentos da reforma Agrária, com base em informações do Ministério do Desenvolvimento da Agricultura - MDA (Quadro 1). A autora aborda cada política pública, em particular, dentro de suas respectivas áreas de atuação, mostrando a amplitude das mesmas e deixando claro que elas são fundamentais para o bom andamento das tarefas a serem realizadas pelos assentados. Assim sendo, cabe considerar que, dadas as trajetórias de vida dos assentados, a tarefa de administrar os recursos advindos dessas políticas não é muito fácil. A experiência tem mostrado que, muitas vezes, as famílias não compreendem o valor do planejamento adequado para a aplicação dos valores recebidos e acabam adquirindo bens que não estão na proposta das referidas políticas.

Cabe salientar que a indisciplina deste ou de outro indivíduo, em relação as políticas de crédito não podem ser parâmetros para julgá-las inadequadas, mas, para repensar a possibilidades de cursos de capacitação para os assentados, auxiliando-os no processo decisório que é necessário na hora de obtenção e da aplicação do crédito. E, essa proposição também se aplica a outras vertentes das políticas públicas em apreço, em que os gestores devem primar pelo seu aproveitamento correto, de forma que possam servir aos assentados, público alvo das mesmas. Por outro lado, elas devem ser pensadas em conjunto com os assentados, tornando-se políticas projetadas de baixo para cima, e não o contrário (LINDBLON, 1991; SCOPINHO, 2009; MELO e SCOPINHO, 2018).

¹⁰Além dessas duas políticas públicas direcionadas aos assentamentos rurais, Melo (2015) apresenta ainda: Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais - PROINF; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural - PNDTR.

São diversas as políticas públicas estabelecidas para o meio rural, sobretudo, direcionadas aos assentamentos de reforma agrária no Brasil, contudo, nessa pesquisa nos ateremos mais detidamente em duas delas: o PAA e o PRONAF, sobre os quais discorreremos nos subtópicos seguintes.

Quadro 1: Síntese das políticas públicas para assentamentos de reforma agrária por área de atuação, 2013.

Crédito	
PRONAF	Tem por objetivo facilitar a execução das atividades agropecuárias, aquisição de equipamentos e aumento da renda. Os financiamentos podem ser acessados individualmente ou coletivamente, com taxas de juros abaixo da inflação.
PNFC	Financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação, áreas insuficientes para a produção, investimentos em infraestrutura, da unidade produtiva e projetos comunitários. Executado principalmente nas áreas do Semiárido.
Assistência Técnica	
ATER	Presta serviços de assistência técnica com o objetivo de ampliar o conhecimento e tecnologia dos agricultores e aumentar a produtividade e a renda. Articulado a outras políticas públicas como o PAA, o PNAE e o PBSM.
Mercados Institucionais	
PAA	Prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar por órgãos públicos federais, estaduais e municipais para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Também objetiva a inclusão social dos produtores e o fortalecimento da agricultura familiar.
PNAE	Os alimentos adquiridos são direcionados para o abastecimento da rede pública de ensino, que deve comprar pelo menos 30% de alimentos provenientes da agricultura familiar.
Infraestrutura	
Terra Legal	Engloba ações interministeriais por meio de programas como Luz para Todos, Água para Todos, Minha Casa Minha Vida, e investimentos em estradas vicinais em parceria com o poder municipal.
PROINF	Repassa recursos para projetos de implantação de agroindústrias e armazenamento de produtos. Também fomenta obras de infraestrutura como abertura ou recuperação de estradas vicinais.
Trabalho e Renda	
Terra Forte	Visa apoiar o incremento de renda nos assentamentos por meio de recursos financeiros direcionados ao financiamento de projetos de cooperativas/associações, aquisição de equipamentos e suporte para a gestão das iniciativas coletivas.
Educação e Cidadania	
PRONERA	Objetiva garantir a alfabetização e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nos assentamentos. É realizado em parceria com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.
PRONATEC	Oferece cursos de educação profissional para a qualificação de jovens e adultos das áreas rurais. Compõe o Programa Nacional e é executado em parceria entre o MDA e o MEC.
PNDTR	Direcionado para os trabalhadores rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer a segunda via. O programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir a documentação, como Registro de Nascimento, CPF, Carteira de identidade, CTPS, DAP, ou registro no INSS.
Territórios da Cidadania	Visa a promoção do desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania, integrando ações dos governos a participação da sociedade civil por meio da identificação dos principais problemas que contribuem para a estagnação econômica e manutenção da pobreza. É coordenado pela Casa Civil em conjunto com o MDA.

Fonte: Melo (2015), elaborado com dados do MDA (2013).

No PA Santa Helena foram aplicados, principalmente o PRONAF, e o PRONERA. Os assentados receberam treinamentos em forma de cursos de capacitação por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e outras entidades correlatas, o que se enquadra nas políticas de assistência técnica ATER. Cursos de avicultura básica, apicultura, desornamento de bovinos, são apenas alguns exemplos de capacitação técnicas ofertada aos assentados no segmento ATER. O Terra Legal também pode ser identificado no PA Santa Helena, principalmente por meio do programa Luz para Todos e a abertura de estradas vicinais (conhecidas pelos assentados como “Estradas Projetadas”).

2.4.2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, enquanto política pública contribui de forma expressiva para a fixação das famílias no campo. Este programa foi instituído em 2003, pela Lei nº 10.696, de 2 de julho 2003, ajustado aos pressupostos do programa Fome Zero do Governo Federal (OLIVEIRA e BACCARIN, 2016). O PAA se destaca pela sua eficiência (e que pesem as críticas), na busca do desenvolvimento rural, atentando para o auxílio aos agricultores familiares de modo a fortalecê-los.

De acordo com Hespanhol (2013) o programa é coordenado por um Grupo Gestor englobando os seguintes ministérios: do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; do Desenvolvimento Agrário - MDA; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e ainda, o Ministério da Educação, incluído mais recentemente. Para a autora, a parte operacional do programa está a cargo do MDS e da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. O funcionamento deste programa é regulamentado pelo Decreto nº 7.775/2012, que concentra a aquisição dos alimentos produzidos por meio da agricultura familiar (MELO, 2015). Observa-se que há fatores positivos, pois, beneficia a comunidade, auxilia na prática o desenvolvimento agrário com base numa proposta menos excludente, se comparada ao modelo da agricultura capitalista.

Conforme Melo e Scopinho (2018) o PAA está integrado nas políticas públicas de fomento à agricultura familiar, inserido nos conhecidos mercados institucionais para o escoamento da produção. Para essas autoras, a política pública supracitada pode ser considerada emblemática na inovação do discurso inerente ao fortalecimento das cooperativas, que se inserem no bojo das políticas públicas de desenvolvimento rural, quando condiciona os produtores ao acesso e a participação em cooperativas e associações. Por outro

lado, Oliveira e Baccarin (2016) asseguram que os alimentos podem ser adquiridos pelo Estado, através de uma associação ou do produtor, isoladamente (ainda que, entre as exigências estão, o fato de possuir a Declaração de Aptidão do PRONAF e, estar, preferencialmente, ligado a uma associação) - Grifo nosso.

Nesse contexto, a aquisição dos alimentos via PAA, ocorre sem licitação, o que facilita os trâmites comerciais nesse segmento, atendendo aos interesses dos agricultores que se encontram em condições socioeconômicas mais precárias (OLIVEIRA e BACCARIN, 2016). Isso coloca o referido programa em evidência, pois, demonstra que o mesmo abre portas que poderão beneficiar os assentados. De acordo com Hispanhol (2013) o PAA possui dois objetivos bem claros: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. As possibilidades que são abertas por este programa, caminham na direção de combate à fome e da criação de meios para manter os assentados nos respectivos assentamentos.

Embora o programa tenha crescido de forma expressiva, desde a sua criação em 2003, o mesmo ainda atende a uma pequena parcela do universo dos pequenos produtores que encontram dificuldades para comercializar os seus produtos, considerando a nação brasileira como um todo (HISPANHOL, 2013). Isso mostra que, mesmo obtendo um relativo sucesso, esse programa precisa ser revisto, seja na maneira de ingresso dos agricultores familiares ou em outros aspectos burocráticos da operacionalização do mesmo.

O PAA tem os seus pontos críticos, os quais não anulam a eficiência do programa, posto que visa equilibrar a manutenção da agricultura familiar. Melo e Scopinho (2018) asseguram que este programa foi criado na perspectiva de geração de renda e ampliação de mercados, contudo, gerou novas formas de burocratização, dependência e acabou por fomentar o retorno de vários trabalhadores ao modelo de assalariamento, posto que condicionou o acesso aos recursos ao funcionamento de cooperativas, sem, no entanto, dar a capacitação adequada aos trabalhadores. Cabe salientar a importância das políticas públicas de educação e cidadania como suporte às demais, tendo em vista que, aquelas oferecerão as capacitações adequadas para que as outras funcionem em plena harmonia.

2.4.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Outra política pública que merece destaque, dadas as suas especificidades, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Este, foi criado em 1996, constituindo um programa de empréstimo e incentivo para os agricultores, cedidos por estabelecimentos bancários, públicos, que optaram pelo ato de ceder recursos a associações de produtores (CONTI e ROITMAN, 2011). Segundo os autores o PRONAF faz parte de um programa do Governo Federal, que culminou no incentivo a formação de associativismo vinculado aos financiamentos.

De acordo com Albuquerque *et al.* (2004) o PRONAF elevou a agricultura familiar como prática que orienta o desenvolvimento rural. Essa política pública propicia a inserção produtiva de um elevado contingente de famílias do meio rural, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do país (CONTI e ROITMAN, 2011). Para esses autores, as famílias beneficiadas pelo PRONAF tendem a se tornarem menos dependentes dos programas de transferência de renda do Governo. Fator esse que é visto como positivo, pois, assim como o PAA, esse programa aumenta as possibilidades de manter o agricultor familiar no campo.

Para Conti e Roitman (2011) a linha de crédito do PRONAF, além de atividades agropecuárias, pode ser aplicada pelos agricultores familiares a, pelo menos três segmentos distintos: turismo rural, agronegócio familiar e produção artesanal. Todavia, argumentam esses autores, a força de trabalho aplicada nessas atividades deve ser oriunda diretamente da família produtora rural. Deste modo, fica patente que essa política pública visa ampliar a produtividade rural, mas, concentrada na iniciativa familiar, diferente do ocorrido nas décadas anteriores a 1990, quando a agricultura familiar esteve excluída do processo de desenvolvimento do país (PEREIRA e NASCIMENTO, 2014).

Depois de vinte e dois anos em funcionamento o PRONAF tem se consolidado como política de Estado, e o principal banco que é utilizado como canal de financiamento é o Banco do Brasil (CONTI e ROITMAN, 2011). De acordo com esses autores, o programa se expandiu e ganhou magnitude significativa. Dessa forma, se observa o quanto este é um programa importante para o desenvolvimento rural e, não somente isso, mas pode atingir melhorias significativas em todas as nuances do desenvolvimento socioeconômico do país.

Quanto as objeções, há várias críticas ao PRONAF, assim como ocorre com outras políticas públicas, tanto no que se refere às burocracias relacionadas a obtenção do crédito, quanto a aplicação do valor recebido. Scopinho e Melo (2017) identificam problemas

relacionados a obtenção e a aplicação dos recursos do PRONAF em assentamentos rurais situados em Ribeirão Preto/SP. Segundo as autoras, há reclamações, na área em que elas pesquisaram, em relação ao uso do PRONAF de modo que, mesmo após cinco anos no assentamento vivendo sob casas de lona, os assentados não possuíam condições de recomeçarem suas vidas.

Scopinho e Melo (2017) salientaram assimetria entre os assentados, o INCRA e os movimentos sociais em relação ao uso e aplicação do crédito. As autoras identificaram que os assentados entendiam que parece haver desconfiança, por parte do Estado, em relação a capacidade de uso correto dos recursos disponibilizado pela linha de crédito supracitada. Entretanto, cabe salientar que, dadas as trajetórias de vida dos assentados, acreditamos que seja necessária a aplicação de cursos relacionados a aplicação do crédito para os mesmos, visando capacitá-los para o uso adequado, tendo em vista a finalidade correta do recurso. Considera-se que há outras variáveis a serem consideradas, como a burocracia que é exigida pelo INCRA e os requisitos necessários para obtenção deste crédito.

Neste capítulo se observou o avanço da agricultura no Cerrado e as políticas públicas inerentes a agricultura familiar. Observou-se que o PRONAF e o PAA foram criados visando amplificar a economia por meio da agricultura familiar, o que foi bastante positivo, pois, deu aos trabalhadores de pequenas unidades agrárias, a oportunidade de ingressar no mercado produtivo do país. No próximo capítulo serão apresentados os resultados desta pesquisa na Comunidade Santa Helena, consideradas as nuances e especificidades deste PA.

No terceiro capítulo serão analisados os dados secundários obtidos em órgãos oficiais, tais como: IBGE e INCRA. As informações contidas na tabela da Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) serão submetidas a análise, considerando que o INCRA classifica os participantes dos assentamentos em: Assentado; Desistente; Eliminado e Transferido. A partir da análise desses dados, serão identificados o grau de evasão deste assentamento e, quando possível, confirmado o suposto motivo dessa evasão. Serão apresentados os resultados do questionário semiestruturado, aplicado com os assentados, cujas informações possibilitaram traçar um perfil das famílias que vivem neste assentamento.

CAPÍTULO III - O AUTOSSUSTENTO E A REAFIRMAÇÃO DO LUGAR

Este capítulo consiste na apresentação dos resultados da pesquisa e da discussão dos mesmos. Por hora, são apresentados o histórico do P.A Santa Helena e as tessituras que configuram a agricultura de autossustento no mesmo. Dados inerentes aos aspectos demográficos estão expostos e discutidos na perspectiva da presente dissertação, mostrando a relevância dessa abordagem. Além disso, discute-se ainda a dinâmica produtiva local, isto é, analisa-se a produtividade e a distribuição do quantitativo que é gerado na comunidade.

Antes de adentrar na discussão sobre a produtividade cabe salientar a importância de se conhecer o histórico da comunidade estudada. A história do P. A. Santa Helena está diretamente ligada ao processo de reforma agrária no Brasil, o qual é fortalecido pela presença militante dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Neste caso, tanto o sindicato de Buritizeiro, MG quanto de João Pinheiro, MG e de Brasilândia de Minas, tiveram papel elementar para o sucesso na ocupação da área em que se encontra o referido projeto de assentamento.

Em um segundo momento, são apresentados os resultados da pesquisa e a relação destes com a categoria lugar. Busca-se verificar a reafirmação do lugar, tendo em vista o sentimento de pertencimento das pessoas inseridas no assentamento em relação a este; considera-se ainda, a percepção dos indivíduos em relação as atividades que são desempenhadas e o quanto isso reforça o princípio de uma identidade que é formada a partir da vivência nesta comunidade.

3.1 Histórico da Comunidade Santa Helena

A Comunidade Santa Helena foi criada na área da Fazenda Dona Helena, que, inicialmente (entre 1948 e 1985) se chamava Fazenda Santo Inácio, a qual, na época, pertencia ao senhor Heitor Carneiro. Uma das peculiaridades dessa propriedade é que nela foi construído um canal de drenagem artificial (o Rêgo), em 1950, de modo que, áreas à jusante da sede, pudessem ter acesso a maior quantidade de água, uma vez que a distribuição hídrica na área da fazenda é bastante irregular, enquanto algumas porções são mais abastadas, outras carecem deste recurso.

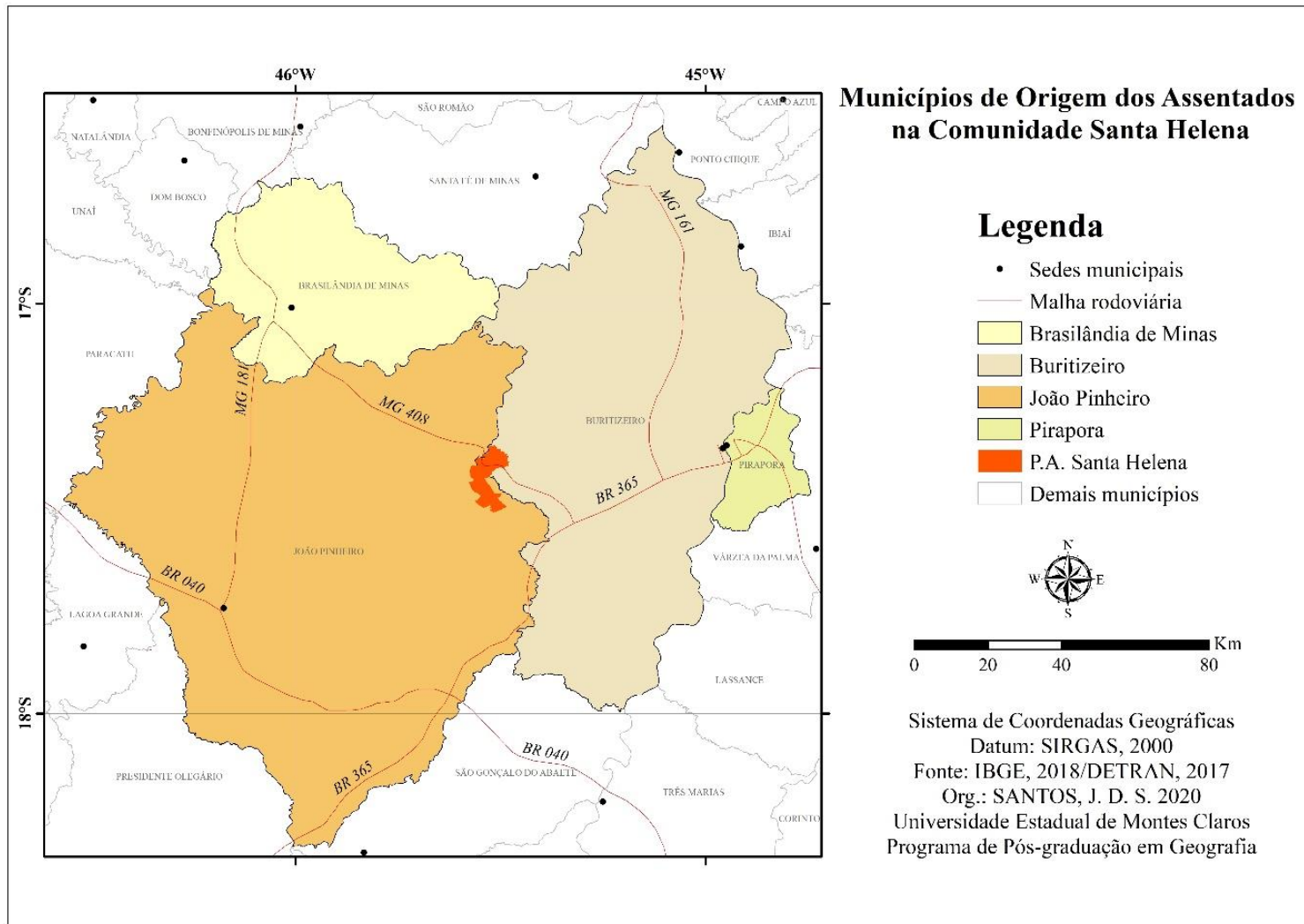
A fazenda passou para o senhor Izak Berg, no ano de 1995, o qual alterou o nome da mesma, passando a se chamar: Fazenda Dona Helena. Nome este, que inspirou a comunidade de modo tal, que, em determinado momento, em decisão democrática, foram apresentadas várias opções, e decidiram por Santa Helena. No ano de 1996, a fazenda tornou-

se improdutiva e, conseqüentemente, foi abandonada, de modo que se tornou apta para ocupação por meio dos mecanismos da reforma agrária, o que ocorrera em dezembro daquele ano.

Corria o ano de 1996, quando foram articulados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro, Brasilândia de Minas e João Pinheiro, cuja pauta era a criação do assentamento, objeto de estudo desse trabalho. Após a referida reunião, foram convidadas pessoas com o perfil de trabalhador rural, ou seja, indivíduo cuja identidade o ligava diretamente ao uso da terra para autossustento. Em seguida se iniciaram as negociações com o INCRA, que é o órgão responsável pela condução e aparato legal da “distribuição” de terra, por meio do mecanismo de reforma agrária.

O primeiro acampamento foi criado em 04 de dezembro de 1996, contemplando, na ocasião, 120 famílias, oriundas de Buritizeiro, Pirapora, João Pinheiro (incluindo o distrito de Canabrava) e Brasilândia de Minas (Figura 2).

Figura 2: Origem dos Assentados na Comunidade Santa Helena



Fonte: Santos, 2020.

No acampamento, as moradias foram construídas com lona no primeiro momento, posteriormente, foram levantadas casas de Pau a Pique, usando madeira retirada do local onde estavam acampados. Apesar da maior porção da fazenda ocupada situar-se à margem direita do Rio do Sono, o acampamento se iniciou do lado esquerdo, no território de João Pinheiro, em frente a um trecho do rio, conhecido como “Cachoeira das Mulheres”, no Rio do Sono. No dia 07 de dezembro do mesmo ano, a polícia militar esteve presente no acampamento, porém, não houve confronto, foi apenas uma visita pacífica.

Figura 3: Primeiras casas de pau a pique construídas no assentamento



Foto: Acervo ACSH, 1997.

Durante este primeiro momento, os acampados recebiam alimentação por intermédio do Sindicato, essa ajuda visava manter as famílias no acampamento, de forma que, conforme o regulamento, apresentado verbalmente na ocasião, cada representante de uma família não poderia se ausentar por mais de 15 dias, correndo o risco de ser banido do projeto. Contudo, apesar dessa ajuda, muitos acampados trabalhavam nas fazendas da vizinhança, de forma que pudessem manter o sustento da família. Logo foi criada a associação comunitária, com vistas a representar os acampados junto ao INCRA, às prefeituras (no que coubesse) e aos demais órgãos e instituições que lidam com a luta pela terra. Desde essa época são realizadas reuniões (ordinárias e extraordinárias) com todos os assentados, com ata e assinatura dos presentes, demonstrando que os projetos de assentamentos buscam soluções para suas demandas de forma democrática.

No ano seguinte, o acampamento foi transferido para a margem direita do Rio do Sono, situando-se, dessa vez, nas margens do Córrego Jacurutu, no território do Município de Buritizeiro, MG (Figura 4). Fato este que se deu em decorrência da falta de “incentivos” por parte da Prefeitura de João Pinheiro (tais como, apoio à saúde, educação, construção de galpões etc.). Transferido o acampamento, foram construídas casas de madeira coberta com palha, e, em alguns casos mais específicos, os assentados faziam adobe, aproveitando a quantidade de argila do solo, em certas localidades.

Figura 4: Moradores reunidos após atendimento médico.



Foto: Acervo ACSH, 1997.

No período em que as famílias estão acampadas intensificam-se as relações internas e externas entre os indivíduos, e, entre órgãos e instituições que lidam com o acesso à terra e a emancipação dos trabalhadores sem terra (Sindicato de Trabalhadores Rurais, Movimento do GRAAL no Brasil, instituições ligadas ao incentivo à economia solidária etc.). Quanto a interação interna (entre os indivíduos acampados), ocorreram momentos de junção e rupturas; no primeiro caso pode se exemplificar com a presença de casamentos, ou da aproximação entre pessoas que professam a mesma religião; no segundo, a divergência de opiniões políticas (se tratando da disputa pelo poder local), bem como, das múltiplas visões a respeito das decisões a serem tomadas no decorrer do período de acampados, o que culminou em reuniões em que, alguns entre os acampados demonstravam-se com os ânimos aquecidos.

Assim como ocorre em outros assentamentos, após esse primeiro momento, iniciou-se o trabalho de preparação dos acampados para a formação de um pensamento

comunitário; essa tarefa visava a criação de uma horta comunitária, que ocorrera mais tarde, além da tentativa de criação de uma cooperativa pela qual os assentados pudessem vender, em conjunto, sua produção (cooperativa, que jamais veio a existir).

O local, escolhido para as celebrações de missas, cultos evangélicos e as reuniões da associação comunitária (bem, como os demais eventos) era um Galpão, construído para essa finalidade. Por conseguinte, antes de se construir a escola de alvenaria, as aulas eram ministradas em turma multisseriada (Figura 5), em uma sala construída com madeira e coberta com palha de Buriti (como as demais “casas”, em que os acampados habitavam).

Figura 5: Alunos em sala multisseriada - Escola construída a base de pau a pique.



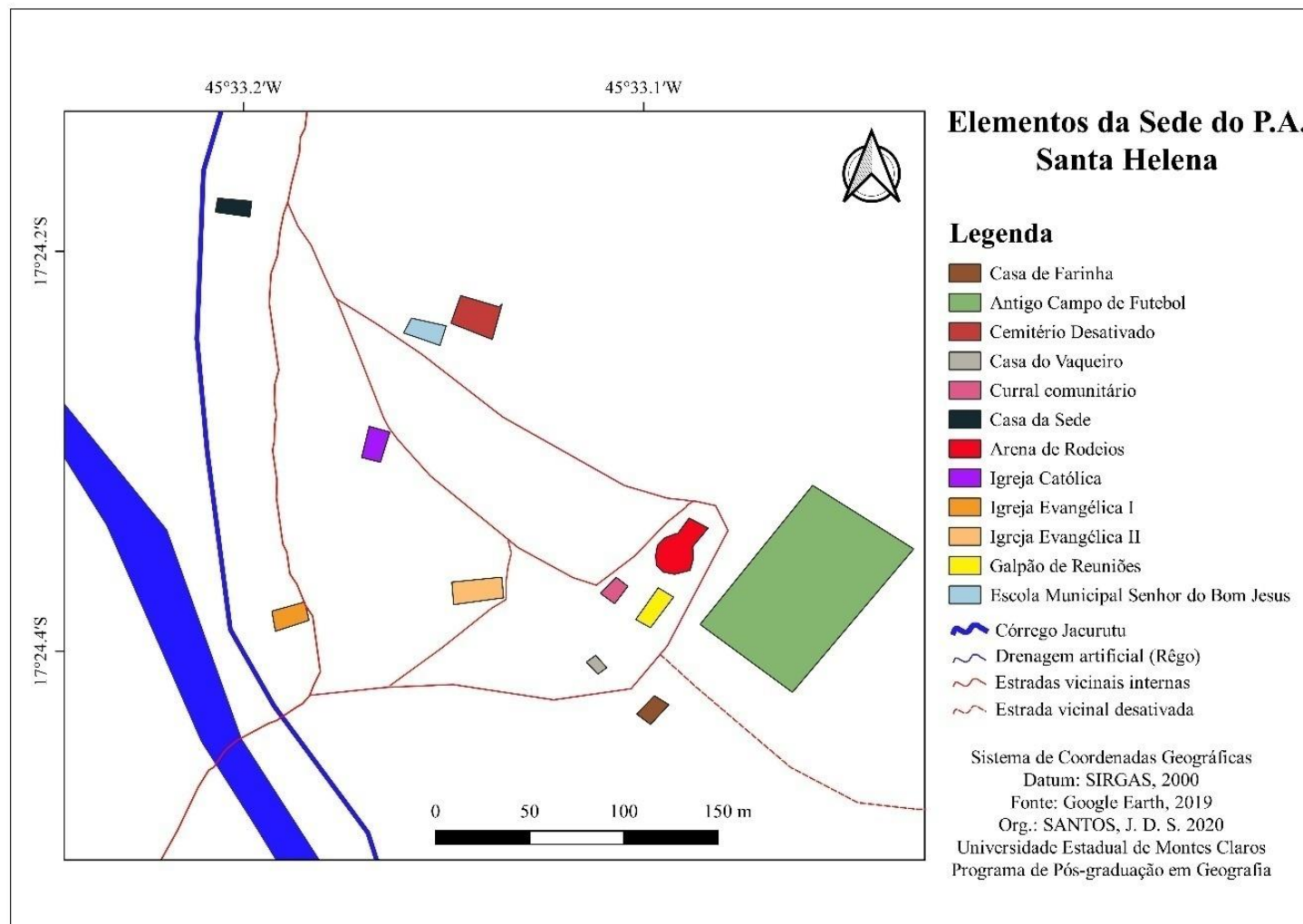
Foto: Acervo ACSH, 1997.

Um fato interessante de se tomar nota, é que, até mesmo para usar o córrego para tomar banho ou lavar roupas, havia um horário específico, conforme discutido nas reuniões comunitárias. Com essas e outras discussões, ia se formando o pensamento comunitário, ou seja, desenvolvendo nos indivíduos acampados o “senso” de comunidade.

Em 1999 o Centro comunitário (localidade onde ocorrem as reuniões e demais tarefas em comuns) foi alterado para a sede da fazenda (onde permaneceu após a divisão dos lotes). Na sede, estão instalados o galpão, a escola, uma igreja Católica, duas igrejas evangélicas, casa de farinha (desativada), posto de saúde, casa do projeto Chico Fulô (desativada), arena de rodeio, campo de futebol, campo de futebol *society* e um orelhão (Figura 6). Além destes itens, há ainda a Casa do projeto de resfriamento do leite (que, também está desativada). Foi somente em 10 de junho de 1999, que foi realizado o sorteio dos 65 lotes. A demarcação das terras (lotes) foi organizada pelos acampados e regularizado, posteriormente pelo INCRA. E, em janeiro de 2000, os *acampados* tornaram-se, daquele

momento em diante, *assentados* (houve a liberação do contrato de concessão pelo INCRA). Contudo, o título definitivo das terras está previsto para ano de 2020, isto é para contratos até 2013, demais continua com o contrato de concessão.

Figura 6: Elementos da sede da Comunidade Santa Helena



Fonte: Santos, 2020.

Cabe salientar que a “Casa de Farinha”, (atualmente desativada) é um exemplo de área de uso comum, conforme salientado por Dayrel (2012). Na sede do assentamento, há ainda o Galpão, onde ocorrem as reuniões da diretoria da Associação Comunitária, bem como foi construído uma área para ocorrência de rodeios, uma festividade já consolidada na comunidade. Além dessa festividade, pode-se destacar a presença da Folia de Reis, da Cavalgada (Figura 7), e da Festa de Aniversário do Assentamento, nas quais há alguma euforia em relação ao pertencer à comunidade.

Figura 7: Cavalgada em homenagem à padroeira Santa Helena, em 2019.



Foto: NUNES, G. 2019.

Durante o período dedicado a pesquisa de campo, observou-se que o processo de formação do território do P.A Santa Helena foi marcado por situações inusitadas, como, por exemplo, a repressão dos assentados por um ex-funcionário da fazenda. Este indivíduo andava armado e, vez por outra, tentava intimidar as famílias que se encontravam assentadas. Contudo, o indivíduo mencionado acima, permaneceu na fazenda, de modo que se intitulava um representante do proprietário, chegando a realizar ameaças e perseguir os assentados em determinadas ocasiões. Porém, a Polícia Militar foi acionada para resolução do impasse, para que recolhesse as supostas armas que o mesmo portava em suas andanças, e, conseqüentemente, a paz reinasse na comunidade.

Com o passar do tempo, o referido indivíduo juntamente com sua família, gradualmente se inseriram na comunidade, vivendo em harmonia com todos. Apesar de inúmeros relatos dos moradores em relação à sua “valentia” não há registros de agressão por parte do mesmo em relação aos assentados. Mito ou verdade, essa é apenas uma das diversas histórias orais contadas pela população, a qual é essencial para a autoidentificação desse povo. Assim, podemos observar a diversidade do conhecimento popular e as relações culturais, envolvendo não somente a realidade científica, mas também a social.

Outro fato curioso é o modo no qual a preparação da terra para o plantio das lavouras (ou da roça) é executado. O ciclo começa com a preparação do solo, antes da chegada das chuvas, na maioria das vezes, o trabalho é realizado em mutirões ou pela contratação de terceiros. Em seguida, no período denominado “início das águas” (momento em que começam as chuvas na área da fazenda) é realizado o plantio, geralmente, pela família. Essa é a época mais esperada pelos agricultores, a terra é preparada com muito zelo, é ainda respeitada a tradição de aguardar a fase certa da lua para obter sucesso na colheita. Assim que as sementes brotam, depois de certo tempo, é realizada a limpeza (*alimpa* - na linguagem dos agricultores), que é a capina, geralmente executada, no mínimo, duas vezes durante o processo do cultivo (entre o plantio e a colheita). Após a germinação dos frutos é necessária uma vigilância constante para afastar os animais e pássaros hospedeiros que invadem a roça, nesse processo, muitos utilizam espantalhos, estilingues e bodoques, serviço feito geralmente pelas crianças. A fase final é a colheita e armazenamento dos produtos; a própria família fica na incumbência de executar essa tarefa (Figura 8).

Todo o ciclo do plantio é realizado rigorosamente, desde o armazenamento das sementes até a colheita. Às vezes, quando não se obtêm sucesso no resultado final do plantio muitos alegam descrença à divindade superior, no caso o próprio Deus. Ademais, a área do assentamento é privilegiada pela quantidade de cursos hídricos que, mesmo de forma implícita, fomenta o turismo. Pois, há belíssimas cachoeiras, como, por exemplo, a Cachoeira das Almas, das Mulheres e do Jacurutu. Há inúmeros córregos e veredas, que, além de favorecer, significativamente, a agricultura, cria laços de identidade da população com o lugar.

Figura 8: Rotinas, materiais e produtos de uma família no P. A. Santa Helena

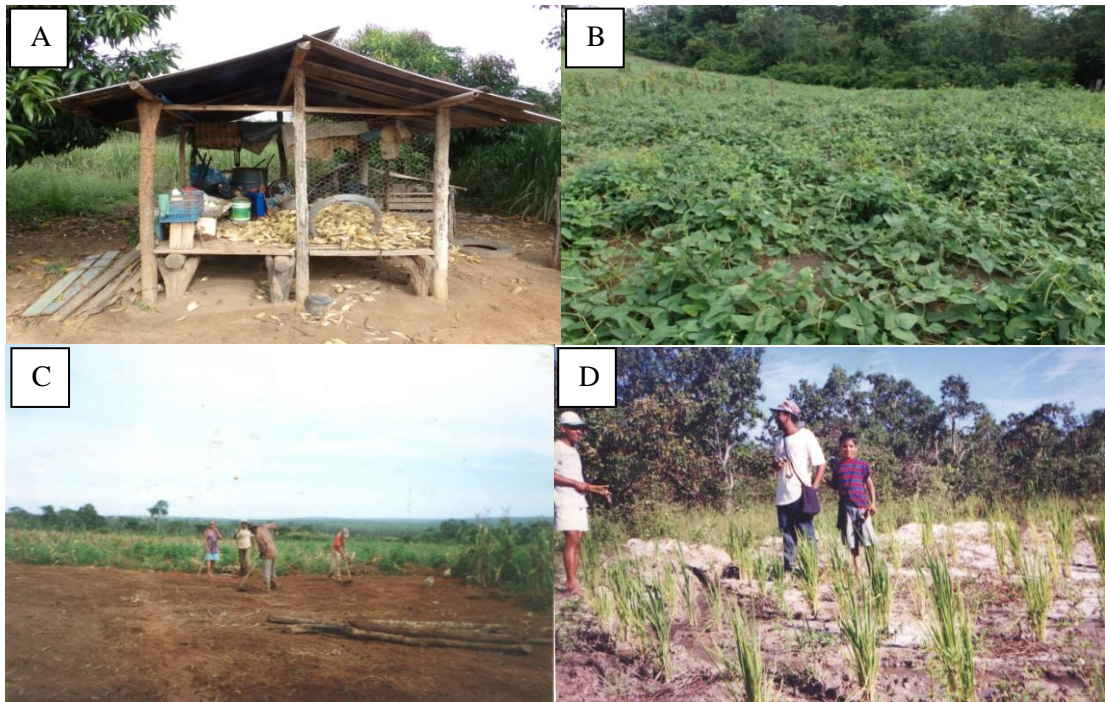


Foto: Acervo ACSH, 1997. Obs.: A - um paio, depósito dos produtos colhidos pela família; B - vazante com plantação de feijão, delimitado por uma mata ciliar; C - família de trabalhadores rurais preparando a terra para uso e; D - área com plantação de arroz.

Um dos atrativos turísticos que está nas mediações da Comunidade Santa Helena é a Cachoeira das Almas, localizada no Rio do Sono, entre os municípios de Buritizeiro, MG e João Pinheiro, MG, à jusante da ponte no rio supracitado, na Rodovia MG-408 (estrada que liga Buritizeiro, MG a Brasilândia, MG). Com aproximadamente, 40 metros de altura, a cachoeira apresenta um grande pacote rochoso do grupo Bambuí, com falhas paralelas onde a drenagem do rio encaixou-se, e com o processo de intemperismo e erosivo da água formou o *cânion*, isto aconteceu devido à existência de uma falha de gravidade existente ali. (Figura 9).

Nas rochas que formam os paredões do *cânion* ainda é possível visualizar algumas das pinturas rupestres ali gravadas há milhares de anos, hoje marcadas pelo abandono, descaso e vandalismo como pichações. Por causa desses atrativos essa área recebe a visita de algumas instituições de pesquisa, porém, até o presente momento não se observou, por parte do Poder Público local, nenhuma política de apoio a preservação e conservação desta área.

Figura 9: Pinturas rupestres nas margens do Rio do Sono



Foto: Santos, 2018

3.1.1. Desafios na trajetória do P.A Santa Helena

Na construção identitária da Comunidade Santa Helena, muitos foram os desafios, entre os quais, aquele que perpassa por todos os demais assentamentos rurais no país: manter as famílias assentadas no campo. Uma vez divididas as terras, em muitos casos, há evasão. Nesse sentido, Ribeiro et al., (2011) afirmam que há evasão, entre 20 a 35% das famílias inseridas em assentamentos da reforma agrária no Brasil. Pois, tais famílias precisam de uma série de adaptações as novas condições de vida, o que representa um imenso desafio. Para a área de estudo esse desafio pode ser verificado pela quantidade de famílias que, com o passar dos anos, devidas as mais variadas situações, deixaram a terra e retornaram as cidades.

Um dos motivos apontados por Ribeiro et. al., (2011) para o abandono da terra é a distância do assentamento em relação a área urbana. Acredita-se que a relação entre os assentamentos de reforma agrária, o acesso aos recursos hídricos e moradias constitui um fator preponderante na fixação das famílias no campo. Associa-se ao item anterior, a relação dos assentamentos e as rodovias asfaltadas, pois, tal fator é uma peça chave no estabelecimento da logística entre o produzido por estes indivíduos e a comercialização (Figura 10). A via de acesso aos principais municípios (João Pinheiro e Buritizeiro (a rodovia MG 408) ainda não é pavimentada (embora, para se deslocarem até Buritizeiro, utiliza-se um trecho da Rodovia Federal BR 365), com péssimas condições de trafegabilidade, devido ao enorme fluxo de veículos pesados que fazem escoamento da produção regional,

principalmente milho, soja, madeira, carvão vegetal e gado, com agravante na época das chuvas.

Figura 10: Tráfego complicado de caminhões na rodovia MG - 408, em período chuvoso



Foto: Santos, 2018

Sobre o acesso a água, a área de estudo é relativamente privilegiada, possui uma ampla distribuição natural do recurso. Considerando a agricultura familiar, a produção de bens agrícolas por agricultores familiares e sua interligação direta ao sistema de gestão e de utilização da água neste assentamento, durante a pesquisa foi evidenciado que algumas famílias possuem sistemas de captação e armazenamento de água dos mais diversos modelos, como poços artesianos, poços artificiais, bombas e motores elétricos, roda d'água hidráulica e cisternas.

No entanto, foi também evidenciado que algumas famílias não possuem nenhum meio de captação de água, para amenizar essa situação há dois poços artesianos com o propósito de atender às demandas das famílias que não tem acesso a água, todavia, não há uma gestão eficiente na administração dos mesmos, observa-se o constante desperdício e apropriação indevida de peças essenciais para o funcionamento dos equipamentos, causando transtornos como ter que buscar água nos córregos ou contratar serviço de transporte da mesma. Na Figura 11 pode-se observar as caixas d'água em um dos Poços Artesianos do P. A. Santa Helena.

Figura 11: Poço artesiano na Comunidade Santa Helena



Foto: Santos, 2019

O canal artificial, ou seja, o “Rêgo” como é conhecido na comunidade, é de fundamental importância principalmente para quem reside na parte baixa do P.A (à jusante da sede, considerando o fluxo do Rio do Sono), localidade que, inclusive, era usada para cultivar arroz, em uma enorme área coletiva. O Rêgo é o principal canal de drenagem para distribuição de água para essas famílias, apesar dos mutirões de limpeza deste, na época da seca sua vazão é insuficiente para alcançar seu destino final, um dos fatos que ocasiona esse problema são os desvios que alguns moradores constroem, alterando o curso d’água para suas propriedades, evidentemente, a quantidade de água neste canal tem sido reduzida pelo baixo índice de precipitação local, nos últimos anos.

Figura 12: Canal artificial de água, o Rêgo, no P. A. Santa Helena



Foto: Santos, 2007.

Para armazenar grande parte do recurso as famílias assentadas contam com caixas d'água fornecidas pelo Governo, através de políticas públicas específicas. Ainda em situação de escassez a Prefeitura de Buritizeiro, disponibiliza um caminhão pipa que abastece aquelas famílias mais necessitadas. Tendo em vista o valor que a água exerce neste contexto, destaca-se ainda seu valor social e econômico, também a sua qualidade, para atender as demandas locais. Citando o desafio no tratamento da água para consumo doméstico, cabe ressaltar o perigo que essa população corre em relação às doenças de veiculação hídrica. Muitas famílias não realizam o tratamento da água para consumo humano, a autarquia municipal responsável pela distribuição da água tratada no município possui projeto para aderir o tratamento ao P.A estudado, o que ainda não ocorreu, no momento de realização desta pesquisa.

Figura 13: Roda d'água e uma caixa d'água em residências da Comunidade Santa Helena



Foto: Santos, 2018

Sobre o acesso à moradia adequada (entenda-se, alvenaria), evidenciamos que as famílias residentes no assentamento foram assistidas em dois programas específicos para construção de casas de alvenaria, porém, ainda há residências inacabadas tanto do primeiro quanto do segundo programa. Fator que merece uma averiguação mais pontual.

Nascimento e Lopes (2015) asseguram que o Estado deve prover, não somente o acesso à terra, mas as condições necessárias para que os trabalhadores tenham condições de permanecerem em suas propriedades. Tais condições são dadas por meio de fomentos, nos quais se incluem ofertas de créditos com longo prazo para quitação, de modo que a dívida é paga em condições que possibilitam as famílias desempenharem a sua função social no uso da terra. Linhas de crédito como PRONAF e PAA são utilizadas para essa finalidade. E, esse acesso ao crédito, por sua vez, contribui de forma salutar para a emancipação dos assentados,

de modo que se configura a criação, ainda que embrionária, da identidade dos indivíduos com a terra.

A Figura 14 ilustra um momento da reunião entre os membros da ACSH em uma reunião, ocasião onde se realizou eleição, pose e apresentação da nova diretoria, gestão 2020/2022. Nessa mesma data a associação foi contemplada com um trator com implementos agrícolas para uso comum entre os associados em seus lotes. O mesmo foi doado através de convênio da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) por intermédio da ACSH e políticos da região.

Figura 14: Reunião ACSH/ Trator e Implementos agrícolas da ACSH



Foto: Santos, 2019.

É importante ressaltar que, o surgimento dos assentamentos de Reforma Agrária, dinamiza a atividade econômica das famílias, permitindo a inclusão social destes trabalhadores (NASCIMENTO e LOPES, 2015). Tal inclusão, junto com os mecanismos de fomento, abre espaço para o surgimento do sentimento de pertença, oportunizando, dessa forma a consolidação da categoria lugar. Sendo assim, fica evidente a atuação de movimentos sociais, por meio de organizações não governamentais, de modo que a sociedade civil organizada passa atuar, promovendo melhorias nas condições de vida das pessoas, evitando a exploração por mecanismos diversos. E, no P.A Santa Helena, as prerrogativas que configuram o surgimento de uma identidade própria é também verdadeira, ou seja, por meio do surgimento e consolidação do assentamento, surge-se o sentir “em casa”, para o assentado.

3.1.2. Presença de entidades de apoio na consolidação do P.A Santa Helena

O avanço da agricultura familiar no Brasil é marcado pelo apoio de diversas entidades que surgiram no intuito de perpetuar sua reprodução, contribuindo, não somente com o alimento na mesa das famílias, mas também, garantindo a permanência do trabalhador rural no campo. A principal função das referidas entidades é auxiliar os agricultores com mecanismos diversos, fundamentados nas legislações municipal, estadual e federal. Essas ações interferem diretamente no cotidiano das famílias assistidas. E, na comunidade estudada não foi diferente. A seguir, explana-se a respeito da presença de entidades de apoio aos assentamentos na Comunidade Santa Helena.

A renda dos assentados, por exemplo, varia muito de um domicílio para outro. Vários fatores podem estar associados a esse resultado, desde a presença de políticas públicas mais consistentes, que visam treinamento dos agricultores em técnicas de produção à *expertise* e experiência de vida do assentado. Entidades como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e a Prefeitura Municipal de Buritizeiro (PMB) fazem toda a diferença na mediação de processos, que culminam na emancipação das famílias assentadas, bem como, oferecem ferramentas que podem auxiliar no processo de formação (ou consolidação) de identidade do cidadão do campo com a terra. Isso gera, ou amplifica o sentimento de pertencer a terra em que se cultiva.

Outra entidade necessária para auxiliar os produtores rurais em sua nova realidade, tendo em vista que, na maioria dos casos (da comunidade estudada), vieram de áreas urbanas, é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG), que auxilia os assentados oferecendo apoio técnico (por meio de consultoria e oferecendo minicursos voltados para a realidade dos assentados)¹¹.

A assistência técnica da EMATER/MG de Buritizeiro, se resume na aplicação de minicursos como: Associativismo e Cooperativismo; Avicultura caipira; Cultura do Maracujá; e, Bovinos: suplementação alimentar no período da seca. A empresa também distribui sementes principalmente de hortaliças. As Figuras 15 e 16, mostram a presença da EMATER/MG no P. A. Santa Helena.

¹¹ O P.A Santa Helena já recebeu apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), por meio de cursos e treinamento para avicultura. Contudo, essa abordagem (com enfoque nos minicursos ministrados no P.A) foge ao escopo da presente dissertação.

Figura 15: Assentados em minicursos de Cultura de Maracujá e Avicultura Caipira na Comunidade Santa Helena



Foto: Acervo EMATER, MG de Buritizeiro, 2019. **Obs.:** 2 - A e B, Minicursos de Cultura do Maracujazeiro; C e D, Avicultura Caipira.

Entre os anos de 2010 a 2013 a EMATER/MG prestava assistência técnica individual, atualmente, essa assistência se dá através atendimento por demanda com convênio com a prefeitura municipal de Buritizeiro, e também oferece atendimento na própria sede da empresa. Além da EMATER, a prefeitura municipal de Buritizeiro oferece serviços como gradagem de terra, distribuição de sementes, abastecimento de água em parceria com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Buritizeiro (SAAE).

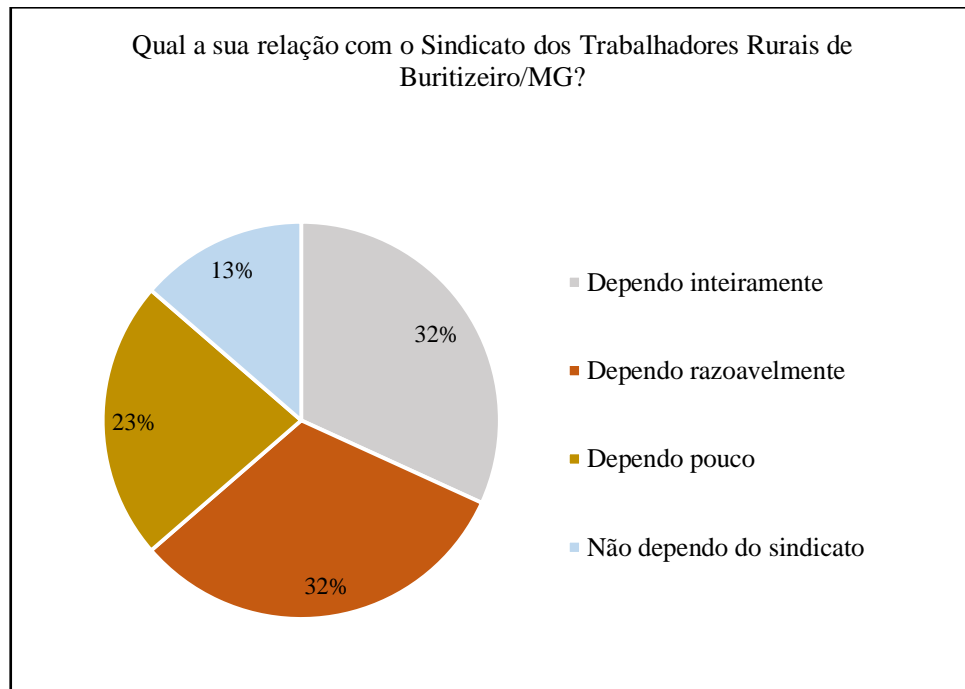
Figura 16: Palestra da EMATER/MG sobre Associativismo e Cooperativismo, na Comunidade Santa Helena.



Foto: Acervo EMATER, MG de Buritizeiro, 2019.

O sindicato é um dos principais componentes para a consolidação dos assentamentos, pois, faz a mediação entre os movimentos sociais e a formalização necessária para que a terra seja disponibilizada aos que a pleiteiam. No Gráfico 1 é apresentada a percepção dos assentados em relação a dependência do STR. Como se observa, apenas 32% dos entrevistados acredita que se depende inteiramente do sindicato, enquanto 13% afirmam que não depende, de modo algum, desta entidade. Cabe ressaltar que os entrevistados que asseguram não depender do STR, podem considerar apenas o momento presente da realização da pesquisa (em 2019), pois a presença da referida entidade foi salutar na abertura do P.A Santa Helena.

Gráfico 1: Percepção dos assentados sobre a dependência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro

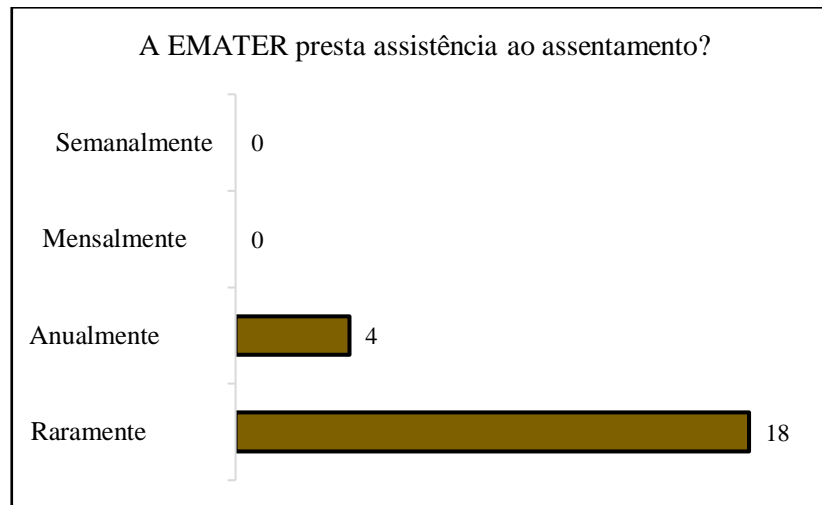


Fonte: Santos, 2019

A percepção dos assentados em relação a essa entidade está exposta no Gráfico 2. Como se observa, os entrevistados mostraram-se insatisfeitos com o acompanhamento realizado pela EMATER/MG, visto que 81% (18 entrevistados), afirmaram que a empresa presta acompanhamento aos assentados raramente. Isso aponta para a necessidade de fortalecimento dos vínculos entre a Associação Comunitária e Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos dois municípios envolvidos em procurar o órgão para que possam firmar parceria mais intensiva no P.A Santa Helena. Observa-se que tal parceria, poderá culminar no maior fortalecimento dos vínculos entre os assentados e a terra, amplificando o sentimento de pertencimento que ora existe.

Importante destacar que a presença de entidades como o Sindicato ou a EMATER, entre outras, pode contribuir para que haja menor índice de evasão e desistências no P.A Santa Helena. Pois, tais entidades cooperam para melhor adaptação das famílias a nova realidade, de modo que são fortalecidos os laços com a terra, o que contribui para que se alcance melhor satisfação em estar na terra.

Gráfico 2: Percepção dos assentados a respeito da assistência técnica no P.A Santa Helena.



Fonte: Santos, 2019

Tendo percorrido sobre a presença das entidades de apoio ao assentamento e a relevância dessas na consolidação do P.A estudado, parte-se, doravante, para uma análise da luta dos assentados para permanecerem na comunidade. Considerar-se-á os desafios enfrentados pelas famílias no processo de fixação ou retorno ao campo.

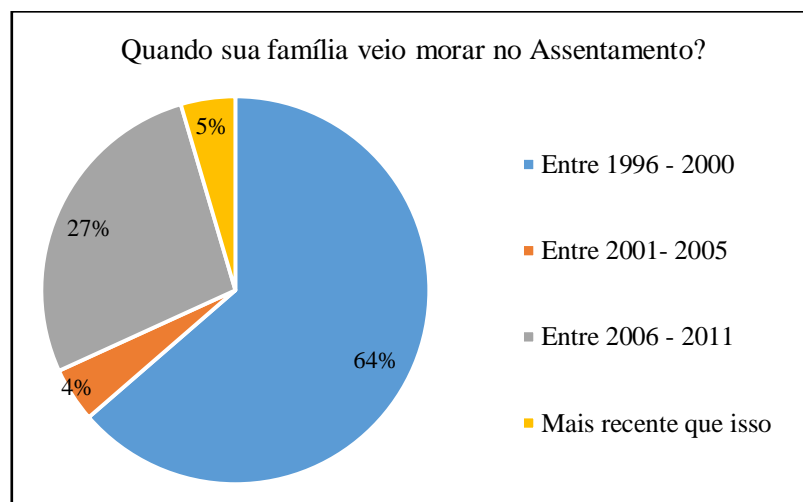
3.1.3. Luta pela permanência na terra e fonte de renda no P.A Santa Helena

Nesta seção serão abordados os entraves que se deram para consolidação das famílias no campo, considerando o ano em que a mesmas chegaram e a quantidade de indivíduos, em cada família, que trabalham fora da propriedade. Essas informações são relevantes por descortinar as nuances das unidades familiares e suas batalhas em produzir para autossustento.

Outra questão a ser levantada é a capacidade das famílias permanecerem na terra após tê-la adquirido. Existem inúmeros desafios no cotidiano dos assentados, que os confrontam para permanecer ou não na propriedade. Nesse trabalho optou-se por apresentar dois deles: a capacidade da família em permanecer no assentamento desde o seu início e; a necessidade de aquisição de renda extra, para além dos recursos oriundos das atividades realizadas no lote. No primeiro caso, perguntou-se a quanto tempo o assentado reside na Comunidade; no segundo, indagou-se sobre a quantidade de pessoas que trabalham além da propriedade, por família.

A partir dos resultados, e da experiência ao lidar com os assentados, pode-se inferir que a chegada de novas famílias indica desistência, óbito ou abandono da propriedade por parte de assentados que conquistaram a terra anteriormente. Isto é, que estavam no P.A desde seu início. A maior movimentação entre 2006 e 2011 aponta para desistências, trocas do lote por veículo automotor, bem como o desligamento do P.A por motivos diversos, entre eles, o de necessitar de tratamentos de saúde mais avançados devido o envelhecimento, o que obriga a ida constante à área urbana (Gráfico 3).

Gráfico 3: Período de chegada das famílias ao Assentamento Santa Helena



Fonte: Santos, 2019. **Obs.:** Os períodos se iniciam em 1996 por ser o ano de início do Projeto de Assentamento

O fato de 64% (Gráfico 3) dos que residiam no assentamento, desde o seu início, pode ser um indício de sucesso do mesmo, mostrando que é possível realizar o processo de reforma agrária por esse meio. Contudo, a permanência exige adaptações, organização e aprendizado por parte do beneficiário¹² responsável pela família e seus dependentes. Dadas as dificuldades para completar os estudos, alguns jovens acabam deixando os seus pais sós na Comunidade, o que resulta no chamado envelhecimento demográfico dos assentamentos; temática que merece uma abordagem mais ampla, não constituindo alvo da presente pesquisa.

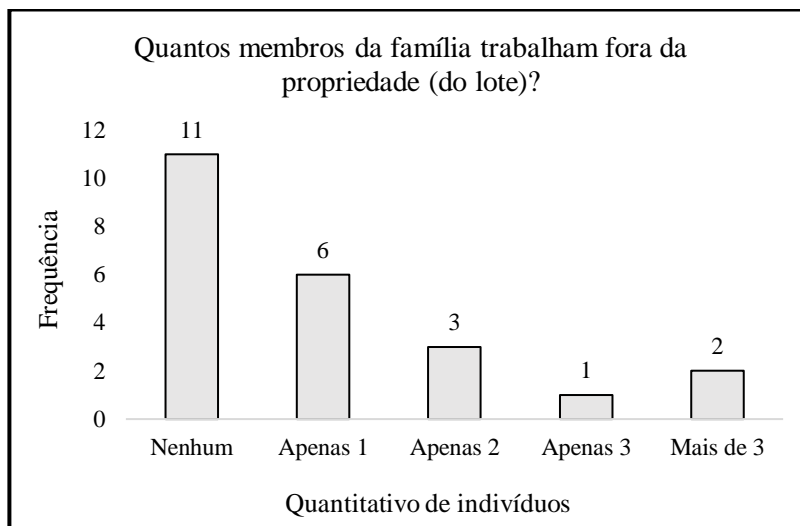
Nesse contexto, a necessidade de um rendimento financeiro maior, pressiona algumas pessoas a terem que trabalhar para além das tarefas intrínsecas da agricultura familiar, ou seja, optam por buscarem oportunidades de trabalho em fazendas vizinhas ao assentamento, visando aquisição de renda complementar. O Gráfico 4 apresenta o quantitativo

¹²Nomenclatura utilizada pelo INCRA para identificar os assentados. O órgão reconhece o responsável pelo domicílio (seja o marido ou a esposa, ou outro) como 'beneficiário'. Há casos em que o cadastrado é um dos filhos e não os cônjuges, devido alguma pendência ou ao fato de não se enquadrarem no perfil de "trabalhador rural".

de indivíduos, por família, que trabalham para além das tarefas da propriedade, na Comunidade Santa Helena. Essa realidade tende a ser contínua numa extensão temporal, ou seja, desde o início do assentamento, permanecendo até mesmo após a repartição dos lotes. Este fato sugere a busca por políticas públicas mais amplas, cuja finalidade esteja atrelada a oportunizar aos assentados formas de driblarem essa situação. Tais políticas devem primar pela emancipação cidadã, oferecendo ao beneficiário a chance de permanecer na terra, produzindo e sentindo-se parte do ambiente em que está inserido.

Dos vinte e dois entrevistados, constatou-se que em 50% das famílias não há nenhum indivíduo trabalhando fora do lote (ou do sítio, como preferem os assentados). Em apenas duas famílias há mais de 3 pessoas que trabalham dessa forma. E, ainda, 27% das famílias possui, apenas uma pessoa que também atua “fora” da terra. Para reduzir esse tipo de atividade são sugeridas políticas públicas mais eficazes em relação a capacitação dos indivíduos para atuarem na propriedade e gerar renda suficiente, tanto para o sustento próprio, quanto para a troca ou venda de excedentes.

Gráfico 4: Indivíduos que trabalham além das tarefas da propriedade, por família.



Fonte: Santos, 2019.

Em uma observação direta, percebe-se que a juventude é mais propícia a esse tipo de atividade. Uma vez que a atratividade das novas tecnologias da informação e comunicação também atinge o meio rural, criando nos jovens a sensação de que necessitam, de alguma forma, se integrarem ao mundo globalizado e, a aquisição dos novos “aparelhos” (celulares ou *tablets* etc.) os auxiliará nessa tarefa. Para tanto, a necessidade de uma renda extra, posto que

a rentabilidade das tarefas desenvolvidas no próprio sítio, onde, muitas vezes, não ser satisfatória para a finalidade que se almeja.

Após reconhecer os desafios que as famílias enfrentam para se manterem no campo, cabe destacar a importância de se conhecer as características demográficas do projeto de assentamento estudado; análise realizada na seção seguinte, que consiste na abordagem de faixa etária, matriculados e usuários do transporte escolar.

3.1.4. Características sociodemográficas do P.A Santa Helena

Essa seção discute os aspectos sociodemográficos inerente ao P.A Santa Helena. Foram analisadas a quantidade de usuários do transporte escolar e localização destes; a faixa etária dos responsáveis pelas famílias; censo da população geral do P.A; famílias com membros que recebem benefícios do Governo e quantidade de indivíduos, por família que residem no assentamento. Essa abordagem é pertinente para a presente pesquisa por oferecer um Raio-X da comunidade estudada.

Constatou-se, através da análise dos dados, que na Comunidade Santa Helena atualmente residem 216 indivíduos. Destes, 55,6% são adultos (35 anos ou mais), 17%, são crianças e somente 18,5% enquadram-se na juventude (Tabela 3). No que diz respeito ao gênero, entre os adultos e os adolescentes, a população está distribuída igualmente, entre homens e mulheres. Quanto as crianças, há predominância de indivíduos do sexo masculino.

Tabela 3: Características demográficas do P.A Santa Helena

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total geral
Adultos 35 anos	60	60	120
Jovens 18/35 anos	25	15	40
Adolescentes 12/18 anos	10	10	20
Crianças 0/12 anos	22	14	36
Total	117	99	216

Fonte: Santos, 2019. Resultados da pesquisa. **Obs.:** Coleta de dados em 04/11/2019, junto à Associação Comunitária do P.A Santa Helena.

O quadro demográfico geral mostra que o gênero masculino predomina no assentamento estudado (54%). Esse resultado, principalmente a presença de maior população adulta, mostra que são necessárias políticas públicas que auxiliem os jovens a permanecerem no campo, tendo em vista que a mão-de-obra da juventude pode contribuir para melhor desempenho socioeconômico das famílias.

Outra temática de importância salutar é a oferta de escolarização aos assentados. Nesse sentido, a comunidade conta com a Escola Municipal Senhor do Bom Jesus, inaugurada em 28 de setembro de 2002, ofertando as séries de ensino fundamental I. Essa escola conta com três salas de aula, 5 computadores com acesso a internet e 1 televisor. E, a partir de 2010¹³ o ensino Fundamental II e Ensino Médio passaram a ser ofertado na comunidade, tendo em vista a presença do Anexo da Escola Estadual Prefeito José Maria Pereira. Além disso, por meio de linhas de transporte específicas (Tabela 4), a escola construída no P.A Santa Helena atende a outras comunidades, abrangendo um total de 79 alunos. Destes alunos, 42% são da própria comunidade e, apenas 8% do Projeto de Assentamento São Pedro das Gaitas.

Tabela 4: Alunos matriculados e as linhas de transporte que abrange o P.A Santa Helena em 2019

Localidade	Linhas de transporte	Quantitativo de Alunos
P.A Santa Helena	PA Santa Helena (interna)	33
Fazenda Nova Zelândia	Faz. Nova Zelândia, Santa Monica, Serra Norte, Farroupilhas, Formoso, Petkovick,	18
São Pedro das Gaitas	P.A São Pedro das Gaitas	6
João Pinheiro	Faz. Adélio Veloso, Itatiaia, Barretos, Gaieiros, Vicentão	22
Total	---	79

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Buritizeiro, 2019¹⁴.

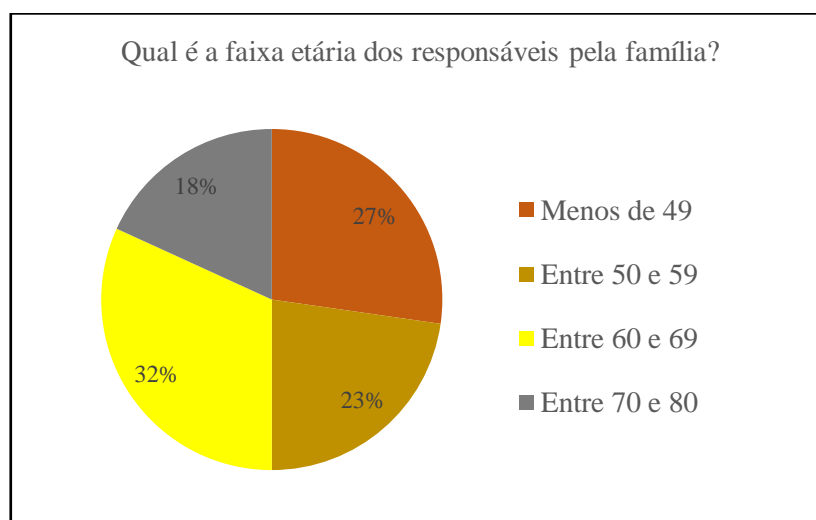
Atualmente a escola funciona em dois prédios; o primeiro funciona em dois turnos, matutino (Estado- anexo José Maria), são três salas, secretaria, cozinha, dois banheiros e um pequeno pátio. Na sala 3 funcionava o laboratório de informática, conhecido também como Centro Comunitário (internet). Contudo, atualmente a internet está desativada para que a sala atenda a outros usos da comunidade. Na antiga Casa de Farinha funcionam mais duas salas (usadas somente pelo Estado - anexo) e o posto de saúde da comunidade. A rede municipal funciona somente no turno vespertino, utilizando a estrutura que corresponde as três salas. Nesta rede atuam duas professoras, que, por sua vez, moram no próprio assentamento.

¹³ Até o ano de (2009) no P.A Santa Helena só havia as séries iniciais, Ensino Fundamental I, de forma que, ao ingressar no sexto ano (antiga quinta série), havia um ônibus, cedido em acordo com a Prefeitura Municipal de Buritizeiro, MG, que conduzia os estudantes à zona urbana.

¹⁴As informações sobre transporte escolar na Comunidade Santa Helena e outros assentamentos vizinhos, foram coletadas por pesquisa direta na Secretaria Municipal de Educação de Buritizeiro, MG.

No P.A estudado a oferta de Ensino Médio possibilita a capacitação dos jovens que optam por morar no assentamento e daqueles que residem em localidades circunvizinhas. A maioria dos professores que lecionam no P.A Santa Helena são oriundos de Buritizeiro, MG (8); Pirapora, MG (2) e, um de Várzea da Palma, MG (do distrito de Barra do Guaicuí). Todavia, somente duas docentes residem no próprio assentamento; essas atuam no Ensino Fundamental I. Assim sendo, a escola exerce papel fundamental na comunidade e na vizinhança, tendo em vista que, por meio desta, os alunos tornam-se mais capazes de compreender a dinâmica do assentamento e as possibilidades que a posse da terra os oferece. Outra característica sociodemográficas identificada nesse trabalho é a faixa etária dos responsáveis pela família (Gráfico 5).

Gráfico 5: Faixa etária dos responsáveis pela família, no P.A Santa Helena



Fonte: Santos, 2019. **Obs.:** Por responsável, neste trabalho, entende-se marido e esposa, ou adultos que assumem esses papéis sociais.

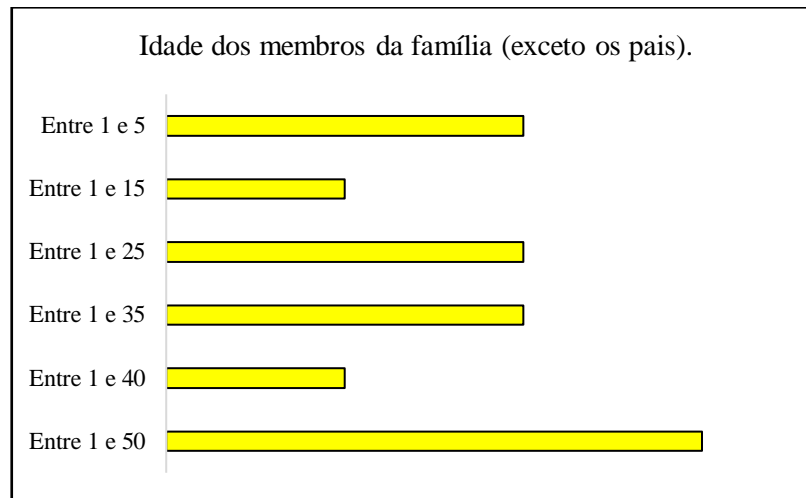
Entre os 22 entrevistados, notou-se que 32% (7) possuíam entre 60 e 69 anos de idade; e, 18% (4) eram idosos, entre 70 e 80 anos. Embora a presença de idosos seja baixa, comparada com as demais classes, cabe salientar a importância de políticas públicas que os atenda, tendo em vista que, nessa faixa etária, dependem, muitas vezes, de acompanhamento médico mais regular. No tocante a realidade brasileira, a idade mais de 70% do homem do campo tem mais de 35 anos (na comunidade estudada, essa variável corresponde a 67%). E, 1 em cada 4 indivíduos tem mais de 65 anos de idade ou mais o que corresponde a 23,17% (IBGE, 2017), no assentamento, permanece essa mesma tendência.

Por outro lado, somente 27% dos entrevistados possuíam idade inferior a 49 anos, na data da pesquisa. Esses, geralmente não possuem o recurso da aposentadoria, como ocorre com os mais idosos, por isso, tendem a serem mais susceptíveis ao abandono da terra, ou, a trabalharem em outras propriedades para ampliar a renda familiar. Enquanto os idosos carecem de maior atenção em relação a saúde e bem-estar, esses necessitam de atendimento consistente em relação a fomento e apoio técnico para que sejam emancipados, ou seja, que realizem as atividades na propriedade de forma a sentirem-se inseridos na sociedade e não abandonem a terra.

No Gráfico 6, a seguir, é possível observar que na maioria dos casos, na família, os filhos (ou dependentes) enquadram-se na idade entre 1 e 50 anos. Em apenas um caso, uma família demonstra que os dependentes estão entre 1 e 15 anos. Essa situação, sobretudo, deste último caso, demonstra a necessidade de maior atenção às famílias com essa estrutura etária. Certamente, devem ser beneficiários do Bolsa Família, mas, a rentabilidade precisa ser amplificada para além dos trabalhos na terra. Além disso, deve-se levar em conta que, tendo dependentes nessa faixa etária, se faz necessário investir certa quantidade de tempo, dedicando-se aos filhos, levando-os à escola etc.

Constatou-se que, em 27% das famílias, apenas duas pessoas residem no assentamento. E, somente em 9% dos casos, há mais de 5 indivíduos na família, que moram na propriedade (Gráfico 7). Nesse caso, identificou-se o valor médio de 4 indivíduos, por família, residindo na comunidade. Resultado semelhante foi encontrado por Alvarenga e Rodrigues (2004) em assentamentos do Mato Grosso do Sul e, por Almeida et al. (2017) em assentamentos rurais no Sergipe. Esse fato demonstra que a comunidade estudada, figura no contexto da tendência nos assentamentos rurais no país, no que tange à quantidade de pessoas por domicílio residindo na terra.

Gráfico 6: Idade dos membros de cada família (exceto os pais), na Comunidade Santa Helena.



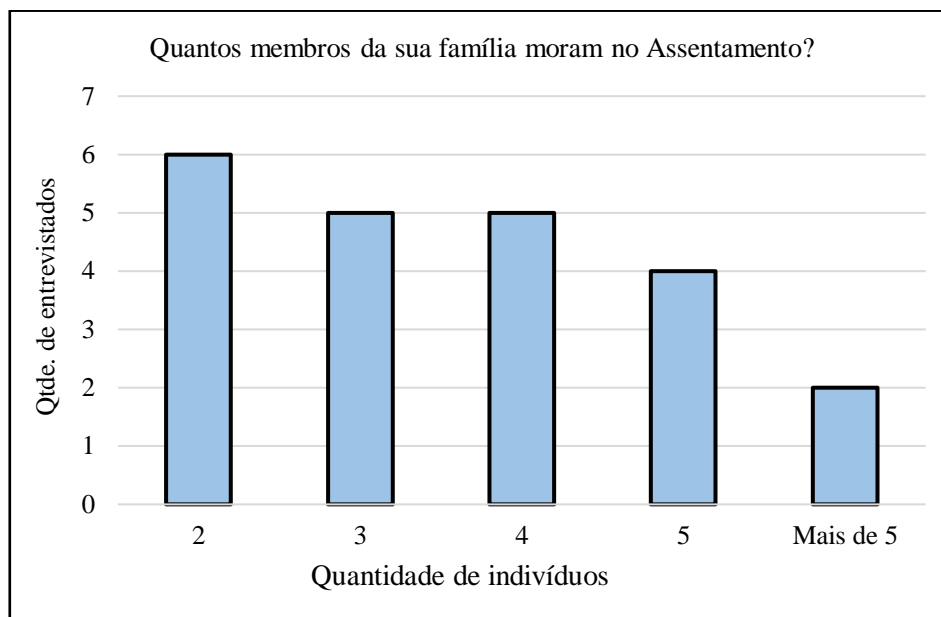
Fonte: Santos, 2019.

O gráfico mostra a faixa etária de todos os filhos (ou demais dependentes) que residem no domicílio pesquisado. Não foi possível identificar dependentes em todas as famílias entrevistadas, pois, entre essas, há casos em que moram apenas dois irmãos ou casal sem filhos.

Famílias com maior quantidade de pessoas morando no assentamento, “dependendo da faixa etária dos mesmos”, tendem a resultar em casos de sucesso da reforma agrária. Pois, as tarefas podem ser realizadas com maior rapidez além de que, a permanência dos indivíduos no campo, tende a gerar nos seus membros maior apego à terra. Maia et al. (2018) identificaram situações em que as famílias possuíam apenas dois indivíduos em dois projetos de assentamentos no Mato Grosso, similar ao resultado que encontramos em 27% das famílias entrevistadas. Esses autores sugerem que famílias maiores, implica em presença de crianças, o que não significa maior produtividade. Por isso, acreditamos que, se a família possuir maior número de membros, ela poderá obter uma maior produtividade, contudo, isso depende da faixa etária (como asseguramos acima).

É importante ressaltar que entre as famílias entrevistadas 54,5% afirmaram que possuem algum membro que recebe benefícios governamentais (Gráfico 8). Tais benefícios auxiliam, ainda que de forma complementar, a sobrevivência dos beneficiários na terra, antes e depois da divisão dos lotes. O Bolsa Família e as aposentadorias, entre outros benefícios governamentais, são exemplos cristalinos de uma agenda comprometida com a manutenção das famílias no campo. Sem esses auxílios, muitos indivíduos, do P.A Santa Helena teriam, a muito tempo, deixado a terra em busca sua sobrevivência em outras localidades.

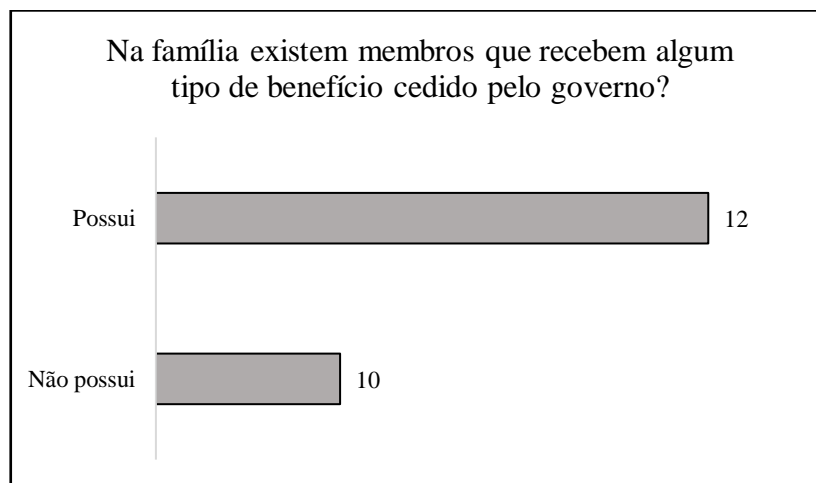
Gráfico 7: Quantidade de indivíduos por família, que residem no P.A Santa Helena



Fonte: Santos, 2019.

A renda é uma constante que merece uma atenção mais ampla, pois, quando as famílias se dirigem aos assentamentos, elas buscam melhorias de vida, e, esperam alcançar, por meio da nova realidade em relação ao uso da terra. Assim sendo, na próxima seção discutir-se-á a relação entre a formação do autossustento e a realidade dos entrevistados na comunidade Santa Helena.

Gráfico 8: Famílias que possuem algum membro que recebem benefícios governamentais



Fonte: Santos, 2019. Obs. Por exemplo: aposentadoria, pensão, bolsa família, etc.

3.2. A formação do autossustento na Comunidade Santa Helena

O Bem-estar, enquanto elemento primordial de desenvolvimento, já vem sendo discutido a algum tempo, sobretudo pelos trabalhos de Amartian Sen (2010), de forma que, tal expressão é também aplicável ao trabalhador rural, oriundo de uma trajetória de vida apegada ao campo. Dessa forma, essa seção discute a busca dos assentados pelo autossustento, de modo que, ao avançarem nessa direção as famílias estarão aderindo ao desenvolvimento, considerando uma abordagem mais ampla, como aquela mencionada por Sen (2010).

Nessa perspectiva se faz pertinente apresentar as nuances da dinâmica produtiva e a logística; essa última, implícita na distribuição dos produtos que essas famílias desenvolvem, bem como na aquisição de insumos para a manutenção dos plantios e demais atividades. Para tanto, as políticas públicas para o campo também se fazem pertinentes, pois, como observado no Censo Agropecuário de 2017, obteve-se que 76,62% dos estabelecimentos rurais receberam fomento por meio do PRONAF (IBGE, 2019). Isso mostra a relevância das políticas públicas com orientação para o campo e o impacto das mesmas na produtividade.

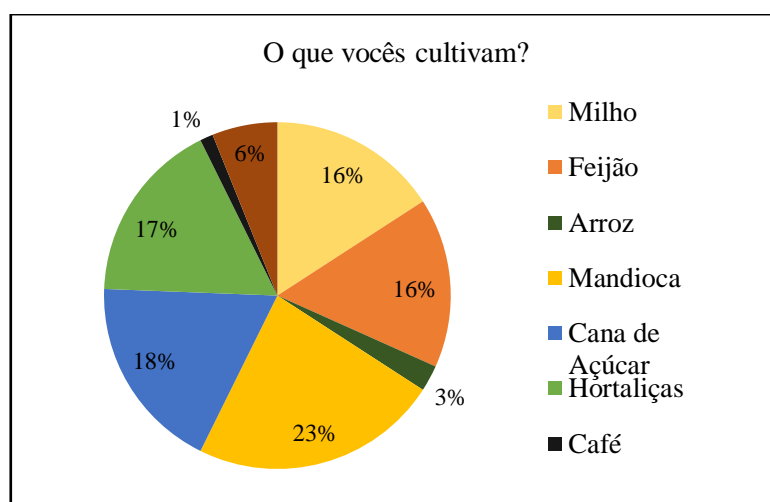
Por fim, essa seção aborda a percepção dos assentados em relação ao pertencimento a terra. Essa abordagem sustenta a premissa de que existe uma forte relação entre os indivíduos e o lugar onde desempenham o seu papel social. Tendo em vista que a vida no P. A. Santa Helena não se resume ao aspecto produtivista; há manifestações culturais, religiosas, de reciprocidade entre os assentados e outras inúmeras facetas da própria existência humana (incluindo a contemplação da natureza), a riqueza de detalhes que há na relação entre os assentados e a terra é impossível de ser expressada (a presente dissertação, apresenta apenas algumas fagulhas dessa riqueza).

3.2.1. Dinâmica Produtiva e logística na comunidade Santa Helena

A nosso ver, o primeiro impacto na vida de um assentado corresponde ao momento em que ele se enxerga cultivando o seu próprio alimento ou a ração de suas criações. Uma vez que todas as famílias no assentamento criam galináceos, uma atividade bastante popular no Brasil, sobretudo o Norte de Minas. Por isso, o cultivo de milho é comum, o que ocorre desde o período de acampados, pois, assim que chegam na fazenda desapropriada (acreditamos), começam a fortalecer, dentro de si mesmos, a relação de

pertencer ao campo. Assim, principalmente os que vieram de trajetória campestre, logo começam a plantar milho ou outra cultura. A diversidade de cultivos, no P.A Santa Helena, em 2019, pode ser visualizada no Gráfico 9.

Gráfico 9: Cultivos com maior frequência na dinâmica produtiva da Comunidade Santa Helena.



Fonte: Santos, 2019. **Obs.:** Pode ter mais de uma resposta. A categoria “Outras culturas” se refere ao cultivo de: abóbora, quiabo, banana e maracujá.

Identificou-se que na Comunidade Santa Helena ocorre o cultivo de, pelo menos onze culturas distintas, variando, desde Milho a Maracujá. Obteve-se que, a cultura mais recorrente na comunidade é a Mandioca (23%), e, em segundo lugar, a Cana-de-açúcar (18%). Por outro lado, as culturas que ocorrem em menor proporção, de acordo com a amostra, foram, outras culturas (abóbora, quiabo, banana e maracujá, representando 6%), e, o café, que aparece em apenas 1%. Cabe salientar que uma mesma família trabalha com várias culturas, de modo que o Gráfico 9, representa o percentual das frequências em que um determinado cultivo, e não a quantidade de famílias que usam deste cultivo.

Um resultado curioso é que a ocorrência de plantios de arroz e de feijão é baixa, 3 e 6%, respectivamente. Sendo que esses dois itens, são básicos na mesa do brasileiro (RODRIGUES et al. 2013), cabe inferir que a maioria dos assentados acaba por adquirir tais mercadorias por meio da compra, o que não nos parece condizer com a proposta do assentamento. Contudo, a produção de hortaliças é representada por 17%, mostrando que os assentados, ainda que de forma modesta, produzem a sua “mistura”, ou seja, os complementos que acompanham o prato principal; o que enriquece a dieta dos assentados. A Figura 17

ilustra bem essa realidade, nela podemos visualizar a atual realidade da maioria dos quintais que configuram o P.A Santa Helena.

Figura 17: Cultivo de hortaliças, mandioca, feijão e quiabo no P.A Santa Helena



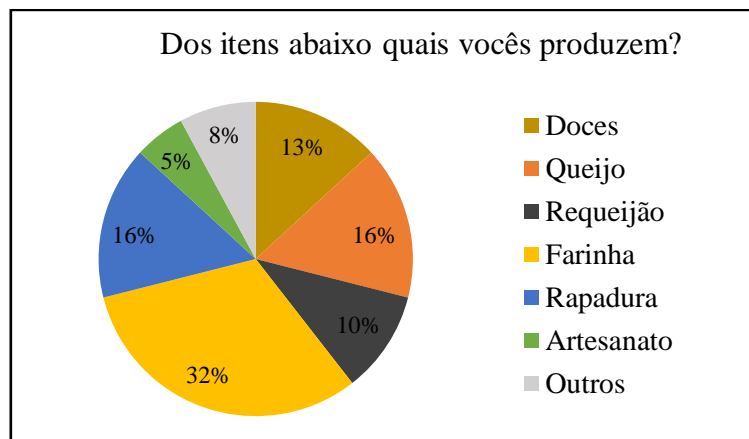
Foto: Santos, 2019.

Associado ao cultivo, estão os elementos derivados daquele e também da pecuária. Dada a relevância que os assentados atribuem a confecção de seus produtos, no Gráfico 10 está exposto um conjunto de variedade produtiva no P.A Santa Helena. No gráfico nota-se que a mandioca é o item que ocorre com maior frequência na comunidade (32%). Esse resultado está em harmonia com o cultivo, tendo em vista que a mandioca é a cultura com maior frequência no assentamento.

Observou-se ainda, que os derivados do leite, queijo e requeijão (16 e 10%, respectivamente), chegam ao patamar de 26% da produção. No entanto, atividades que não estão ligadas diretamente a terra, artesanato (5%), produção de vassouras, tapetes e fabricação de pequenos móveis (8%), somam 13% da produção. Isso mostra que, em certa medida, o assentamento segue em direção ao que lhe é proposto do ponto de vista teórico, ou seja, que

os indivíduos inseridos em seu meio vivam das atividades relacionadas com a terra; essas práticas tendem a ser emancipadoras e gerar ou ampliar o sentimento de pertencimento.

Gráfico 10: Produtos com maior frequência na dinâmica produtiva da Comunidade Santa Helena.



Fonte: Santos, 2019. **Obs.:** Pode ter mais de uma resposta. A categoria “outros”, se refere a: Vassouras e tapetes, fabricação de pequenos móveis.

A farinha de mandioca é produzida artesanalmente, serviço que demanda uma quantidade considerada de pessoas para execução do seu processo, tendo em vista, que, para garantir a qualidade da mesma torna-se necessário respeitar todas suas etapas desde a “ranca” (colheita), “a limpa” (descascar e lavar), “a ralação” (ralar a mandioca artesanalmente usa-se, geralmente ralador de metal ou de tambor e o desintegrador), separação da massa do polvilho, prensagem e secagem da massa e por fim, a massa é torrada. Interessante que nesse momento geralmente o dono da casa onde está sendo feita a farinha aproveita a oportunidade e faz um pouco de beiju servido com café para os trabalhadores do mutirão. A Figura 18 ilustra justamente o ciclo de fabricação da farinha em lote no referido assentamento.

Além dessa produção, a microeconomia local é desenvolvida por quatro estabelecimentos comerciais; Irineu (Té), Sr. Chiquinho, José Valdo e Sr. José Carlos. Nestes estabelecimentos vendem alimentos em geral, bebidas, materiais de limpeza, e, em alguns ainda presta serviços mecânicos e de borracharia. Devida a experiência de alguns assentados com o comércio, esses acabaram montando um negócio na comunidade, atendendo as principais demandas em relação à procura por gêneros alimentícios.

Após a produção, uma outra demanda surge para o assentado, o desafio agora é transportar sua mercadoria até um ponto de venda ou de troca. A dinâmica produtiva em si mesma, não encera o trajeto da mercadoria, essa precisa ser entregue ao consumidor final. E,

quando há excedente da produção para o consumo próprio, o assentado procura meios de vender sua mercadoria ou trocá-la por outra, que lhe seja útil naquele momento. Neste sentido, a necessidade de uma logística robusta se faz presente, e, no P. A. Santa Helena, o transporte é realizado, em sua maioria, pelo uso de veículo próprio (59%), quando o assentado possui o meio de transporte (Gráfico 11).

Figura 18: Ciclo de fabricação artesanal da farinha no P.A Santa Helena



Foto: Santos, 2018.

Não ocorre a presença de uma transportadora especializada e nem há, por parte do Estado, um recurso apropriado para o escoamento da produção. Por isso, acaba que, parte dos produtos gerados no assentamento é transportada por meio de atravessadores (18%), o que resulta em perdas para o produtor, pois, quando um produto é entregue diretamente ao consumidor final, se obtém maior lucro. Na categoria “outros”, estão as situações das mais diversas, entre essas, o uso do ônibus da linha normal (no caso, Viação Sertanejo), no qual se leva a produção de pouco a pouco; pode-se considerar ainda, o uso do transporte escolar (quando esse percorria a linha Santa Helena x Buritizeiro, até 2010), onde se conseguia uma “carona” até a cidade e levava uma pequena quantia do material produzido no lote.

Atualmente a prefeitura municipal de Buritizeiro disponibiliza um ônibus que, mensalmente auxilia nesse transporte, conhecido na comunidade como “o carro das compras”.

Gráfico 11: escoamento da produção de Alimentos na Comunidade Santa Helena.



Fonte: Santos, 2019.

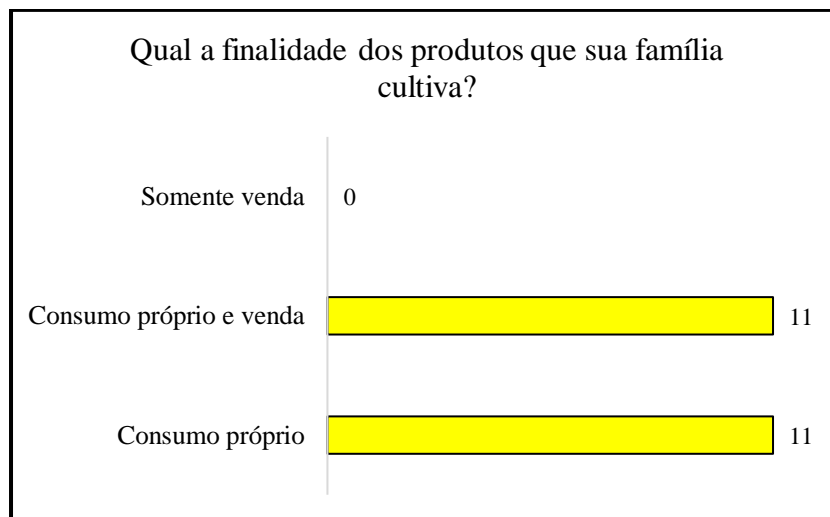
O paradigma do autossustento pode ser enxergado na comunidade Santa Helena, e o Gráfico 12 aponta nessa direção. Neste gráfico é apresentada a finalidade da produção, segundo a percepção dos atores sociais que residem na comunidade. Obteve-se que metade dos indivíduos (50%) produzem apenas para consumo próprio. Nesse caso, ainda não se pode considerar autossustento, pois, para tanto, faz-se necessário atender as necessidades da família, e, gerar excedente para que melhore as condições de vida da mesma (GAZOLLA, 2004; RODRIGUES, 2011; RIGONATO, 2017). Contudo, há também 50% que produz para consumo próprio e para venda, atendendo o critério do autossustento.

Como demonstrado no gráfico 12 a seguir, metade dos entrevistados atuam no eixo do autossustento o que é de grande importância, pois, faz do assentamento um referencial para outros projetos de reforma agrária. De modo que, pode-se assegurar que o propósito de distribuição da terra está sendo alcançado. Neste sentido, quanto maior o número de famílias que alcançam o autossustento, mais o P.A torna-se referência nesse aspecto.

A renda gerada no assentamento, juntamente com aquela oriunda de programas sociais e aposentadorias, é dispersada no espectro da economia regional; ou seja, parte dela fica nos pequenos comércios locais, outra parte é direcionada aos municípios que os

assentados possuem residências ou, em alguns casos, o ente federativo que a área urbana está mais acessível ou mais próxima (neste caso, Buritizeiro).

Gráfico 12: Finalidade da produção de alimentos e demais itens na Comunidade Santa Helena.



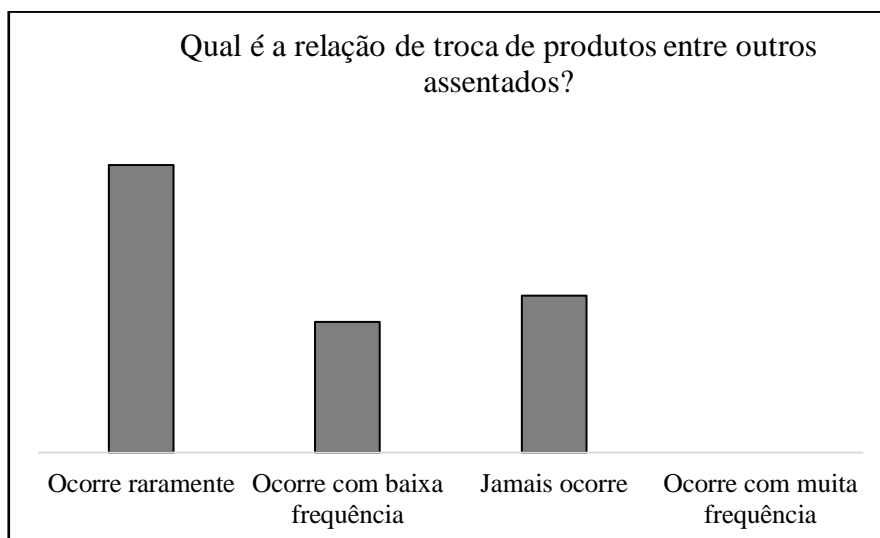
Fonte: Santos, 2019.

Os assentados têm o hábito de comprar no mercado do Eustáquio, porque se localiza no antigo ponto de Ônibus (desde a época da Viação JS); com a criação de uma suposta “rodoviária” em outra localidade, há tendência dessa preferência ser alterada. De forma geral, a Casa do Produtor e estabelecimentos comerciais que trabalham com insumos agrícolas, são os agentes que interagem diretamente com a dinâmica da economia do P. A. Santa Helena, beneficiando-se das riquezas geradas no assentamento.

Para finalizar a abordagem da dinâmica produtiva e logística, importante destacar a interação entre as famílias, no que diz respeito as relações de troca de produtos. Dadas as especificidades de cada produto que é gerado nos referidos lotes (a terra), numa ou noutra ocasião, ocorrem relações de troca em os assentados. O Gráfico 13 apresenta a percepção dos assentados em relação à troca de produtos e a periodicidade que essa ocorre.

Na Comunidade Santa Helena pode-se observar que a troca entre mercadorias ocorre raramente (50%). Por outro lado, para alguns assentados, essa relação jamais ocorre (27%). Intui-se, que esse resultado aponta para a falta de uma maior conscientização e engajamento político dos indivíduos no que tange à vida em comunidade. A presença de mutirões e troca de dias de trabalho são muito comuns na comunidade. Essas formas de trabalho são demonstradas na literatura (BERGAMASCO, 1997), de modo que são comuns em outros assentamentos de reforma agrária.

Gráfico 13: Relação de troca de produtos na Comunidade Santa Helena.

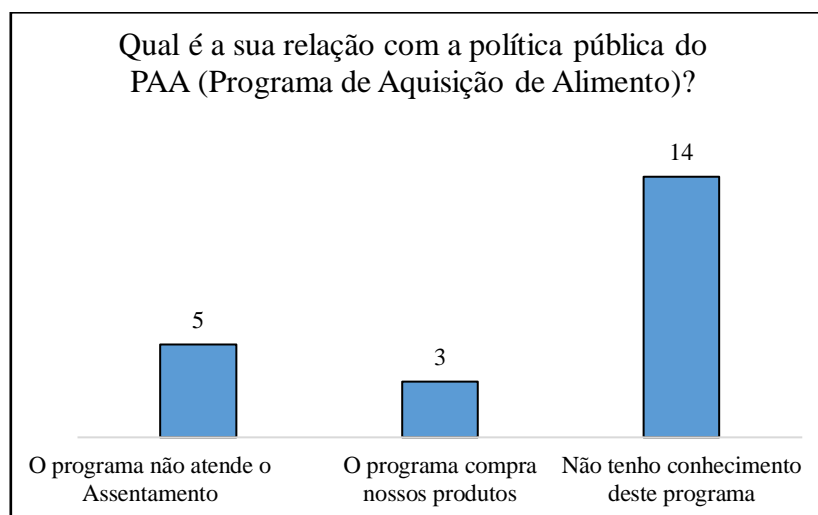


Fonte: Santos, 2019

3.2.2. Políticas Públicas para o P.A Santa Helena.

O assentamento rural e o território atuam de modo a criar o sentimento de pertença do povo ao lugar, para tanto, a presença de políticas públicas se faz necessária. Políticas como o PAA, que visa otimizar a distribuição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, são fundamentais. Nessa pesquisa optou-se por identificar a percepção dos assentados em relação ao PAA, e verificar como esses indivíduos enxergam a referida política pública. Os resultados estão expressos no Gráfico 14.

Gráfico 14: Relação entre os assentados e o Programa de Aquisição de Alimentos.

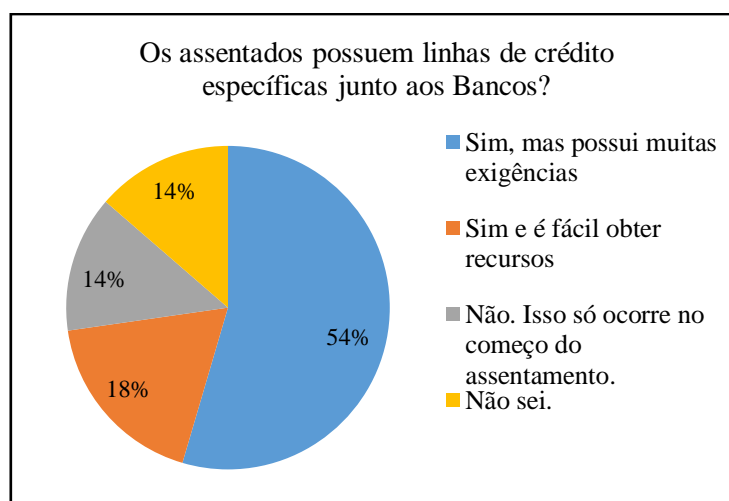


Fonte: Santos, 2019.

A partir dessa análise, notou-se que 64% dos entrevistados desconhecem o PAA, ou seja, não possuem conhecimento do programa. E, somente 14% afirmaram que o PAA atende ao assentamento e adquire os produtos que eles geram na propriedade. Pode-se assegurar a necessidade que existe de maior divulgação desta política pública, bem como, ofertar capacitações no P.A Santa Helena, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhadores em relação à produção que atenda às exigências do programa. Contudo, observa-se que, devido essa constatação, a divulgação do PAA e o esclarecimento dos assentados em relação ao mesmo é uma prioridade nesse sentido.

Outra demanda de especial interesse é a existência de linhas de crédito. E, além de existirem, tais linhas devem ser desburocratizadas, facilitando, dessa forma, a aquisição do recurso financeiro por parte dos produtores. Políticas públicas de crédito, tais como o PRONAF, o qual atende ao assentamento, são de ampla magnitude para os assentados. Uma vez que esse crédito auxilia na ampliação dos meios de produção, as famílias passam a terem maior apego a terra, posto que, ao produzirem e se sentirem emancipadas, elas tendem a aumentar sua vontade de continuarem no campo.

Gráfico 15: Percepção dos assentados em relação às linhas de crédito.



Fonte: Santos, 2019

Obteve-se que, 54% dos indivíduos reconheceram a existência de linhas de crédito específicas, porém, afirmaram que há muita burocracia. Por outro lado, 14% afirmaram desconhecer o assunto, e, apenas 18% demonstraram-se entusiastas com as linhas de crédito, asseguraram que existe e é fácil captar os recursos. Essa divergência, a nosso ver, pode ser resultado de maiores graus de esclarecimento em relação ao assunto, pois, deve-se levar em conta a trajetória de vida de cada assentado, uma vez que nenhuma comunidade é homogênea

nesse sentido; cada responsável pela família possui a sua história singular. Essa heterogeneidade na construção do P.A Santa Helena resulta em dificuldades de se formular uma política pública específica para a comunidade (Isso é assunto para outra dissertação, dadas as suas imensas peculiaridades).

Para além do quantitativo, os gráficos 14 e 15 demonstram a necessidade de amplificar a comunicação entre Estado e comunidade, de modo que, tanto o PAA, quanto as linhas de crédito sejam assuntos cristalinos para o trabalhador da mesma maneira que é para os formuladores de políticas públicas (ou, os *devenlopers* – atores sociais que propõem o desenvolvimento a partir de certas medidas por parte do Estado).

De acordo com técnicos da EMATER/MG, acredita-se que cerca de 90% dos moradores do P.A Santa Helena possuem o documento de aptidão ao PRONAF, pois ele serve em auxílio na conquista de alguns benefícios, principalmente, para a aposentadoria. Assim, as políticas públicas inerentes ao assentamento estão em evidencia. Contudo, há uma necessidade fundamental de oferecer maiores esclarecimentos aos assentados, de modo que eles possam obter a devida clareza em relação aos processos de aquisição de crédito, de direcionamento do recurso e demais detalhes inerentes a manutenção das atividades produtivas e da própria existência no assentamento.

3.2.3. Percepção em relação ao pertencimento.

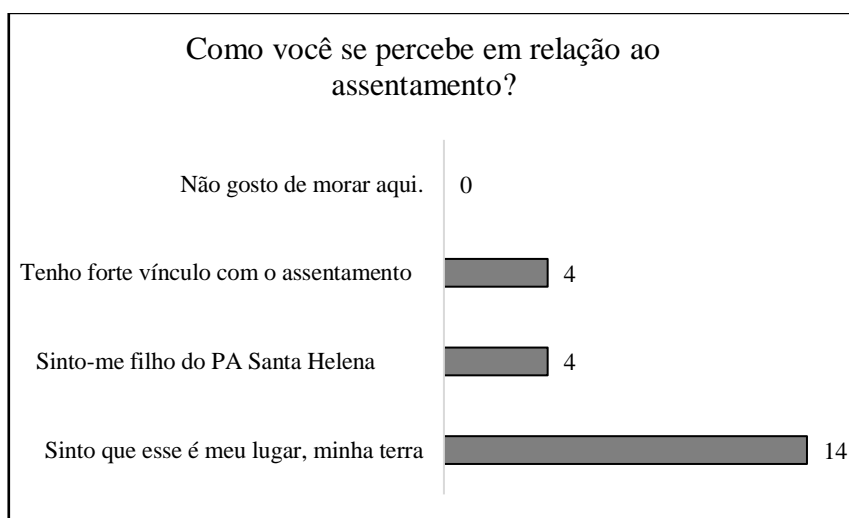
Essa seção é mais subjetiva que as anteriores, trata-se de averiguar a percepção dos assentados em relação a pertencer à Comunidade e, verificar, se possuem intenção de continuarem na terra. O Gráfico 16 expõe a percepção que os indivíduos possuem em relação ao sentir-se bem no P.A Santa Helena. Observamos que 64% dos entrevistados creem que a propriedade é o seu lugar. E, não houve quem afirmasse não gostar de estar a terra. O que, a nosso ver, mostra que há sentimento de pertença na comunidade.

Na visão dos assentados (18% deles), há um forte vínculo entre eles e a terra. De modo que, caso não estivessem residindo no assentamento, não manifestariam satisfação como manifestam na atual conjuntura. Uma vez que, a maioria dos assentados possui trajetória com a vida no campo, por isso, ao se mudarem para as cidades, acabam por não se adaptarem no recinto urbano; assim, quando retornam ao campo, suas lembranças da infância e juventude são retomadas e a sensação de estar em casa os invade.

Para melhor entendimento dessa questão optamos em apresentar a narrativa de um morador ao responder essa pergunta, sua resposta relata esse sentimento verdadeiro. Perguntamos então: Como você se percebe em relação ao assentamento? De pronto sua resposta foi:

“Bem, morar aqui é um presente de Deus! Aqui é um lugar muito bom pra viver, apesar de que as vezes falta algumas coisinhas, mas as coisas boa sobressai as coisas ruim, aqui tem terra boa, tudo que a gente pranta a gente colhe, nunca falta comida nas nossas mesas, e aqui no nosso assentamento temos vizim maravilhosos e acolhedores, é raro você ir visitar alguém aqui e voltar pra casa com as mãos banando, sempre tem um agrado, uma abobrinha, um leitim, uma verdurinha... Eu e minha família sentimos muito amor, apreço por esse lugar, nos sempre morô na roça e aqui queremos permanecer até o dia que o nosso bom Deus quiser.”

Gráfico 16: Percepção dos assentados em relação a pertencer à Comunidade.



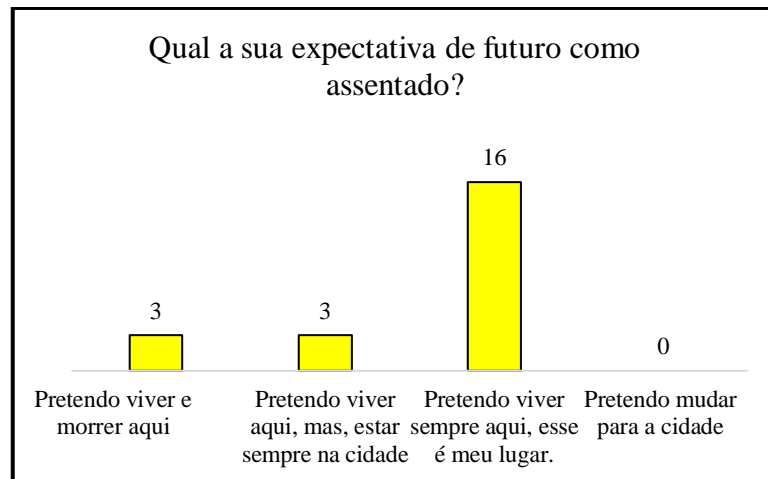
Fonte: Santos, 2019.

A despeito das dificuldades na luta pela terra, desde o momento em que são direcionados ao acampamento, quando os indivíduos entram para a propriedade, tendem a se sentirem realizados, em certa medida. Assim sendo, as famílias que se sentem bem no P.A Santa Helena são as mesmas que pretendem viver sempre na comunidade. O Gráfico 17 mostra a percepção dos assentados no tocante à perspectiva de futuro, no qual se nota que 73% dos assentados desejam viver sempre na Comunidade e, 14% querem viver e morrer no assentamento.

Também perguntamos qual era a sua expectativa de futuro como assentado? Sua resposta foi a seguinte:

“Tenho esperança que todos nós moradôr possamo um dia realmente ser dono da terra, é o que a gente mais quer. Nossa comunidade também precisa mais de apoio, para que a gente não perca nossa identidade, nossos costumes e aqui possa ter mais recursos principalmente mais condição para mantermos aqui. E que Deus nos dê muita força e muita saúde pra trabalhar, pois é do trabalho que tiramos nosso sustento de cada dia. Aqui é muito bom, mais se não trabalhar as coisas não cai do céu, tem que trabalhar, não importa se é chuva ou sol... Risos... E esse trabalho de cada dia nos alegra e nos encoraja, viver na roça é assim...”

Gráfico 17: Percepção dos assentados em relação às perspectivas de futuro.



Fonte: Santos, 2019.

Além do exposto, observou-se que somente uma pequena fração dos entrevistados pretende viver na terra e estar, sempre, na cidade. Essa satisfação e vontade de continuar na terra é indício que na Comunidade Santa Helena ocorre fortes relações de topofilia, ou seja, amor ao lugar em que se mora. Os aspectos da ruralidade, tais como trabalhos específicos, relações de reciprocidade entre os assentados e dinâmica economia própria (dadas as proporções) são identificados na área de estudo.

O mosaico de imagens apresentado na figura 19 evidencia a grande quantidade produtos cultivados e produzidos nos lotes do P.A Santa Helena, o que a nosso ver, vem de encontro às abordagens descritas pelos autores (GAZOLLA, 2004; RODRIGUES, 2011; HAGEMANN e AGOSTINI, 2018). Portanto, deve-se evidenciar que na comunidade Santa

Helena é praticada a agricultura de autossustento o que vai além da subsistência, que se limitaria à busca das condições mínimas de sobrevivência.

Figura 19: Segurança alimentar no PA Santa Helena



Foto: Santos, 2019.

Considerações finais

Os aspectos da ruralidade existentes na Comunidade Santa Helena demonstraram-se evidentes no modo de vida dos assentados. Uma vez que os mesmos possuem relação direta com a terra, por dependerem dela para o sustento próprio bem como, para prover recursos advindos desta, visando melhorar cada vez mais as suas condições de vida.

A presença de entidades de apoio, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER dentre outros órgãos foi também identificada como fundamental para o processo de consolidação do P.A estudado; apesar de 23% dos entrevistados afirmarem que dependem pouco do sindicato, este órgão possui uma importante função no início da ocupação da fazenda que veio a se tornar o assentamento. E, mesmo que haja pouco reconhecimento dos assentados em relação a EMATER, esta atua na comunidade ofertando capacitação e fortalecendo a corrente do autossustento.

Obteve-se que a mandioca é o cultivo mais presente entre os assentados, e, conseqüentemente, a farinha de mandioca, o produto mais frequente. Entre as características sociodemográficas, notou-se que 50% dos responsáveis pelas famílias encontram-se com idade superior a 60 anos, e somente 27% com idade inferior a 49 anos. Observou-se, ainda em termos demográficos, que somente 1% das famílias possuem mais de 5 indivíduos residindo no lote adquirido no processo da reforma agrária; contudo, 27% afirmaram que somente 2 indivíduos da família residiam no terreno. Por outro lado, 55% dos entrevistados nessa pesquisa recebem algum benefício do Governo, o que amplifica a rentabilidade da família, possibilitando melhores condições de vida. Notou-se que 64% das famílias que, atualmente, residem na comunidade, estão na mesma desde 1996, o que fortalece a premissa do sucesso do P.A e da possibilidade de autossustento. Identificou-se que 50% das famílias afirmam que não há membros trabalhando além das tarefas da propriedade. Além disso, observou-se a presença do sentimento de pertencimento nos indivíduos, pois, 73% dos entrevistados afirmaram que não pretendem mudar da Comunidade.

Nesse contexto, observou-se ainda, que a identidade dos sujeitos neste assentamento, é a característica de trabalhador rural, ou seja, o fato de compartilharem inclinações interiores voltadas para as atividades do campo. Certamente, há distorções, se considerado todo o conjunto (todos os responsáveis pela família), pois, este ou aquele representante familiar não se enquadra inteiramente no perfil de trabalhador rural; nesses casos, com o passar dos anos, eles acabam por negociar a “terra” com algum interessado e retornar às atividades citadinas. Essa situação também pôde ser observada na comunidade

estudada. Quando isso ocorre, a finalidade última do assentamento deixa de ser cumprida. Contudo, a existência dessas lacunas, não anula, de modo algum, a especificidade do assentamento, que consiste em dar a oportunidade ao indivíduo habituado com a vida no campo, de retomar a sua forma de vida.

A maioria dos entrevistados pretende continuar vivendo na Comunidade Santa Helena, não tentam mudar para a zona urbana de algum município, ou, sair em busca de melhorias. Esse resultado aponta para a existência do sentimento de pertença nos indivíduos, mostrando, que a terra é, para cada um deles, um lugar de emancipação social.

Dada a complexidade das características rurais do P. A. Santa Helena, este trabalho capta somente uma pequena faceta de como as relações sociais e afetivas se desdobram no mesmo e entre os indivíduos e a terra. Outras pesquisas, com enfoques em outras nuances da vida no campo, sejam no espectro político, educacional ou espacial, devem ser realizadas, para, de alguma forma, preencher as lacunas deixadas por esse trabalho, sobretudo na abordagem das perspectivas do autossustento.

Sugere-se pesquisas com enfoque no modo de vida das famílias da comunidade estudada, analisando, entre outras questões, a relação entre os indivíduos e os recursos naturais, as manifestações religiosas, a didática familiar, no que diz respeito a transmissão dos conhecimentos consolidados entre gerações, dentre inúmeras outras possibilidades.

Por fim, cabe ressaltar que no P. A. Santa Helena observou-se a presença do autossustento como prática das famílias que o integram. Tal prática retoma a importância dos assentamentos de reforma agrária, bem como, a emancipação dos indivíduos e a importância dos assentamentos. Embora haja desistências e outros problemas sociodemográficos, este assentamento segue como exemplo de emancipação das famílias e de modelo da possibilidade do autossustento em áreas rurais por meio da estratégia de reforma agrária.

A história da comunidade Santa Helena demonstra a luta pela busca do autossustento e a emancipação cidadã. As famílias que aderiram a esse processo adquiriram maior relação com a terra, podendo, dessa forma, gerar em si mesmas a relação intrínseca com o lugar em que moram. O que é notório na abordagem sobre as perspectivas futuras dos entrevistados, eles desejam permanecer na terra.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2012. 7ª ed. 160p.
- AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. **IN: Anais do XXXIX Congresso da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Recife, PE, Brasil. 2001.
- AGUILAR, L. F. **Política Pública**. 2ª edição. Siglo XXI Editores. 2012. 172p.
- ALBUQUEQUE, F. J. B.; COELHO, J. A. P. M.; VASCONCELOS, T. C. Políticas Públicas e os Projetos de Assentamento. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 9, n.1, p. 81-88, 2004.
- ALMEIDA J. A.; SANTOS, A. S.; NASCIMENTO, M. A. O.; OLIVEIRA, J. V. C.; SILVA, D. G.; MENDES-NETTO, R. S. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência e Saúde Coletiva**,(Rio de Janeiro), v. 22, n. 2, p. 479-488, 2017
- ALVARENGA, M. R. M.; RODRIGUES, F. P. Indicadores socioeconômicos e demográficos de famílias assentadas no Mato Grosso do Sul. **Revista de Enfermagem** (UERJ), v. 12 p. 286-291. 2004
- ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista** (CES/JF. Impresso), v. 21, p. 43-56, 2007.
- BAGGIO, H.; HORN, A. H. Contribuições naturais e antropogênicas para a concentração e distribuição de metais pesados em sedimento de corrente no Rio do Formoso, município de Buritizeiro-MG. **Geonomos** (UFMG), v. 16, p. 91-98, 2009.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo – Território**, (Uberlândia), v. 1, n.1, p. 123-151, 2006.
- BASTOS, S. Q. A.; GOMES, J. E. Dinâmicas da agricultura no estado de Minas Gerais: Análise diferencial-estrutural para o período 1994-2008. **RURIS** (Campinas), v. 5, p. 45-76, 2011.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A Realidade dos Assentamentos Rurais por detrás dos Números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n.31, p. 37-49, 1997.
- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, v. 18, p. 3-15, 2017.
- CAMACHO, R. S. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Revista Entre-Lugar** (UFGD. Impresso), v. 1, p. 73-98, 2010.

CAMELO, P. M. C.; BEZERRA, R. A Revolução Industrial, a modificação do espaço rural e a cultura de paz: uma experiência em sala de aula. **Revista Rural & Urbano**, v. 01, p. 143-150, 2016.

CARNEY, J. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na Botânica do período colonial. **AFRICA: Revista do Centro de Estudos Africanos** (USP). Vol. 1, p.22-47. 2001.

CASTRO, C. N. Pesquisa agropecuária pública brasileira: histórico e perspectivas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental** (IPEA), v. 16, p. 30-40, 2016.

CHUENG, T. L. Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Teremos, MS. **Interações** (UCDB), v. 14, p. 189-199, 2013.

CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. PRONAF: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, v.1, n.1, p. 131-168, 2011.

CORREIA, A. M. A agricultura familiar versus a agricultura de subsistência no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP. **IN: Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas**, págs. 119 – 133. Fundação FIOCRUZ - Instituto de Higiene e Medicina Tropical do Rio de Janeiro.

CUNHA, M. D. C. **Água, Vereda, Veredeiro: Um estudo sobre as agriculturas camponesa e comercial município de Buritizeiro-MG**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia – UFU. 2006.

CUNHA, M. G. C.; BRANDÃO, C. R. A Modernidade do Campo e as Transformações das Relações Hierárquicas. **REVISTA NERA** (UNESP), v. 35, p. 65-82, 2017.

CUNHA, M. G. C.; LOPES, C. A. S. Entre vivências e tradições na Barra do Pacuí: o cotidiano e a construção do saber local em uma comunidade rural ribeirinha do norte de Minas. **Revista Cerrados** (UNIMONTES), v. 05, p. 43-64, 2008.

CUNHA, N. R. S.; LIMA, J. E.; GOMES, M. F. M.; BRAGA, M. J. A intensidade da exploração agropecuária como indicador da degradação ambiental na Região dos Cerrados, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 291-323, 2008.

DAYRELL, C. A. Agricultura Geraizeira, Identidade e Educação. **Trabalho & Educação** (UFMG), v. 21, p. 99-120, 2012.

DAYRELL, C. A.; BARBOSA, R. S.; COSTA, J. B. A.; Dinâmicas produtivas e territoriais no Norte de Minas: o lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas. **Campo - Território**, v. 12, p. 128-151, 2017.

DEUS, R. M.; BAKONYI, S. M. C. O impacto da agricultura sobre o meio ambiente. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 7, p. 1306-1315, 2012.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 43, 2005.

DOBERSTEIN, A. W. **O Egito Antigo**. Porto Alegre, EDIPURCS, 2010. 174p.

DUTRA, R. M. S.; SOUZA, M. M. O. Cerrado, Revolução verde e a evolução no consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza** (UFU), v. 29, p. 469-484, 2017.

FELICIO, R. A. “Mudanças Climáticas” e “Aquecimento Global” - Nova Formatação e Paradigma para o Pensamento Contemporâneo? **Ciência e Natura**, v. 36, p. 257-266, 2014.

FELTRAN-BARBIERI, R. Outro lado da fronteira agrícola: breve história sobre a origem e declínio da agricultura autóctone no cerrado. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XIII, n. 2, p. 331-345 - jul.-dez. 2010.

FERNANDES, S. W. R. **Contribuições da ciência geográfica às políticas públicas**. Tese (doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de Brasília (UNB). 2015. 221p.

FERREIRA, D. A. O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. p.39-70. **Terra Livre**. São Paulo. n.16, 1º semestre, 2001.

FONSECA, S. F.; AGUIAR, H. H. Identificação de cluster de concentração de renda e dependência demográfica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **RA'EGA - Espaço Geográfico em Análise**, v. 46, p. 132-144, 2019.

FONSECA, S. F.; MENDONCA, G. L.; HERMANO, V. M.; SILVA, A. C. Análise da pobreza e desenvolvimento humano na microrregião de Diamantina/MG, Brasil usando técnicas de geoprocessamento. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 10, p. 164-179, 2016.

FONSECA, S. F.; MENDONCA, G. L.; SANTOS, T. M. A evolução das questões ambientais em Buritizeiro, estado de Minas Gerais, Brasil. **Okara: Geografia em Debate** (UFPB), v. 07, p. 277-291, 2013.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em áreas de Cerrado. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 33, p. 46-61, 2013

FREITAS, C. G. **Desenvolvimento Local e Sentimento de Perteça na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Local). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. 32. 1995.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no Alto Uruguai/RS**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faculdade de Ciências Econômicas. 2004. 336p.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os papéis da produção para

autoconsumo na agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 15, p. 89-122, 2007.

GENARO, F.; CHELOTTI, M. C. Transformações no agro do Cerrado Mineiro: análises a partir dos censos agropecuários de 1995/96 e 2006 da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Observatorium**, v. 5, p. 63, 2013.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do museu paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências Humanas, v. 13, p. 129-146, 2018.

GONÇALVEZ, H. A.; WANDERLEY, L. L. Agricultura de subsistência e atuação do escravo e do ex-escravo no setor primário de Sergipe-Brasil. **Interfaces: Científicas - Humanas e Sociais**, v. 5, p. 23-36, 2017.

GREGIO, J. V. **AGRICULTURA SINTRÓPICA: produzindo alimentos na floresta, das raízes do aipim ao dossel das castanheiras**. Dissertação (mestrado em. Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). 2018. 139p.

GUIMARÃES, C. M.; REIS, L. M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, n. 4, p. 85-99, jun.1986.

HAGEMANN, J. AGOSTINI, C. Produzir para o autoconsumo: uma análise da agricultura familiar no município de Teutônia/RS. **Estudo & Debate** (online), v. 25, p. 198-218, 2018.

HAGEMANN, J. **Produzir para o autoconsumo: uma análise da agricultura familiar no município de Teutônia/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. 2015.

HARRIS, D. R.; FULLER, D. Q. Agriculture: Definition and Overview. **Encyclopedia of Global Archaeology** (Claire Smith, Ed.). Springer, New York, pp.104-113. 2014.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 2017. Informações demográficas e socioeconômicas. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html>. Acessado aos 02 do 12 de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos**: informações gerais. Superintendência Regional Minas Gerais - SR 06. 2019a.

Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT. 2019b.

JACOBI, P. R. GUERRA, A.F.S; SULAIMAN, S.N.; NEPOMUCENO, T. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.46, p. 135-148, 2011.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205. 2003.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**: Comparação Internacional. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1993. 336p.

LEONEL, M. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 231-250, Dec. 2000.

LESSA, M. B.; SILVA, J. B. A evolução da cultura do café e da cana de açúcar no município de Franca: um estudo entre os anos de 1997 a 2010. **REDE: Revista Eletrônica de Debates em Economia**, v. 1, p. 59-111, 2012.

LINDBLON, C. **El proceso de elaboración del políticas públicas**. Ministério de Administração Pública, Madrid, 1ª ed. 1991.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Escravidão Africana na Produção de Alimentos. São Paulo no século 19. **Estudos Econômicos (USP)**, v. 40, p. 295-317, 2010.

MAIA, A. H.; SANT'ANA, A. L.; SILVA, F. C. Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 311-328, 2018

MARANDOLA JUNIOR, E. GRATÃO, L. H. B. Do Sonho à Memória: Livia de Oliveira e a Geografia Humanista no Brasil. **Geografia (Londrina)**, v. 12, n.2, 2003.

MARIN, F. R. **Eficiência da produção de cana-de-açúcar no Brasil com base em simulação multimodelos**. Livre Docência. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). USP. 2014.

MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós - redemocratização do país. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, vol. 20, n. 1, pp. 301-325, 2012.

MAZOYER, M.; RODART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. (Tradução de Cláudia F. Falluh B. Ferreira). São Paulo. Editora UNESP. 2010. 568p.

MEDEIROS, R. M. V. As formas de produção no Rio Grande do Sul e a sua relação com a migração rural. **AGRÁRIA**, São Paulo, Nº 2, pp. 69-92, 2005.

MELO, T. G. **Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso da Cooperares – Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto (SP)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2015.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 33, p. 63-85, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Políticas públicas para agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2013.

MIRANDA, R. S. Os desafios da organização em assentamentos rurais. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 6, p. 41-48, 2011.

MORAIS, M. O. **O café do Cerrado em Patrocínio (MG), um exemplo do processo de modernização da agricultura brasileira**. 116f. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2006.

NASCIMENTO, J. L.; LOPES, A. P. O Estado do Tocantins no ranking da escravidão por dívida. **Revista Tocantinense de geografia**, v. 5, p. 34-52, 2015

NAVES, L. M. S.; MENDES, E. P. P. Os aspectos formadores da identidade dos agricultores familiares: a comunidade rural Olhos d'água no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, v. 16, p. 39-56, 2014.

NUNES, S. P. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de Desenvolvimento Rural. **Boletim Eletrônico Conjuntura Agrícola**, nº 157, mar. 2007.

OCTAVIANO, C. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, Campinas, n. 120, 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, P. H. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Projeto Tecnologias Alternativas FASE. Vitória, E. S. 1989, 70p.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciência e Tecnologia. 2010, 209p.

OLIVEIRA, E. M. Transformações no Mundo do Trabalho: Da Revolução Industrial aos nossos dias. **Caminhos de Geografia**, v. 11, p. 84-96, 2004.

OLIVEIRA, J. A; BACCARIN, J. G. Organização espacial e execução do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar entre 2003-2012. **Revista Equador**, v. 5, n. 2, p. 120-138, 2016.

ONÇA, D. S. A construção da hipótese do aquecimento global: um resgate histórico. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, p. 219-238, 2015.

ONÇA, D.S.; FELICIO, R. A. A Elevação Global das Temperaturas: Tendência ou Artifício? **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 8, p. 37-50, 2012.

PASSOS, 2019. BR-163: “homens sem terra” para “a terra sem homens”. **Cadernos de Geografia**. nº39 - Coimbra, FLUC - pp. 41-53. 2019.

PELEGRINI, D. F. **Geografia e saberes modernos**: a inserção da complexidade nos discursos geográficos. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2008. 173p.

PEREIRA, E. L.; NASCIMENTO, J. S. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 139-156, 2014.

PEREIRA, M. E. B. G. **Coordenação na Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial**: o caso das indicações geográficas para o café. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento. 2016.

PERES JR, M.R.; PEREIRA, V. G.; SIQUEIRA, P. H. L; ANTONIALI, L. M. Caracterização e agrupamento de municípios de Minas Gerais em relação à agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, p. 75-99-99, 2013.

PESSANHA, L. A. A Celebração dos conceitos de lugar e símbolo na Geografia Humanística. **Revista Percorso – NEMO**. Maringá, v. 8, n. 2, p. 111- 135, 2016.

POLANYI, Karl. [1944]. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Franny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro. Compus 2000.

PORTUGAL, A. R. **O ayllu andino nas crônicas quinhentistas**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 208 p.

REIFSCHNEIDER, F. J. B.; HENZ, G. P.; RAGASSI, C. F.; ANJOS, U. G.; FERRAZ, R. M. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil**. 2.ed. – Brasília, DF: Embrapa, 2012.

RIBEIRO, M. M. C.; FERREIRA NETO, J. A.; DIAS, M. M.; FIÚZA, A. L. C. Análise das causas da evasão em Assentamentos de Reforma Agrária no estado do Tocantins. **Extensão Rural (UFSM)**, ano XVIII, nº 22, Jul – Dez de 2011

RIGONATO, V. D. **Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio guará, São Desidério, BA**. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal do Goiás (UFG). Programa de Pós-graduação em Geografia. IESA, 2017. 311p.

ROCHA, J. C. Diálogo entre as categorias da Geografia: espaço - território - paisagem. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), v. 9, n. 27, pp. 128 - 142 2008.

RODRIGUES A. G. M.; PROENÇA, R. P. C.; CALVO, M. C. M.; FIATES, G. M. R. Perfil da escolha alimentar de arroz e feijão na alimentação fora de casa em restaurante de bufê por peso. **Ciência e Saúde Coletiva**, (Rio de Janeiro), v. 18, n. 2, p. 335-346, fev. 2013

RODRIGUES, R. Agricultura e Agronomia. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

RODRIGUES, S. N. **Participação das mulheres e produção de auto sustento no fortalecimento da agricultura camponesa em assentamentos de Nova Santa Rita/RS.** Monografia (Especialização em Agricultura Familiar, Camponesa e Educação do Campo). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Centro de Ciências Rurais, 2011. 60p.

RODRIGUES, W. Valoração econômica dos impactos ambientais de tecnologias de plantio em região de Cerrados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 135-153, Mar. 2005.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil:** subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos. 2009. 208p.

SÁEZ DOMINGUEZ, A. M. **La Agricultura y suevolucion e la Agroecologia.** Obrapropria Editora. 2010. 66p.

SANGALLI, A. R.; SILVA, H. C. H.; SILVA, I. F.; SCHLINDWEIN, M. M. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, p. 225-238, 2015.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M.; CAMILO, L. R. Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul. **Ciência e Natura**, v. 36, p. 180, 2014.

SANTOS, C. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos estados da Bahia e do Piauí. **GOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. 2015, n.8, pp. 229-253.

SANTOS, D. C.; FONSECA, S. F. Educação Ambiental: um estudo de caso da semana do meio ambiente de Buritizeiro/MG, Brasil. **Geografia em Questão** (online), v. 9, p. 126-138, 2016.

SANTOS, H. F. Modernização da agricultura e dinâmica do agronegócio globalizado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Geografia em Questão** (online), v. 12, p. 9-36, 2019.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC. 1996

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SCOPINHO, R. A. Em busca de 'elos perdidos': projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho** (USP), v. 12, p. 257-270, 2009.

SCOPINHO, R. A.; MELO, T. G. Ruralidades precárias, políticas públicas e trabalho em assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto-SP. **RAIZES** (UFPB), v. 37, p. 07-20, 2017.

SENA, T. M.; SENA, T. M. SILVA FILHO, L. G. Associação de produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. **INCLUDERE**, v. 3, p. 398-406, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 2010

SILVA, G. E. Narrativas de vida dos assentados no Projeto Vale do Arinos. **Mercator** (Fortaleza), v. 17, p. 1-18, 2018.

SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia**. 1 (2) 24-36, dez/ 2000.

SILVA, O. H. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba PR, v. 12, p. 161-167, 1999.

SILVA, R. W. C.; PAULA, B. L. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terræ Didática**, 5 (1):42-49. 2009.

SOARES, J. M. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2009. 235f.

SOUZA, A. E. V. N. **A HERANÇA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA ORGÂNICA**: uma análise dos camponeses ligados ao SERTA, Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Pernambuco – UFPE. 2017. 114p.

VERÍSSIMO, T. O. O capitalismo agrário na atividade cafeeira no município de Patrocínio (MG). **Espaço em Revista**, (UFG), v. 17, n. 1, jan/jun., p. 85-102. 2015.

VIAN, C. E. F.; ANDRADE JÚNIOR, A. M.; BARICELO, L. G.; SILVA, R. P. Origens, evolução e tendências da indústria de máquinas agrícolas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 51(4), 719-744. 2014.

ZANGARO, L. C. M. Agricultura Familiar no Brasil: uma revisão teórica. **Revista Mediações**. Londrina, v. 3, nº 2, p. 15-29. Jul/dez. 1998.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Este questionário tem por objetivo coletar informações para elaboração de uma pesquisa científica de dissertação. Os resultados serão tabulados em forma de gráficos, de modo que os entrevistados não serão identificados.

1. Qual a sua relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro/MG?

- Dependo inteiramente Dependo razoavelmente Dependo pouco
 Não dependo do sindicato

2. A EMATER presta assistência ao assentamento?

- Raramente Anualmente Mensalmente Semanalmente

3. Quando sua família veio morar no Assentamento?

- Entre 1996 - 2000 Entre 2001- 2005 Entre 2006 - 2011
 Mais recente que isso

4. Quantos membros da sua família moram no Assentamento?

- 3 4 5 Mais de 5

5. Qual é a faixa etária (idade) dos membros da família.

5.1. – *Idade dos pais.*

- Entre 80 e 70 Entre 69 e 59 Entre 58 e 48 Menos de 48

5.2 – *Idade dos membros da família (fora os pais).*

- Entre 1 e 50 Entre 1 e 45 Entre 1 e 40 Entre 1 e 35
 Entre 1 e 30 Entre 1 e 25 Entre 1 e 20 Entre 1 e 15
 Entre 1 e 10 Entre 1 e 5 Menores que 5

6. Quantos membros da família trabalham fora da propriedade (do lote)?

- Nenhum Apenas 1 Apenas 2 Apenas 3 Mais de 3

7. Na família existem membros que recebem algum tipo de benefício cedido pelo governo? (Por exemplo: aposentadoria, pensão, bolsa família, etc)).

- Não existe Sim existe

8. O que vocês cultivam? - Pode ter mais de uma resposta -

- Milho Feijão Arroz Mandioca Cana de Açúcar
 Hortaliças Café Outras culturas. Quais? _____

9. Dos itens abaixo quais vocês produzem? - Pode ter mais de uma resposta -

- Doces Queijo Requeijão Farinha Rapadura
 Artesanato Outros produtos. Quais? _____

10. Qual a finalidade dos produtos que sua família cultiva?

- Consumo próprio Somente venda Consumo próprio e venda

11. Qual é a relação de troca de produtos entre outros assentados?

- Ocorre raramente Ocorre com muita frequência
 Ocorre com baixa frequência Jamais ocorre

12. Como ocorre o escoamento da produção?(Para onde vão os alimentos produzidos no Assentamento?).

- Por meio de veículo próprio (dos assentados). Por meio de veículo do governo
 Por meio de atravessadores Por transportadora especializada

13. Qual é a sua relação com a política pública do PAA (Programa de Aquisição de Alimento)?

- O programa não atende o Assentamento O programa compra nossos produtos
 Não tenho conhecimento deste programa

14. Os assentados possuem linhas de crédito específicas junto aos Bancos?

- Sim, mas possui muitas exigências Sim e é fácil obter recursos
 Não. Isso só ocorre no começo do assentamento. Não sei.

15. Como você se percebe em relação ao assentamento?

- Sinto-me filho do PA Santa Helena Sinto que esse é meu lugar, minha terra
 Tenho forte vínculo com o assentamento Não gosto de morar aqui.

16. Qual a sua expectativa de futuro como assentado?

- Pretendo viver e morrer aqui
 Pretendo mudar para a cidade
 Pretendo viver aqui, mas, estar sempre na cidade
 Pretendo viver sempre aqui, esse é meu lugar.